

JOSÉ MARCOS SINHORINI

**A COAGRO E SEU PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NO
SUDOESTE DO PARANÁ**

Presidente Prudente
2007

**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

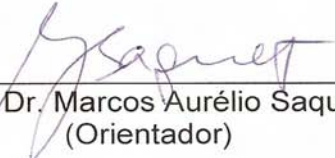
**A COAGRO E SEU PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NO
SUDOESTE DO PARANÁ**


José Marcos Sinhorini

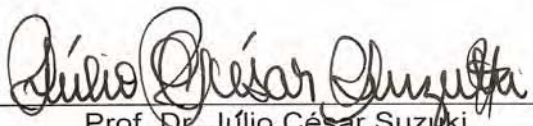
Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - área de concentração: “Produção do Espaço Geográfico”, na linha de pesquisa Desenvolvimento Regional, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente
2007

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet
(Orientador)

Prof. Dr. Eliseu Saverio Spósito
(FCT/UNESP)

Prof. Dr. Júlio César Suzuki
(USP)

José Marcos Simhorini

Presidente Prudente (SP), 09 de agosto de 2007.

Resultado: APROVADO

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Henrique e Terezinha, pelo carinho e admiração.

Às minhas irmãs, Marta, Zélide e Márcia, pela confiança e a amizade.

À minha esposa, Elaine, pela compreensão e companheirismo.

Em especial, a Deus, pela força e coragem para prosseguir, apesar da jornada ser árdua e desgastante.

AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas. Manifestamos nosso agradecimento a todas elas e de forma particular:

- Ao Professor Dr. Marcos Aurélio Saquet, pela amizade e pelas contribuições durante vários anos de nossa vida acadêmica;*
- Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista-UNESP, Campus de Presidente Prudente, pelos novos caminhos apontados. Em especial, a João Edmilson Fabrini, Eliseu Savério Sposito, José Gilberto de Souza, Marcos Aurélio Saquet e Antonio Lázaro Sant'Ana, com os quais cursamos as disciplinas;*
- Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de Francisco Beltrão, pelo atendimento e informações;*
- A Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda – COAGRO, por fornecer todas as informações solicitadas durante o período de pesquisa. Em especial, ao assessor de comunicação e cooperativismo, Sr. Oldemar Ceconi, pela cordialidade e disposição no atendimento;*
- Aos amigos (as), professores (as), coordenadoras, diretores (as), pelo incentivo e compreensão, nos períodos de ausência;*
- Aos alunos (as), que aceitaram de forma madura e responsável, os momentos de ausência necessária;*
- Às novas amizades conquistadas como aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia e durante as caminhadas para realizar esta pesquisa.*

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	7
Lista de Mapas.....	8
Lista de Gráficos.....	9
Lista de Fotos.....	10
Resumo.....	11
Abstract.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE DO PARANÁ	22
1.1 - A agricultura no Sudoeste do Paraná antes do pacote tecnológico da “Revolução Verde”	22
1.2 - Modernização da agricultura e fortalecimento do cooperativismo agropecuário no Sudoeste do Paraná	26
1.3 - Os efeitos territoriais resultantes da modernização agrícola na área de atuação da Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO)	30
1.3.1 - Utilização de máquinas, equipamentos, insumos de origem industrial, sementes selecionadas, mão-de-obra assalariada e financiamentos agrícolas	31
1.3.2 - As transformações na estrutura fundiária	44
1.3.3 - Alterações na produção agrícola	51
2- O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO SUDOESTE DO PARANÁ	61
2.1- Breve histórico do cooperativismo: das idéias originais à situação atual	61
2.2- Relações entre negociantes locais e agricultores, no Sudoeste do Paraná, antes de 1970	67
2.3- As cooperativas de produção agropecuária do Sudoeste do Paraná	70
3 - COAGRO: MUDANÇAS NO PERÍODO DOS INCENTIVOS ESTATAIS E CRÉDITOS SUBSIDIADOS	76
3.1 - Fundação e fortalecimento da COAGRO, frente aos incentivos estatais e créditos subsidiados	76
3.2 - Expansão da COAGRO e alterações na política agrícola	87
4- DIVERSIFICAÇÃO, CRISE E REESTRUTURAÇÃO DA COAGRO	108
4.1- Diversificação e expansão territorial	108
4.2- Crise e reestruturação.....	128
4.3- Caracterização do quadro social da COAGRO	144
4.4- Gestão e participação dos associados na COAGRO	146
4.4.1- Relação cooperados x administração da cooperativa	149
4.5- Circulação de mercadorias a partir da COAGRO	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS.....	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Variação da produção (toneladas) de feijão, milho e soja - 1980 e 1985	56
Tabela 02 – Cultura do trigo e da soja nos municípios em análise – 2004	59
Tabela 03 – Repasse de financiamentos aos associados pela COAGRO – 1975	81
Tabela 04 – Evolução do recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1971 a 1975 - em sacas de 60 KG	83
Tabela 05 – Número de planos de financiamentos de repasse aos associados da COAGRO - 1977 a 1982	88
Tabela 06 - Recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1977 a 1982 - em sacas de 60 KG	90
Tabela 07 – Quantidade de insumos vendidos aos associados da COAGRO - 1978 a 1982	92
Tabela 08 – Distribuição dos associados da COAGRO por município e estrato da estrutura fundiária – 1981	97
Tabela 09 – Recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1983 a 1985 - em sacas de 60 KG	99
Tabela 10 – Volume de insumos vendidos pela COAGRO a seus associados - 1980 e 1985	101
Tabela 11 – A produção agrícola recebida e a capacidade armazenadora da COAGRO - 1980 e 1985	103
Tabela 12 – Número de estabelecimentos até 50 hectares nos municípios da área de atuação da COAGRO - 1970 e 1985	105
Tabela 13 – Recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1985 e 1990 - em sacas de 60 KG	110
Tabela 14 – Variação do volume de insumos revendidos pela COAGRO a seus associados - 1985 e 1990	111
Tabela 15 – Resumo do recebimento de leite pela COAGRO - 1989 e 1990	114
Tabela 16 – Capacidade armazenadora e propriedades da COAGRO - 1985 e 1990	115
Tabela 17 – Quadro social da COAGRO - 1990 e 1995 e número de propriedades até 50 hectares - 1985 e 1995 - por município	118
Tabela 18 – Recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1990 para 1995 - em sacas de 60 KG	120
Tabela 19 – Volume de insumos vendidos pela COAGRO a seus associados - 1990 e 1995	121
Tabela 20 – Leite industrializado pela COAGRO - 1995 a 1997	124
Tabela 21 – Evolução dos imóveis e capacidade armazenadora da COAGRO - 1990 e 1995	126
Tabela 22 – Recebimento da produção agrícola de grãos e leite pela COAGRO - 1995 a 2000	132
Tabela 23 – Recebimento da produção agrícola de grãos e leite pela COAGRO - 2000 a 2004	140

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização da COAGRO e da área de estudo.....	16
Mapa 02 – Área de ação da COAGRO em 1975.....	86
Mapa 03 – Área de ação da COAGRO em 1985.....	104
Mapa 04 – Área de ação da COAGRO em 1995.....	127
Mapa 05 – Área de ação da COAGRO em 2004.....	139
Mapa 06 – Principais destinos dos produtos revendidos pela COAGRO em 1990	156
Mapa 07 - Principais destinos dos produtos revendidos pela COAGRO em 1995	158
Mapa 08 - Principais destinos dos produtos revendidos pela COAGRO em 2004	160

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução do número de tratores nos municípios em estudo - 1970 e 1980..	36
Gráfico 02 - Número de estabelecimentos agropecuários por trator – 1980	37
Gráfico 03 - Aumento (%) do volume de recursos destinados aos financiamentos de custeio da produção - 1975 a 1980	38
Gráfico 04 - Número de estabelecimentos por trator - 1995/96	41
Gráfico 05 - Percentual de estabelecimentos e área ocupada no estrato de menos de 10 ha e de 11 a 50 ha nos municípios estudados - 1970 e 1975	46
Gráfico 06 - Número de estabelecimentos nos municípios analisados - 1970 a 1995/96..	51
Gráfico 07 - Crescimento da produtividade (toneladas/hectares) do trigo - 1980 e 1985.	55
Gráfico 08 - Redução da área plantada (hectares) no municípios estudados - 1985 e 1995/96	57
Gráfico 09 - Evolução do quadro social da COAGRO - 1970 a 1975	80
Gráfico 10 - Recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1971 e 1975 - sacas de 60 KG	85
Gráfico 11 - Fornecimento de adubos - NPK (sacas de 50Kg) e defensivos (Lt ou Kg) pela COAGRO aos associados - 1978 a 1982	94
Gráfico 12 - Número de funcionários da COAGRO - 1976 a 1984	96
Gráfico 13 - Redução do quadro social da COAGRO - 1990 e 1995	119
Gráfico 14 – Resultado operacional líquido da COAGRO - 1995 a 2004 - em mil reais..	129
Gráfico 15 - Faturamento da COAGRO, com a comercialização de insumos e supermercado (mil R\$*) - 1995 e 2000	136
Gráfico 16 - Evolução das vendas de insumos e em supermercados (em mil R\$) pela COAGRO - 2000 a 2004	142

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Local onde a COAGRO iniciou suas atividades em 1971	77
Foto 02 – Laticínio COAGRO, no município de Capanema/PR	123
Foto 03 – Unidade produtiva com melhoramento genético e de infra-estrutura, localizada no município de Capanema/PR	134
Foto 04 – Unidade produtiva sem melhoramento técnico, localizada no município de Capanema/PR	134
Foto 05: Assembléia Geral da COAGRO, realizada em 03 de fevereiro de 2006	147
Foto 06: Vista do escritório da sede da COAGRO, 2003	151

RESUMO

A pesquisa procura analisar a constituição e atuação da Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO), no sudoeste do Paraná, entre os anos de 1970 e 2004, evidenciando as transformações territoriais decorrentes de sua formação. Para isso, trabalhamos com a pesquisa bibliográfica, coleta de dados secundários e fizemos entrevistas, observando atividades cotidianas dos associados, além da análise de relatórios e documentos. Nos primeiros 15 anos de atividade, a COAGRO atuou como mediadora do processo de modernização agrícola, recebendo forte apoio do Estado, este, em grande parte, responsável por seu crescimento. Apesar dos subsídios oferecidos à cooperativa e aos cooperados, ocorreram alguns efeitos territoriais em sua área de ação, como o desaparecimento e o fracionamento de muitos estabelecimentos agrícolas, especialmente aqueles com área inferior a 50 hectares. Os efeitos das políticas econômicas, do final dos anos de 1980 e anos de 1990, foram sentidos pela COAGRO, aprofundando suas dificuldades financeiras, devido às quais, vendeu algumas unidades e passou por um processo de reestruturação em suas atividades. Após esse período de crise, a cooperativa vai-se firmando novamente como empresa capitalista, territorializando seus interesses e aqueles das grandes empresas fornecedoras de insumos, máquinas e compradoras de matéria-prima, intensificando a expansão do capitalismo no campo.

Palavras chave: COAGRO, territorialização, cooperativismo, modernização agrícola e Sudoeste do Paraná.

ABSTRACT

The research tries to analyze the constitution and performance of Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO), in the Southwest of Paraná State, between the years 1970 and 2004, outstanding the territorial transformations as a result of its transformation. For that, we have worked with the bibliographic research, secondary data collection and we have made interviews, observing daily activities of the partnerships, besides the analysis of reports and documents. In the first 15 years of activity, COAGRO has acted as a mediator in the process of agriculture modernization, receiving great support from the state, that was responsible for its growing. Despite the subsidies offered to the cooperative and to the cooperators some territorial effect have occurred on its area, as the disappearing and the fractioning of many farms, mainly those with an area less than 123,55 acres. The effects of economic policy in the end of the 80s and 90s were felt by COAGRO deepening its financial difficulties being obliged to sell some of its units and has suffered by a process of restructure of its activities. After this period of crisis, the cooperative again states as a capitalist company, territorializing its interests and those of big companies suppliers of agriculture supplies machines and buyers of raw material intensifying the expansion of the capitalism in the countryside.

Key words: COAGRO, territory, cooperatives, agriculture modernization, and Southwest of Parana.

INTRODUÇÃO

Estudar o Sudoeste do Paraná requer uma análise profunda, pois seu território já foi alvo de disputas internacionais entre o Brasil e Argentina. Resolvida a questão internacional, a região ainda foi palco de uma disputa estadual, ou seja, desta vez o Sudoeste do Paraná era contestado pelo Paraná e por Santa Catarina. Conforme Wachowicz (1995), em 1853, a quinta comarca de São Paulo constituiu a província do Paraná, com seus limites meridionais estendendo-se até o Rio Grande do Sul, às margens do rio Uruguai, porém, não havia acordo definido de fronteira entre os estados. Ao mesmo tempo, a construção da Ferrovia São Paulo - Rio Grande, passando pelo território contestado, fez com que as terras da região começassem a valorizar-se.

Após tensões sociais e o julgamento de recursos das autoridades paranaenses, abriram-se as negociações. O acordo foi definido, em 1916, quando o Paraná recuperou o Sudoeste (Palmas e Clevelândia) e perdeu para Santa Catarina as terras da vertente do rio Uruguai. Apesar de ter ocorrido o desfecho dessas questões geopolíticas, perdurou na região, durante muito tempo, o desinteresse e o descaso sobre sua ocupação. Talvez, o Sudoeste ainda não chamasse a atenção da classe dirigente, pois a dificuldade de acesso à área pela falta de estradas e pela densa mata dos pinhais (considerada uma barreira natural) impedia a ocupação de agentes capitalistas.

Vale ressaltar que a ocupação do Paraná acontece através de três *fronteiras* de expansão e o Sudoeste é uma das últimas áreas ocupadas e colonizadas efetivamente a partir de 1940. Para Feres (1990), na década de 1960, os três fluxos de expansão encontram-se e interpenetram-se: a *Fronteira Tradicional* de Paranaguá e Curitiba, através de sua pecuária nos campos, exploração do mate e dos pinhais, caracterizando o latifúndio pecuarista; a *Frente do Café*, ao norte¹ do estado, como latifúndio monocultor de exportação e a *Frente Colonial do Sudoeste* com suas pequenas propriedades policultoras para o mercado interno.

E é sobre a constituição e expansão de uma cooperativa agrícola de produção, em uma área de *fronteira*, no Sudoeste paranaense, que fizemos nosso estudo,

¹ Quanto à frente de ocupação do norte do Paraná, deve-se ressaltar a colonização feita pelos ingleses, através da Companhia de Terras Norte do Paraná. Segundo Wachowicz (1995), a ocupação ocorreu em regime de pequenos estabelecimentos agrícolas, com tamanho dos lotes variando de 5 a 10 alqueires.

envolvendo a colonização, as transformações na estrutura produtiva e fundiária no processo de modernização agrícola.

Podemos afirmar que o Sudoeste do Paraná² teve povoamento efetivo recente. Além dos caboclos e índios que viviam na região, a partir das primeiras décadas do século XX, mais efetivamente na era Vargas, houve algumas tentativas de ocupação do território brasileiro. Conforme Boneti (1995), a ocupação do Sudoeste acelerou-se a partir da década de 1940, caracterizando-se como uma *fronteira agrícola*, para onde se dirigiam muitos agricultores oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, expropriados em decorrência, entre outros fatores, da fragmentação das unidades produtivas por herança e pelo esgotamento do solo em seus estados de origem.

O desenrolar desse processo histórico e os laços que permanecem até hoje e que criaram ambientes comuns no Rio Grande do Sul e no Sudoeste do Paraná, fazem-nos refletir e tê-los como alvo de nossa pesquisa. São traços comuns o trabalho familiar e a existência de cooperativas de produção, por exemplo.

No Sudoeste, a ocupação ganha um caráter planejado a partir da concessão de terras a empresas colonizadoras que garantiam infra-estrutura aos posseiros que chegavam, como a substituição dos *velhos* caminhos por estradas. Uma das primeiras localidades a ser criada foi Bom Retiro, hoje Pato Branco, em 1918, com a função de acolher *caboclos* expulsos da região do Contestado.

A criação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) por Getúlio Vargas, em 1943, em Marrecas (hoje Francisco Beltrão), segundo Sposito (2004), pode ser considerada como uma demonstração do papel geopolítico do Estado na ação de configurar seu território, estabelecer fronteiras e limites e impor seu poder político. A relação entre o Estado e o território é efetivada pela criação de uma empresa que vai definir um sentido para as ações de ocupação de terras no Sudoeste do Paraná. A construção de estradas garante a melhoria da infra-estrutura regional, além de possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias. É o poder do Estado legitimando a intensificação das relações capitalistas de produção e a construção de *novos* territórios. Utilizando-se do seu poder, no início dos anos 1970, o Estado subsidia a criação ou o fortalecimento das cooperativas de produção agropecuária.

Porém, tal forma de colonização sofreu mudanças significativas na década de 1950. Segundo Wachowicz (1995), instala-se no Sudoeste, em 1950, a CITLA (Sociedade

² Conforme a classificação do IBGE, a mesorregião Sudoeste do Paraná é formada por 37 municípios.

Industrial e Comercial Clevelândia Ltda.), com a função de colonizar a *região*, na mesma área de atuação da CANGO. Após envolver-se em disputas de partidos políticos sobre o domínio do território e como os interesses da empresa eram contrários aos da política de estruturação fundiária, praticados até o momento de sua instalação, a CITLA passa a cobrar dos agricultores um preço alto pelas terras que tinham recebido gratuitamente da CANGO.

Dessa maneira, a luta pela terra no sudoeste caracterizou-se como um marco histórico. Segundo Abramovay (1981), após o esgotamento dos recursos legais, em outubro de 1957, os colonos ocuparam várias cidades do sudoeste, desencadeando o conflito entre jagunços contratados pelas companhias de terras e os agricultores na, popularmente conhecida, “*Revolta dos Colonos ou Levante dos Posseiros*”. Apesar do risco de conflito armado, os colonos conquistam um rápido acordo junto ao governo estadual e deixaram as cidades.

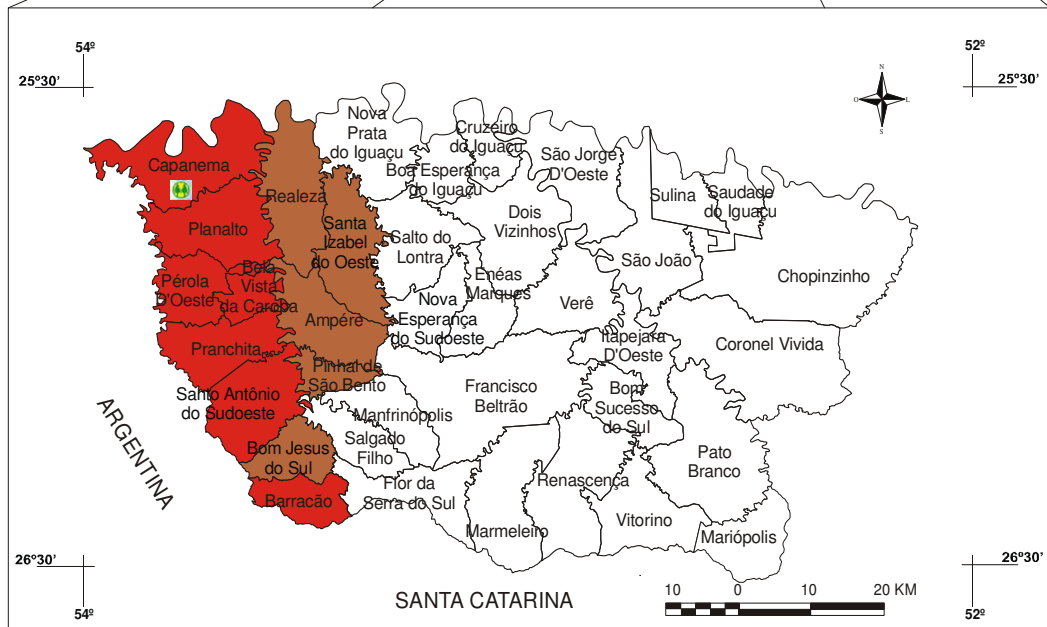
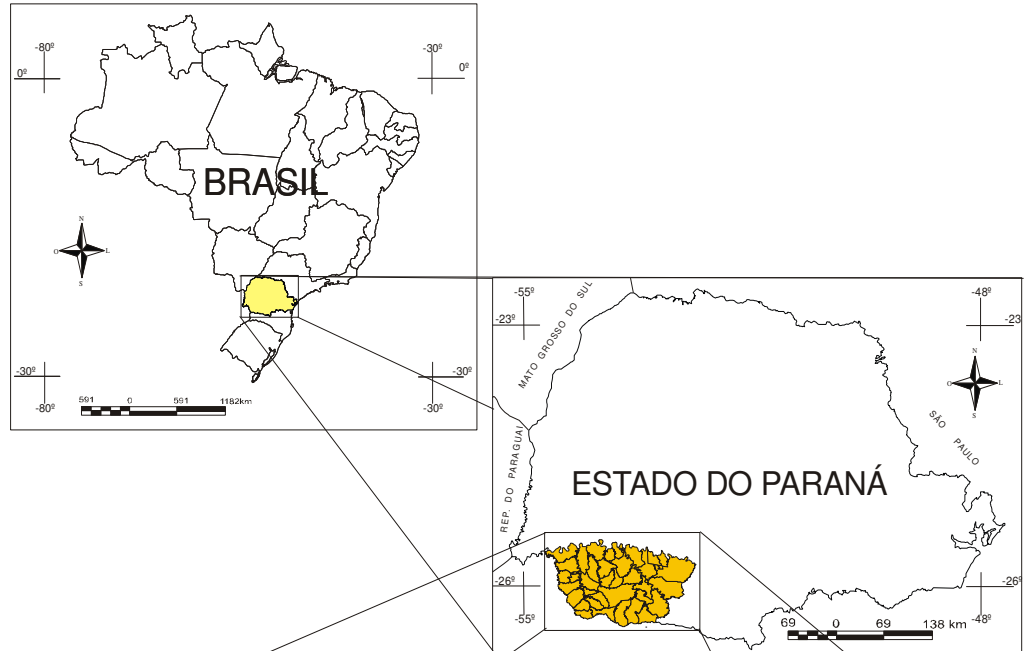
Para Sposito (2004), no sudoeste do Paraná, a estruturação efetiva do território acontece a partir da revolta dos posseiros de 1957, por meio da posse da terra, o que leva a uma divisão de propriedades e à criação de discontinuidades antes não existentes. “*Estas discontinuidades vão se firmando porque a malha das propriedades, o tamanho e a relação das cidades em rede, os fluxos de mercadorias e a força de trabalho vão-se cristalizando no território*”. (p.29-30)

A regularização definitiva da questão fundiária só aconteceu com a intervenção do GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), criado pelo Governo Federal, atuando entre 1962 e 1974. Esse acontecimento definiu a demarcação e expedição dos títulos de propriedade de boa parte das terras do Sudoeste, configurando um novo desenho territorial. É o Estado presente, historicamente, na ocupação, colonização e institucionalização da propriedade privada no Sudoeste do Paraná.

Conforme Saquet et al (2002 a), a partir da década de 1970, envolvidos pelo movimento de expansão do capitalismo, através da modernização da agricultura, os produtores agrícolas intensificam, apesar das dificuldades, o uso de máquinas, implementos agrícolas e insumos. Com isso, lentamente, aumentam a produção e o consumo de mercadorias. Essa relação dá-se, inicialmente, mediada pelos comerciantes locais e regionais e, posteriormente, pelas cooperativas empresarialmente desenvolvidas.




As transformações que ocorrem na agricultura do Sudoeste contribuem para inserir uma parcela dos agentes sociais na lógica nacional e internacional da expansão do capitalismo. Nesse contexto, a partir da década de 1970, as cooperativas, principalmente

Mapa 01: Localização da COAGRO e da Área de Estudo



LEGENDA:

Área de Atuação da COAGRO em 2004.

-  **Sede da COAGRO**
-  **Atuação Direta**
-  **Atuação Indireta**

Fonte: Assessoria de Comunicação da COAGRO, 2004.
 Base Cartográfica AMSOP, 2004.
 Org: Geógrafo. Juliano Oliveira Pinto de Souza, 2006.

aquelas ligadas ao ramo agropecuário, tiveram um papel significativo no processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.

Partindo do processo histórico de ocupação e colonização do Sudoeste e das *novas* condições que a modernização e a industrialização da produção criaram, efetivamos nossa pesquisa, tendo como objetivo principal analisar a constituição e atuação da Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO), no Sudoeste do Paraná, evidenciando as transformações territoriais decorrentes de sua formação. Através deste estudo, buscamos explicar alguns liames da integração do produtor agrícola ao capital, mediados pela atuação de cooperativas de produção.

A localização do recorte espacial em estudo pode ser observada no mapa 01, no qual destacamos os municípios do Sudoeste paranaense que faziam parte da área de atuação da COAGRO em 2004. Sua área de atuação direta, através de unidades de atendimento, era formada pelos municípios de Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste, Bela Vista da Caroba, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste e Barracão. A COAGRO atuava de forma indireta nos demais municípios³, ou seja, em Realeza, Santa Izabel do Oeste e Ampére, nos quais apenas realizava o recolhimento da produção do leite; já os sócios de Pinhal de São Bento e Bom Jesus do Sul, são atendidos nas unidades dos municípios mais próximos.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa baseiam-se em revisão bibliográfica para a constituição de referencial teórico que possa fundamentar a análise do objeto de estudo. Assim, tentamos compreender os precedentes da ocupação e colonização do Sudoeste, a modernização da agricultura, a atuação da COAGRO e seus mecanismos de subordinação de agricultores etc.

Sobre as últimas questões, buscamos fazer uma análise mais profunda, destacando as manifestações territoriais da colonização efetivada a partir de 1940, os efeitos territoriais da modernização da agricultura e as conseqüências da ação das cooperativas agrícolas no desenvolvimento e integração da produção familiar.

Além de buscar entendimento dos aspectos mais gerais, aprofundamos nossa análise sobre os agricultores associados à COAGRO, apresentando uma contribuição à discussão sobre o assunto. Analisamos esses aspectos a partir de pesquisa bibliográfica sobre

³ Antes da crise e de sua reestruturação, a COAGRO atuava de forma direta nestes municípios; com a venda das unidades de atendimento, alguns associados permaneceram em seu quadro social.

o tema e levantamento de dados junto ao IBGE (Censos Agropecuários⁴ e Produção Agrícola Municipal), a EMATER (Perfil da Realidade Agrícola), à COAGRO (consulta aos relatórios⁵, depoimentos e entrevistas) etc. Com essas informações, são analisados elementos do dinamismo regional, e estudamos a reorganização da estrutura fundiária e produtiva e as transformações que esta condiciona ao território.

Os dados da Produção Agrícola Municipal e do Perfil da Realidade Agrícola são aqui utilizados devido à ausência de um Censo Agropecuário atualizado (o último realizou-se em 1995/96). Como a forma de coleta de dados das fontes mencionadas não possuem os mesmos critérios, foram utilizadas apenas para demonstrar a continuidade do processo de modernização agrícola no ano de 2004.

Ao mesmo tempo, levantamos os aspectos que permearam a formação e a construção do Sudoeste do Paraná e o papel do migrante sulista, que tenta reproduzir ou manter certas características de sua origem em local diferente; levantamos aspectos do modo de vida atual, ou seja, sobre a produção agrícola (e pecuária), sobre a comercialização e seu envolvimento com as cooperativas de produção que existem na região.

Na cooperativa em estudo, buscamos dados e informações através dos relatórios anuais, entrevistas e participação em suas atividades. Algumas informações complementares vieram-nos através de correio eletrônico. A partir destes(as), analisamos o processo de fundação e a territorialização da COAGRO, mostrando aspectos da agropecuária local/regional articulada aos interesses nacionais e internacionais. Com os associados, realizamos entrevistas e visitas, em algumas propriedades, para entender a relação destes com a cooperativa e suas atividades cotidianas enquanto produtores e consumidores de mercadorias.

No total, são 70 entrevistas com associados da COAGRO, distribuídos em todos os municípios de sua área de ação. Como critérios para realizá-las, procuramos

⁴ Os Censos Agropecuários apresentam algumas limitações em seus dados, dificultando uma análise mais qualitativa. Estes não apresentam o volume de fertilizantes químicos e de agrotóxicos utilizados nos estabelecimentos; alguns Censos apresentam o valor gasto (moeda do ano de realização), outros apresentam o número de estabelecimentos que os utilizam. O Censo de 1985 apresenta o número de empregos temporários (neste caso a mesma pessoa pode ter emprego temporário em mais de um estabelecimento); os Censos anteriores referem-se aos estabelecimentos com emprego temporário (não importando quantas pessoas, contaram, apenas o estabelecimento); estas e outras mudanças de um Censo em relação a outro limitam a possibilidade de análise, mesmo que superficial, de algumas alterações que ocorreram no espaço rural.

⁵ Utilizamos os relatórios dos anos base de análise (1971, 75, 80, 85, 90, 95, 00 e 04) e outros, quando necessário; além disso, outros dados e informações relevantes para nossa análise sempre foram fornecidos prontamente pela COAGRO através de seu assessor de cooperativismo e comunicação.

conversar com agricultores que se associaram à COAGRO em diferentes momentos de sua expansão; de diferentes idades; mais ou menos atuantes na cooperativa; proprietários de estabelecimentos agropecuários de diferentes tamanhos; com variados graus de instrução, entre outros.

Uma particularidade das entrevistas com os associados da COAGRO foi a dificuldade de encontrá-los em casa ou, ainda, o medo de estarem sendo visitados por um fiscal, por isso, a maioria das entrevistas foi realizada nas sedes dos entrepostos da COAGRO. Talvez, algumas informações que os agricultores associados poderiam nos fornecer, por estarem dentro dos escritórios da COAGRO, podem ter sido minimizadas ou omitidas, o que poderia fortalecer algumas realidades levantadas ou oferecer novos elementos sobre a relação cooperativa *versus* cooperados.

Resumidamente, trabalhamos com a pesquisa bibliográfica, coleta de dados secundários e fizemos entrevistas, observando atividades do cotidiano dos associados, além da análise de relatórios e documentos. O conhecimento resultante desta pesquisa são as análises, reflexões e apontamentos, além da representação, através de tabelas, gráficos, mapas e figuras, os quais auxiliam para melhor apreensão dos fatos.

As reflexões são baseadas nos conceitos de território, territorialidade, territorialização e redes, os quais julgamos mais específicos em nosso estudo. Conforme Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, ou seja, ao apropriar-se de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Dessa forma, entende o território como relação de exercício de poder: “*o território é a prisão que os homens constroem para si*”. (p.144). Concordando com a idéia, Corrêa (1996) afirma que o território é uma apropriação por parte de instituições ou de grupos sobre um dado segmento do espaço. A territorialidade, por sua vez, refere-se: “[...] *ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas*”. (p. 251 e 252)

Para Saquet (2004), o processo de territorialização é um movimento histórico, resultante da expansão do capitalismo e de seus aspectos culturais. “*É um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob a tríade economia, política e cultura, que determina as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades*”. (p. 128)

Enfim, tentamos fazer uma abordagem territorial da constituição e atuação da COAGRO. Os resultados da pesquisa serão apresentados em quatro capítulos. No primeiro, fazemos uma análise sobre a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. Inicialmente destacamos a agricultura antes do pacote tecnológico da “*revolução verde*”, seguindo-se o processo de modernização da agricultura e o fortalecimento das cooperativas agropecuárias; além disso, os principais efeitos territoriais⁶ resultantes da modernização agrícola na área de atuação da COAGRO, realizando um comparativo em escala regional e estadual.

No segundo capítulo aborda aspectos do cooperativismo agropecuário no Sudoeste do Paraná. Para compreender a dinâmica atual do cooperativismo de produção, buscamos apresentar um breve histórico do assunto, das idéias originais à situação atual. Também realizamos apontamentos sobre as relações entre os negociantes locais e os agricultores no Sudoeste do Paraná, antes de 1970. Ainda abordamos sobre o cooperativismo agropecuário no sudoeste do Paraná, procurando entender sua origem e posterior fortalecimento como mediador do processo de modernização da agricultura.

Nos terceiro e quarto capítulos, apresentam uma análise das mudanças históricas da COAGRO, desde a sua fundação, em 1970, até o ano de 2004. Buscamos entender a atuação do Estado legitimando a expansão do capitalismo no campo através das cooperativas, que se utilizam dos incentivos para garantir sua territorialização, subordinando os agricultores aos interesses do capital.

No terceiro capítulo, apresenta mais especificamente uma análise sobre o processo de fundação e fortalecimento da cooperativa, inicialmente, marcado por créditos fartos e altamente subsidiados e, posteriormente, em momentos de variações na política agrícola, com queda no volume de recursos destinados ao crédito. Com isso, a COAGRO busca diversificar suas atividades e atrair novos associados, garantindo sua expansão e capitalização.

No quarto capítulo individualiza questões referentes à diversificação, crise e reestruturação da COAGRO, analisando as tentativas da cooperativa em firmar-se sem o incentivo do Estado, através da diversificação nos ramos de atuação e de sua expansão territorial. Este capítulo também apresenta a caracterização e o perfil dos associados da COAGRO e a relação entre ela e seus cooperados (participação em reuniões, assembléias, decisões, gestão, comercialização com a cooperativa, entre outros). E, ainda, uma análise e representação da circulação de mercadorias através da COAGRO, a qual vende insumos

⁶ Mudanças na estrutura fundiária, no uso do solo, nas técnicas de produção, nas relações mercantis etc.

agrícolas, produtos veterinários e alimentícios aos associados e faz a revenda da produção de seus associados, articulando territórios e concretizando novas territorialidades.

1 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE DO PARANÁ

Com a expansão do Modo Capitalista de Produção no espaço agrário brasileiro, ocorre a inserção de novas áreas territoriais à ciranda mercantil; alguns aspectos do *antes* permanecem, *outros* vão sendo transformados e inseridos em um novo contexto: da produção de mercadorias e acumulação de capital.

Tal processo ocorre, conforme Sorj (1986), em fins da década de 1950 e, com maior intensidade, a partir da década de 1960. Com isso, definem-se os mecanismos de integração da agricultura no padrão de acumulação industrial, que irá exigir uma reorganização da agricultura a partir da intervenção do Estado e dos grupos chamados a orientar a nova dinamização da produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação. No Brasil, essas forças eram, fundamentalmente, substantivadas pelo grande capital monopólico, ao qual se associarão, em posição secundária, os grandes proprietários de terra.

Com a modernização da agricultura, mais especificamente no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1950 e, posteriormente, em Santa Catarina, e, com o “*fechamento*” da fronteira agrícola nesses estados, novas áreas passaram a ser definidas e procuradas, visando à expansão da produção para uma nova fronteira agrícola; expansão que já é, em parte, manifestação da modernização da agricultura, especialmente no Rio Grande do Sul. Com isso, o Sudoeste do Paraná, que já era ocupado por uma população de índios e caboclos⁷, passa a receber os excedentes populacionais das antigas áreas de colonização do Rio Grande do Sul.

1.1 - A agricultura no Sudoeste do Paraná antes do pacote tecnológico da “Revolução Verde”

⁷ Wachowicz (1987) afirma que o caboclo do Sudoeste não era necessariamente descendente de índio; o importante é que tivesse sido criado no *sertão*, com hábitos e comportamentos de *sertanejo*, e que tivesse pele escura. Na grande maioria eram considerados pobres, possuíam de 5 a 8 alqueires de terra e viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu.

Para entender o processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná, faz-se necessário analisar um pouco do processo anterior, o que foi marcado pela ocupação cabocla, e os primeiros tempos da chegada de gaúchos e catarinenses que vai até o final de década de 1960 e início de 1970, período em que a agricultura sudoestina já era diversificada e apresentava um certo dinamismo de caráter mercantil. Com isso, os agentes do capital, articulados ao Estado, passam a influenciar e a impor um novo ritmo de vida e trabalho, através de mudanças na base técnica da produção agrícola e em outras atividades do cotidiano.

O Sudoeste do Paraná é uma região de povoamento efetivo recente. Conforme o Diagnóstico Sócio-econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná (1992), os primeiros caboclos que aqui chegaram, a partir de 1850, tiveram uma área de terra negociada com os índios e viviam basicamente da coleta na mata, da caça, da pesca e, mais tarde, de uma agropecuária de auto-consumo seguida da extração de madeira e erva mate. Abramovay (1981) explica que os habitantes da região, antes de 1940, viviam mais de caça; eram maltrapilhos, mas alimentavam-se muito bem e a boa alimentação era um sinal fundamental de *riqueza*.

Os caboclos não possuíam a propriedade da terra, eram posseiros. Conforme Abramovay (1981) e Feres (1990), praticavam agricultura em pequenas áreas, utilizando-se da queimada para limpeza, usando a cinza como fertilizante. O pousio era a técnica usada para recuperar a fertilidade da terra, o que caracterizava um relativo nomadismo dessas populações caboclas. Nas palavras de Abramovay (1981), até os anos de 1940, o Sudoeste do Paraná era um “sertão bravo”; pouca gente o habitava e a baixa densidade demográfica era uma das premissas necessárias à existência da economia cabocla.

Para Wachowicz (1987), os caboclos que haviam ocupado as regiões de mata como posseiros preocupavam-se em colher uma quantidade de mate nos ervais nativos, o que lhes fornecia algum dinheiro para adquirir os produtos indispensáveis como armas, sal e algum vestuário. O feijão e o milho por eles plantados eram consumidos na subsistência familiar. Derrubavam e queimavam a mata e depois com o “sengo” (extremidade superior de uma foice quebrada servindo de pá) em punho, cesto de milho ou feijão a tiracolo, plantavam no solo e cobriam com os pés, o que caracterizava um processo agrícola bastante rudimentar.

Além desses cultivos, Feres (1990) acrescenta o arroz, o amendoim e, especialmente, a mandioca como principais culturas de consumo familiar. Também afirma que a cultura do milho desenvolveu-se com maior intensidade, associada com a suinocultura, principalmente, após 1917, quando foram fundados os primeiros frigoríficos no Paraná.

Durante a economia cabocla, as relações comerciais eram muito modestas, segundo Feres (1990), tanto na atividade ervateira quanto na suinocultura, até a caça e a venda de couros de animais reduziam-se a um sistema de trocas. A ligação entre o caboclo e o consumidor era garantida pelos bodegueiros, pequenos comerciantes fornecedores dos gêneros de primeira necessidade que não podiam ser produzidos localmente. De certa forma, apropriavam-se de parte do trabalho excedente do caboclo e acumulavam capitais.

A população cabocla tinha uma vida simples, seu estágio de desenvolvimento técnico era rudimentar, quase primitivo, seus instrumentos de trabalho eram o “sengo”, o “xuxo”⁸, a foice, o machado, o facão, a arma de fogo etc. Conforme Abramovay (1981), o caboclo “[...] *se interessava pela terra na medida que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que ele plantava. A terra só lhe servia como objeto de seu trabalho, separado deste trabalho ela não tinha valor algum. A propriedade não era premissa para a produção*”. (p.12)

Conforme Feres (1990), a década de 1950 marcou a crise definitiva de *fechamento da fronteira colonial sulista*, pelo esgotamento das terras e pelo crescimento vegetativo da população, que provocava o fracionamento excessivo das propriedades, praticamente inviabilizando as atividades produtivas da época. Assim, os filhos dos *camponeses* sulistas lutavam para se estabelecer e reproduzir, no Sudoeste, o que aprenderam com seus pais, praticando uma agricultura diversificada baseada na pequena propriedade de produção familiar. Segundo Brum (1988), após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1940/50, o Rio Grande do Sul torna-se um grande “*exportador de gaúchos*” para o oeste catarinense e sul/sudoeste do Paraná, onde havia extensas áreas de terras férteis cobertas por florestas.

A intensificação da chegada de gaúchos e catarinenses foi produzindo um efeito desagregador sobre a economia cabocla. Segundo Abramovay (1981), quando a chegada adquiria proporções mais significativas, o desbravamento da terra pelo *caboclo* passou a ser feito não visando à produção, mas à venda. O dinheiro recebido pelo direito de uma nova clareira aberta na mata passou a ser mais um recurso que a mata colocava à sua disposição, intensificando a ocupação e, aos poucos, também a produção e o consumo de mercadorias. A substituição de uma população por outra foi uma transição não apenas sócio-

⁸ Conforme Abramovay (1981), o xuxo, era como se dizia na região; o *chuço* é uma cavadeira de pau utilizada para realizar o plantio sobre as cinzas da queimada.

econômica, mas também étnica e cultural, gerando novas configurações no território sudoestino.

Os migrantes que chegavam ao Sudoeste não se tornavam proprietários, pois não possuíam o título de proprietário, continuavam como posseiros, mas delimitavam a área, cercavam-na, determinando-a como particular. Conforme Wachowicz (1987), muitos dos recém-chegados eram auxiliados pelos caboclos para conseguir uma posse, pois este desejava ter um vizinho. Outros, ainda, compravam o direito da posse dos caboclos que não resistiam a qualquer oferta de compra. Geralmente, o negócio concretizava-se na troca por um cavalo encilhado, por uma pistola, uma espingarda etc.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2004), a forma de produção e utilização da terra e as características naturais da mesorregião Sudoeste do Paraná contribuíram para a definição da estrutura fundiária, em que a pequena unidade de produção familiar predominou como forma de organização da produção agrícola e, ainda, como um modo de vida e de relações com o mundo.

As técnicas de utilização do solo usadas pelos agricultores até os anos de 1970, segundo Abramovay (1981), consistiam na rotação de terras como forma de preservar a fertilidade do solo. O uso de adubação orgânica era irrisório e a propriedade era dividida basicamente em três partes: uma área de pastagem, uma de lavoura (cujas dimensões variavam conforme as demandas de mercado e a quantidade de braços disponíveis) e uma área de pousio ou capoeira (terras em descanso). Na área em cultivo, existia constante rotação de culturas, o que, por si só, contribuía para repor alguns dos nutrientes que as plantas tiravam do solo.

Além dos instrumentos de trabalho já utilizados pelos caboclos, os gaúchos e catarinenses recém-chegados iniciaram a utilização do arado de tração animal, da plantadeira animal, da carroça de bois e outros. Para Abramovay (1981), a mecanização com tração animal ocorria logo após o primeiro ou segundo ano da lavoura; o arado era utilizado após o apodrecimento ou queima de obstáculos naturais (tocos e madeira) na terra. Além de representar uma forma diferente do sistema de utilização da terra pelos caboclos, o autor também afirma que “[...] enquanto a mecanização a tração animal permanece estagnada em termos nacionais, no Paraná como um todo ela aumentou mais de 40% e no Sudoeste paranaense ela sobe mais de 120% entre 1950 e 1970”.(p.75)

Embora tímida esta melhoria técnica, significava um aumento da produção e do consumo e, conseqüentemente, de relações mercantis, através das quais, os produtores agrícolas que mais se destacaram acumularam capitais, adquirindo alguma máquina ou lote de

terra. Porém, quem mais se beneficiava eram os negociantes, que forneciam mercadorias e faziam o elo entre agricultores e atacadistas. Esta dinâmica regional produziu novas territorialidades, surgiram novos povoados, outros se fortaleceram e tornaram-se cidades, condicionando as pessoas a novas formas de organização de produção e circulação de mercadorias.

[...] As unidades produtivas familiares são, simultaneamente, unidades de consumo: os proprietários vendem os excedentes e compram o que não produzem, como o sal e os tecidos até instrumentos de trabalho para a prática agrícola. No mercado, regidos por sua lógica, são subordinados e explorados pelos agentes do capital industrial, comercial e financeiro. (SAQUET et al, 2002 a, p.11)

O mesmo autor também afirma que os agricultores eram os donos dos meios de produção, os negociantes formavam o grupo dominante, explorador e acumulador, revendendo o excedente agrícola, produtos manufaturados, emprestando dinheiro etc. Para Abramovay (1981), a partir do momento em que o pequeno agricultor compra aquilo que necessita junto ao comerciante, sua produção deixa de lhe pertencer: *“Como o volume desta produção é reduzido, fica nítido o laço de dependência, pois ele trabalha quase exclusivamente para pagar o comerciante”*. (p.99)

As cidades e os povoados, nos anos de 1960, tinham como papel principal a atividade mercantil e a prestação de serviços. Para Saquet et al (2002 a), eram locais específicos da realização do excedente gerado, nas unidades produtivas, com trabalho familiar. *“Os centros urbanos não se apresentavam como grandes consumidores, capazes de suscitar o aparecimento de setores regionais especializados no abastecimento urbano”*. (CORRÊA, 1970, p.10)

Assim, a partir do final da década de 1960 e início de 1970, com a incorporação de novas práticas de cultivo, a base produtiva do Sudoeste do Paraná passa por uma grande transformação. A adubação química, o uso de calcário e a mecanização da produção, lentamente, vão substituindo as técnicas de pousio e rotação de terras; e o surgimento da soja, como cultura de exportação, vai intensificando cada vez mais as atividades produtivas no espaço rural.

1.2 - Modernização da agricultura e fortalecimento do cooperativismo agropecuário no Sudoeste do Paraná

O Estado brasileiro não só apoiou como também criou condições favoráveis para que o processo de tecnificação e industrialização da agricultura ocorresse. Se, de um lado, ampliou o mercado nacional e a produtividade, de outro, a agricultura foi inserida num processo de modernização que favorece(u) os interesses das grandes corporações transnacionais ligadas ao setor agrícola, que passam a ditar regras e impor uma dinâmica mais intensa à produção agrícola e ao cotidiano das pessoas, sem considerar as conseqüências sociais e ambientais do Brasil.

Brum (1988) entende a modernização da agricultura como um processo através do qual ocorreram modificações na base técnica da produção; caracterizou-se pelo uso intensivo nas unidades produtoras, de máquinas e insumos químicos bem como por maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas como a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo de solos, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados.

Sobre o processo de modernização da agricultura, também Graziano Neto (1982) e Brum (1988), entre outros, afirmam que este foi além de mudanças técnicas; é muito mais do que isso. Simultaneamente ao processo modernizante, vai-se modificando a organização do processo produtivo e ocorrem mudanças nas relações sociais de produção. O objetivo principal da produção agropecuária que antes era a subsistência da família apenas com o excedente comercializado, agora, está centrado nas determinações do mercado e na racionalidade do ganho, através do qual se dá a acumulação.

O processo que, no Brasil, denominamos modernização da agricultura ocorre com o movimento de expansão do grande capital, em nível internacional, a partir do que mundialmente ficou conhecida como “*Revolução Verde*”. Ocultos atrás de objetivos de aumento da produtividade agrícola no mundo, estavam cristalizados os interesses de expansão de grandes corporações transnacionais que, de início, agem como patrocinadoras da modernização e, em seguida, passam a receber o apoio e a legitimação do Estado.

[...] A substituição de uma agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento de máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer o financiamento aos países que aderissem ao processo de modernização. (BRUM, 1998, p. 45)

Inicialmente, a modernização da agricultura, conforme o mesmo autor, foi idealizada e patrocinada pelo grupo econômico Rockefeller, com sede em Nova Iorque (EUA). Além de atuar nos Estados Unidos, o grupo patrocinou projetos-piloto em países

selecionados como México, Filipinas e, em menor escala, no Brasil. Este autor também afirma que, no Brasil, ainda em 1943, um dos chefes do grupo econômico fundou três empresas vinculadas ao grupo: a Cargill, a Agrocere e a EMA. Segundo Corrêa (1996), o capital, especialmente aquele associado às grandes corporações transnacionais, possui seu próprio território, ou seja, as grandes empresas desenvolvem um conjunto de práticas espaciais visando à permanência de seu território e à criação de outros para intensificar sua expansão.

Brum (1988) afirma, ainda que, pela influência do grupo Rockefeller, na década de 1950, foi criada, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR. Logo após foram criados organismos idênticos em outros estados, entre eles a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, em 1956, no Rio Grande do Sul. Diante das ocorrências o governo brasileiro já havia assumido a responsabilidade de acelerar o processo de sua implantação no país.

Brum (1998) afirma que:

Com o avanço do processo de modernização, ocorre a chamada ‘industrialização da agricultura’ ou ‘industrialização do campo’. Este fenômeno se expressa no fato de a agricultura, enquanto setor produtivo, se tornar uma atividade crescentemente empresarial, ao mesmo tempo que se transforma num importante mercado para máquinas e insumos modernos produzidos pela indústria. [...] O processo modernizador não é parte de um projeto nacional próprio, mas introduzido, de fora para dentro e de cima para baixo, sob o comando do grande capital financeiro-industrial, internacional e nacional. (p.61)

Conforme Mazzali (2000), o modelo de modernização via Complexo Agroindustrial (CAI), articula a agricultura, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital agrícolas e, por outro, com a indústria processadora de produtos agrícolas, a agroindústria. Com essas mudanças, a reprodução ampliada da agricultura passa a depender, cada vez menos, dos recursos naturais e mais dos meios de produção gerados por um setor especializado da indústria.

[...] o capital não transforma de uma vez todas as formas de produção em produção ditada pelo lucro capitalista. Dessa forma, a sua expansão se faz de forma desigual e contraditória. É assim que ocorre com a chamada “*modernização conservadora*” ou com a tecnificação ou, ainda, com o progresso técnico na agricultura. Como sabemos, o processo de produzir é também um processo de consumir. (OLIVEIRA, 1981, p.11)

A partir da década de 1950, mais especificamente depois de 1970, a expansão do capitalismo no campo brasileiro, através da modernização da agricultura, tornou-se muito mais intensa. O processo não foi uniforme, nem no que diz respeito aos produtores, nem no que se refere às regiões atingidas. De modo geral, beneficiou alguns produtores,

principalmente médios e grandes, atingindo em especial as áreas mais dinâmicas do centro-sul do Brasil.

A modernização da agricultura no Brasil, conforme Brum (1988), possui características gerais comuns, entre elas: a especialização, com forte tendência à fixação de monoculturas regionais; a viabilização e consolidação da empresa rural capitalista, acompanhada do desaparecimento de pequenas propriedades rurais em regime de trabalho familiar; a concentração da propriedade da terra; a supervalorização das terras; o uso intenso do fator capital; a dependência em relação ao setor bancário; o estímulo preferencial pelos produtos agrícolas de exportação e a expulsão de numerosos contingentes populacionais do espaço rural para periferias urbanas, agravando os problemas sociais decorrentes.

No que se refere à modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná, Brum (1988) afirma que ela se manifesta na década de 1960 e, principalmente, nos anos de 1970. Para Alves et al (2004), no processo de modernização da agricultura brasileira, muitos agentes foram responsáveis pela configuração do espaço geográfico e do território: “[...] *Destes agentes destacam-se, em especial, a partir da década de 1960, a presença do Estado, das cooperativas e agroindústrias privadas que direcionaram seus esforços para subordinação e incorporação de atividades agrícolas ao capital*”. (p.160)

O processo de modernização agrícola provocou a rearticulação no processo produtivo e a retomada das cooperativas⁹. Nesse contexto, o Estado reservou às cooperativas de produção o papel de principal executor das políticas públicas voltadas ao setor rural (preços mínimos, compra da safra de trigo, créditos oficiais subsidiados etc). Assim, as cooperativas de produção agropecuária tiveram um papel decisivo na modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná e em outros lugares do Brasil.

Beneficiando-se dos incentivos estatais, as cooperativas criaram grandes infra-estruturas para receber e comercializar a produção, revender sementes selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, mediar a aquisição de financiamentos subsidiados, oferecer assistência técnica etc. Enfim, intensificaram a circulação de mercadorias e a subordinação dos produtores ao capital em diferentes escalas.

Desta forma, o produtor é inserido em *novo* processo produtivo, porém, apesar de subordinado à lógica da reprodução capitalista, as condições de mecanização são condições necessárias para sua permanência como produtor agrícola. No Sudoeste do Paraná, o cooperativismo agrícola tem sua estruturação no final da década de 1960. Porém, são

⁹ No início da década de 1970, no Sudoeste do Paraná, atuavam as seguintes cooperativas de produção: CAMDUL, COAGRO, COASUL, CAMISC, CAPEG e COMFRABEL.

acontecimentos como a expansão do cultivo da soja e os créditos altamente subsidiados que fortaleceram o cooperativismo regional, do qual destacaremos, em nossa pesquisa, a Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO), fundada em 1970, com sede no município de Capanema – PR.

1.3 - Os efeitos territoriais resultantes da modernização agrícola na área de atuação da Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO)

Com o avanço do processo de modernização da agricultura, ocorreram mudanças técnicas na produção agrícola e na maneira de viver dos produtores familiares. Para analisar esses índices de utilização das técnicas consideradas modernas, que levam à mecanização e a tecnificação da lavoura, consideramos Graziano Neto (1982), Brum (1988) e Hespanhol (1990), entre outros autores, para os quais, a modernização se avalia pelo índice de máquinas, equipamentos, insumos modernos, uso de crédito oficial etc.

Conforme Corrêa (1970), a área de lavoura, nos estabelecimentos agrícolas no Sudoeste do Paraná, em 1965, correspondia à cerca de 30% do total. Já em 1970, baseando-se no Censo Agropecuário do IBGE, Abramovay (1981) afirma que esta proporção aumenta para 37,4%, atingindo 49,7% em 1975. Com isso, podemos perceber que, apesar das dificuldades, aumenta a área cultivada no Sudoeste assim como no território de ação da recém-criada COAGRO.

Sobre o uso de máquinas, Graziano Neto (1982), ressalta o uso de tratores, como, talvez, o melhor indicador do padrão técnico de uma agricultura, pois essas máquinas viabilizam a utilização de vários implementos (arados, grades, plantadeira, pulverizador etc), consolidando, assim, a mecanização da agricultura. Esse processo vai além da agricultura, pois extrapola a produção, envolvendo a industrialização de distintas atividades do espaço rural.

Afirma também que a produção nacional de tratores iniciou-se em 1959, com a instalação da Ford, primeira multinacional do setor a instalar-se no país. Conforme Sorj (1986), a indústria de tratores é controlada quase totalmente pelo capital estrangeiro; já a de máquinas e implementos agrícolas desenvolveu-se, especialmente no sul do Brasil, em torno da produção de trigo e soja, com rápido processo de desnacionalização nos últimos anos.

A seguir, através dos indicadores da modernização, faremos uma leitura deste processo nos municípios¹⁰ em que, em dezembro de 2004, a COAGRO possuía associados, apontando algumas mudanças e permanências que ocorrem (ram) neste território.

1.3.1 - Utilização de máquinas, equipamentos, insumos de origem industrial, sementes selecionadas, mão-de-obra assalariada e financiamentos agrícolas

Conforme já mencionamos, o número de tratores é indicador importante da prática agrícola mecanizada. Analisando o Censo Agropecuário de 1970, percebemos que, nesse ano, entre os municípios estudados, Santo Antonio do Sudoeste possuía o maior número de tratores (20), seguido de Ampére (17), Santa Izabel do Oeste (10), Capanema (8) etc, correspondendo, respectivamente, a 5,2%, 4,4%, 2,6% e 2,1% do total de tratores do Sudoeste do Paraná. Tais municípios são também destaque quanto ao número de arados de tração mecânica: Ampére (26), Santo Antonio do Sudoeste (17), Santa Izabel do Oeste (12), Capanema (9).

Os municípios que apresentam menor número de tratores são: Barracão (1) e Pérola D'oeste (3). Em geral, em 1970, os municípios estudados, não possuíam vetores de modernização agrícola muito expressivos. Regionalmente, o processo ainda era inicial e as cooperativas (COAGRO, CAMDUL, COASUL, CAMISC, CAPEG e COMFRABEL), que foram responsáveis por disseminar grande parte do “*pacote tecnológico*” da modernização, ainda estavam em fase de criação ou instalação.

No Censo Agropecuário de 1970, provavelmente as trilhadeiras foram contadas como automotrizes, pois o número de máquinas para colheita automotrizes e combinadas, como aparece no Censo, é muito elevado em relação ao número de tratores. Por essa razão não consideramos tais dados como total do indicador em questão. Muitas daquelas trilhadeiras, provavelmente, foram trazidas do Rio Grande do Sul por migrantes com melhores condições de vida ou algum capital acumulado onde o processo era mais intenso.

Em 1970, o número de arados de tração animal era significativo. Destacavam-se: Santo Antonio do Sudoeste (3.590), Capanema (2.586), Planalto (2.508),

¹⁰ Em dezembro de 2004, a COAGRO possuía sócios nos municípios de Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste, Bela Vista da Caroba, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Barracão, Bom Jesus do Sul, Pinhal de São Bento, Ampére, Realeza e Santa Izabel do Oeste.

Pérola D'Oeste (2.121) etc. Ressaltamos que, apesar das dificuldades e das poucas máquinas existentes como tratores, os produtores foram intensificando a produção de alimentos e matéria-prima; o arado de tração animal, por sua vez, foi componente fundamental nesse processo, substituindo técnicas mais rudimentares (foice, enxada, uso da queimada para limpar o terreno) nas áreas que possibilitavam sua utilização.

Sobre a utilização de calcário, é pequeno o número de estabelecimentos que faziam uso em 1970. A fertilidade natural do solo¹¹, a pouca utilização de tratores para arar a terra e até a dificuldade de acesso à compra de calcário limitavam seu uso no Sudoeste do Paraná (177 estabelecimentos). Nos municípios estudados, apenas 37 unidades produtivas faziam uso dele, destacando-se Capanema, com 15, em 1970.

Quanto ao uso de fertilizantes químicos, ao contrário do número de tratores, Barracão que, em 1970, possuía apenas um (1), destaca-se com 31 estabelecimentos, seguido de Realeza (25), Santo Antonio do Sudoeste (21) e Capanema (14). Juntamente com outros indicadores, o número de estabelecimentos que utilizavam fertilizantes ainda era insignificante, dada a fertilidade do solo e a recente intensificação de seu uso. Além disso, a modernização atingia, inicialmente, apenas parte dos produtores médios e grandes e o Sudoeste, caracterizava-se pelo predomínio da pequena unidade de produção familiar.

Conforme Hespanhol (1990), a elevação do emprego de máquinas e insumos industriais deveu-se, em grande parte, à existência de um sistema de crédito oficial que, a partir do final da década de 1960, passou a conceder quantidades crescentes de recursos financeiros aos produtores rurais, especialmente médios e grandes, que intensificaram a utilização desses bens.

Em 1970, os municípios que se destacaram em financiamentos para o custeio da produção foram: Barracão (Cr\$ 188 mil), Capanema (Cr\$ 181 mil) e Santo Antonio do Sudoeste (Cr\$ 162 mil). Nos financiamentos para investimentos destacaram-se: Realeza (Cr\$ 321 mil) e Capanema (Cr\$ 196 mil). Do total de financiamentos realizados no Paraná, em 1970 (84.628), o Sudoeste do Paraná participou com apenas 4.672 empréstimos, o que corresponde a 5,5%, sinalizando um processo de modernização agrícola mais lento no Sudoeste em relação a outras mesorregiões do Estado.

Através do crédito, o agricultor realizava a aquisição de máquinas, implementos e equipamentos, calcário, fertilizantes químicos, sementes selecionadas,

¹¹ O solo predominante no Sudoeste do Paraná, segundo Alves et al (2004), é o latossolo roxo que, por apresentar boa fertilidade também contribuiu para o desenvolvimento da agricultura. O substrato geológico, constituído por rochas efusivas básicas decorrentes de derrames basálticos da Formação Serra Geral, é o principal fornecedor de nutrientes para os solos.

agrotóxicos entre outros. Assim, a maior ou menor integração do agricultor ao crédito era um fator determinante do grau de intensidade da modernização agrícola.

Do volume total de créditos obtidos em 1970 e destinados à agricultura, no Sudoeste do Paraná, 2.621 (56%) propostas de financiamentos foram direcionadas para o custeio da produção, 1.408 (30%) para investimentos em máquinas e equipamentos e 643 (14%) para a comercialização da produção.

Sobre as políticas de financiamento rural, Delgado (1985) ressalta que:

O volume de crédito concedido por finalidade e as taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamentos (prazos e carências elásticas) constituem-se no principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais. Por meio dessa política expansionista, cresceu rapidamente a demanda por insumos modernos, criando-se assim, o espaço de mercado para consolidação do chamado Complexo Agroindustrial. (p.79-80)

Analisando os dados do Censo Agropecuário de 1970, notamos que assim como os financiamentos, a utilização de recursos com sementes selecionadas e agrotóxicos é pouco significativo. Nos municípios em estudo, as despesas com sementes selecionadas foram maiores em Santo Antonio do Sudoeste (Cr\$ 147 mil), Barracão (Cr\$ 128 mil), Planalto (Cr\$ 110 mil) e Capanema (Cr\$ 102 mil). Já os gastos com agrotóxicos foram mais intensos em: Capanema (Cr\$ 34 mil), Planalto (Cr\$ 24 mil) e Realeza (Cr\$ 23 mil). As despesas com sementes selecionadas, no Sudoeste do Paraná, correspondiam a 3,4% das despesas feitas no Estado, já aquelas com agrotóxicos representavam apenas 0,8%.

Quanto aos estabelecimentos que utilizavam empregados temporários, em 1970, o Sudoeste possuía 10,7% do total do Estado. Nos municípios em estudo, destacavam-se: Santo Antonio do Sudoeste (828) e Barracão (805), representando 0,69 e 0,67%, respectivamente, dos estabelecimentos com empregos temporários do Paraná.

Já os dados do Censo Agropecuário de 1975 indicam maior intensidade na utilização de máquinas e insumos, em relação a 1970. O número de tratores que, nos municípios em estudo, em 1970, totalizava 55 unidades, em 1975, passa para 832, correspondendo a um aumento de 1.412%. Desse total, 49 tratores eram de esteira, o que representou um aumento significativo na área de plantio e na mecanização da produção agrícola. Os municípios que possuíam o maior número de tratores eram: Santo Antonio do Sudoeste (233), Capanema (155), Santa Izabel do Oeste (127) e Realeza (114). Em relação a 1970, os municípios de Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste e Santo Antonio do Sudoeste tiveram um aumento significativo no número de tratores.

Analisando o número de estabelecimentos rurais por trator, Ampére é o município que se destacava em 1970, com um trator para cada 91,4 estabelecimentos. Já, em 1975, Santa Izabel do Oeste possuía um trator para cada 14,1 estabelecimentos, destacando-se também com uma máquina de colheita para cada 23,7 estabelecimentos e um arado de tração mecânica para cada 12,6 estabelecimentos. Santa Izabel do Oeste era o município que possuía a maior porcentagem dos estabelecimentos agrícolas (1,6%) com área superior a 100 hectares (médias e grandes propriedades), demonstrando relativa concentração fundiária e de capital.

Em 1975, os mesmos municípios que possuíam o maior número de tratores, tinham também o maior número de máquinas para colheita: Santa Izabel do Oeste (76), Realeza (65), Santo Antonio do Sudoeste (40), Capanema (36) etc. E ainda, tinham o maior número de arados de tração mecânica: Santo Antonio do Sudoeste (267), Capanema (188), Realeza (148), Santa Izabel do Oeste (142) etc.

Referente ao número de arados de tração animal, em nível de Paraná, há uma estagnação com 283.215 unidades em 1970, 290.316 em 1975 e 289.122 em 1980; no Sudoeste do Paraná, ocorre um aumento progressivo, com 42.239 unidades em 1970, 53.494 em 1975 e 58.275 em 1980, correspondendo a um aumento de 37,9% em dez anos. Aumento que também ocorre em praticamente todos os municípios em estudo, durante o período analisado, sendo mais significativo em Barracão, Santa Izabel do Oeste e Santo Antonio do Sudoeste, demonstrando que, apesar do aumento do número de equipamentos mais modernos, a modernização agrícola ainda é parcial e não atinge a todos os produtores e produtos agrícolas com a mesma intensidade.

Em 1975, conforme dados do Censo Agropecuário, ocorreu um aumento significativo no número de estabelecimentos agrícolas que utilizavam calcário e fertilizantes químicos. Em Santo Antonio do Sudoeste, 5,8% dos estabelecimentos utilizavam calcário; em Pérola D'Oeste, 4,4%; em Santa Izabel do Oeste, 3,9%; em Ampére, 2,7% etc; referente à utilização de fertilizantes químicos: em Realeza, 20% dos estabelecimentos (459) utilizavam fertilizantes, seguido de Ampére, com 17% (312); Capanema, 17% (509); Santa Izabel do Oeste, 17% (306) etc. De modo geral, nos municípios em estudo, 14% dos estabelecimentos faziam uso, média superior à do Sudoeste que foi de 12%, mas inferior à média do Paraná, que foi de 25%, para o ano de 1975.

O oferecimento da assistência creditícia, ou seja, os créditos fáceis a juros favorecidos, implantada a partir de 1965, segundo Brum (1988), foi um fator decisivo no processo de modernização da agricultura no Brasil. No Paraná, entre 1970 e 1979, o crédito rural apresentou o expressivo crescimento de cerca de 500%, passando de uma proporção de

37% para 89,4% do valor bruto da produção agrícola, o que revela uma forte dependência da atividade em relação ao crédito rural.

Sobre os financiamentos agrícolas, no Sudoeste do Paraná, o volume total de recursos, entre 1970 e 1975, aumenta¹² em 1.604%, nos municípios em estudo, 2.711%; no Paraná, o aumento é de 669%. Ao que parece, no Sudoeste, houve a incorporação de um número elevado de pequenos produtores mercantis ao crédito rural, facilitada pela atuação das cooperativas agropecuárias como mediadoras junto ao Banco do Brasil. Em 1975, a mesorregião Sudoeste do Paraná participou com 5,6% do volume de recursos utilizados no Paraná para o crédito agrícola. O crédito garante a expansão da modernização da agricultura, pois através dele o agricultor adquire sementes selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas etc.

Acompanhando o crescimento, no volume de recursos dos financiamentos, dá-se um aumento nas despesas com sementes selecionadas e agrotóxicos. Nos municípios estudados, em 1970, as despesas com sementes selecionadas representavam Cr\$ 709 mil; em 1975, eram Cr\$ 12.607 mil, significando um aumento de 1.678%. As despesas com agrotóxicos que, em 1970, foram de Cr\$ 116 mil, passaram para Cr\$ 4.329 mil em 1975 (+3.732%), demonstrando a intensificação do uso de sementes selecionadas e agrotóxicos e a integração da agricultura à indústria.

O Estado, enquanto incentivador da produtividade agrícola, permite aumentar a produção e a produtividade. De acordo com Sorj (1986), “*a acumulação que esse crescimento excedente permitirá, dar-se-á fundamentalmente no setor industrial de insumos e de processamento*” (p.66). A possibilidade de reprodução do capital através da agricultura está dada pelo crédito subsidiado, o qual atua como mecanismo de expansão dos setores industrial e comercial.

Entre 1970 e 1975, ocorreu um aumento de 24,5% no número de estabelecimentos agrícolas que utilizavam empregados temporários, demonstrando a intensificação da mão-de-obra assalariada temporária nos municípios estudados. Em 1975, destacaram-se: Santa Izabel do Oeste e Santo Antonio do Sudoeste, com 943 e 910 unidades produtivas, respectivamente, utilizando trabalho assalariado.

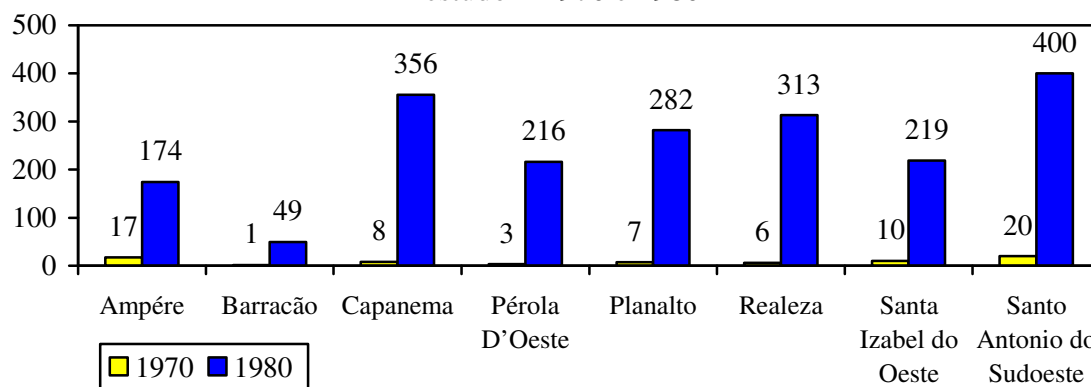
Em 1980, conforme os dados do Censo Agropecuário do IBGE, notamos um aumento significativo no número de tratores, máquinas para colheita e arados de tração

¹² O crescimento no volume de recursos destinados aos financiamentos, assim como as despesas com sementes selecionadas e agrotóxicos, refere-se ao total do volume de recursos, sem considerar a inflação do período em análise.

mecânica, nos municípios em estudo, resultado em parte dos créditos subsidiados que facilitaram a compra desses equipamentos e máquinas.

A evolução do número de tratores, entre 1970-80, pode ser observada no gráfico 01.

Gráfico 01 - Evolução do número de tratores nos municípios em estudo - 1970 e 1980



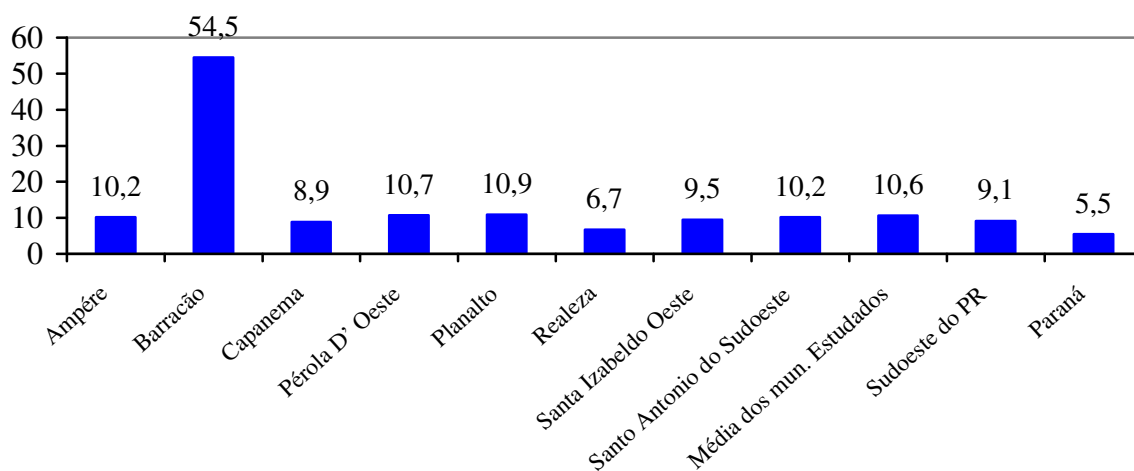
Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1970 e 1980.

Em 1980, conforme o gráfico 01, o município de Santo Antonio do Sudoeste possuía 400 tratores, um aumento de 1.900% em relação a 1970, seguido por Capanema com 356 (4.350%), Realeza com 313 (5.116%), Planalto com 282 (3.928%) etc. Proporcional ao número de estabelecimentos agropecuários, em 1980, Realeza destacava-se por possuir um trator para cada 6,7 estabelecimentos, uma máquina de colher para cada 7,6 estabelecimentos, uma máquina de plantio para cada 6,6 estabelecimentos e um arado de tração mecânica para cada 6,4 estabelecimentos, demonstrando um processo desigual que não tecnificou todos os lugares com a mesma intensidade.

Em 1980, a média paranaense era de 5,5 estabelecimentos agropecuários por trator. No Sudoeste, era de 9,1 e era de 10,6 no total dos municípios em estudo. Além de Realeza, que possuía um trator para 6,7 unidades produtivas, Capanema também ficava abaixo da média regional, com 8,9 estabelecimentos por trator. Barracão possuía um trator para cada 54,5 estabelecimentos, o que demonstra diferentes intensidades no processo de mecanização da agricultura.

Em relação ao total do Estado, em 1980, o Sudoeste do Paraná, possuía 11% (6.552) das máquinas para o plantio, 15% (4.194) das máquinas para colheita e 7% (6.488) dos arados de tração mecânica. Entre os municípios estudados, destacaram-se nesses indicadores: Santo Antonio do Sudoeste, Capanema, Realeza e Planalto.

Gráfico 02 - Número de estabelecimentos agropecuários por trator - 1980



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1980.

Nos municípios analisados, apesar de mudanças que indicam a modernização agrícola, os arados de tração animal permanecem significativos. Em 1980, por exemplo, Santo Antonio do Sudoeste possuía 5.564 arados de tração animal, registrando um aumento de 55% em relação a 1970. No município de Barracão, havia 3.277, em Planalto, 3.546 e em Capanema, 3.413 unidades.

Ao mesmo tempo, o uso de fertilizantes químicos intensifica-se entre 1970-80. Dos 57.664 estabelecimentos existentes no Sudoeste do Paraná, em 1980, em 22.399 utilizava-se fertilizantes químicos, correspondendo a 39% do total. Nos municípios em análise, a média é superior à do Sudoeste, 40% (8.559 estabelecimentos dos 21.339 existentes), como já observado através dos dados de 1975. Os municípios que se destacam na utilização de fertilizantes químicos são: Realeza com 57% dos estabelecimentos (1.205), Capanema 52% (1.664) e Planalto 47% (1.458).

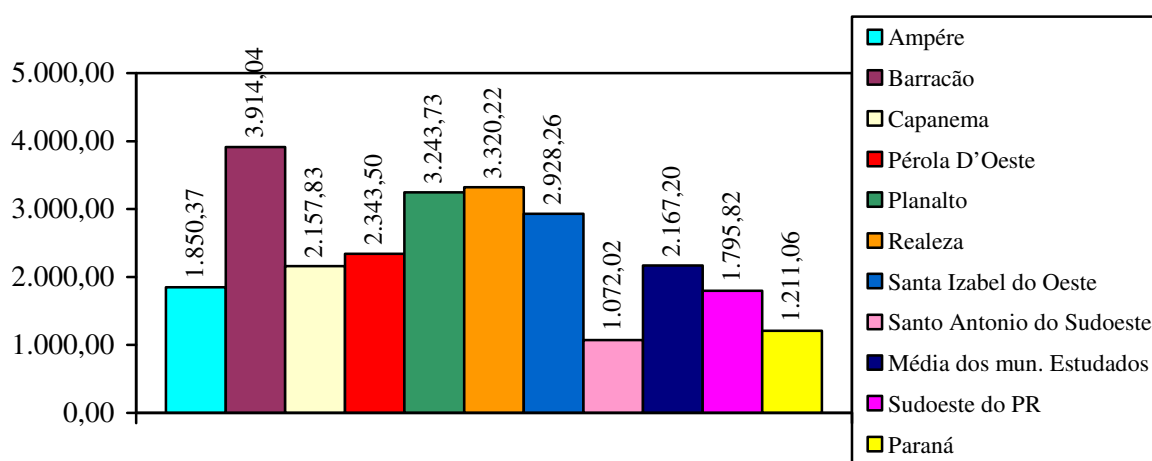
Em 1980, também aumentaram as despesas com sementes selecionadas e agrotóxicos. No Sudoeste do Paraná, entre 1975 e 1980, as despesas com sementes selecionadas aumentaram em 1.602%; nos municípios em estudo, o aumento foi de 1.576%, inferior ao registrado em nível regional, mas superior em relação ao índice verificado em nível de Paraná, que foi de 1.008%. Os municípios que se destacaram com o maior volume de recursos foram: Capanema com Cr\$ 40.439 mil, Realeza com Cr\$ 37.024 mil e Planalto com Cr\$ 35.895 mil; os mesmos municípios que possuíam o maior número de unidades produtivas, utilizavam mais fertilizantes químicos.

Esses municípios também estavam entre os que possuíam o maior número de tratores, de máquinas para o plantio e para a colheita, de arados de tração mecânica, no ano de 1980 e faziam parte da área de atuação da COAGRO. A presença de agências do Banco do Brasil, junto aos entrepostos da cooperativa, facilitava o acesso ao crédito e às novas técnicas de produção.

No Sudoeste, entre 1975 e 1980, as despesas com agrotóxicos apresentaram um crescimento de 1.933%; nos municípios em análise, foi de 1.532,6%, inferior ao crescimento regional e superior ao estadual, que foi de 1.282 %. Os municípios de Realeza e Capanema apresentaram os maiores gastos com agrotóxicos, respectivamente, Cr\$ 17.559 e Cr\$ 12.741 mil.

Em 1980, os financiamentos para custeio da produção e investimentos, apresentaram aumento considerável. Nos municípios em estudo, em 1975, as duas modalidades juntas, representavam 1,8% do total de recursos do Estado; em 1980, o percentual passa para 2,4%, o que significou um aumento de 1.356% no volume de recursos, superior ao crescimento estadual (1.004%). Nos financiamentos para o custeio, destacaram-se: Realeza com Cr\$ 127.027 mil, seguido por Capanema (Cr\$ 103.996 mil), Santo Antonio do Sudoeste (Cr\$ 102.505 mil) etc. Quanto aos financiamentos para investimentos, os maiores volumes de recursos ficaram com: Planalto (Cr\$ 24.018 mil), Santo Antonio do Sudoeste (Cr\$ 20.576 mil) e Santa Izabel do Oeste (Cr\$ 20.543 mil) etc.

Gráfico 03 - Aumento (%) do volume de recursos destinados aos financiamentos de custeio da produção - 1975 a 1980



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1975 e 1980.

Através do gráfico 03, representamos o aumento do volume de recursos destinados aos financiamentos para o custeio da produção agrícola, o qual foi mais

significativo entre os anos de 1975 e 1980. Nos municípios de Barracão, Pérola D'Oeste, Planalto, Realeza e Santa Izabel do Oeste, o aumento foi superior ao registrado nos níveis regional e estadual. Apenas Santo Antonio do Sudoeste apresentou aumento inferior ao da região Sudoeste e do Estado.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1985¹³, nos municípios analisados, a maioria dos indicadores da modernização da agricultura continuou intensificando-se. Entre 1980/85, o número de tratores no Sudoeste do Paraná apresentou um aumento de 18%; em 1985, eram 7,4% (7.481) do total do Estado (101.346), participação inferior a de 1980, quando possuía 7,7% dos tratores do Paraná. Nos municípios em estudo, o crescimento foi de 20%, representando 2,3% (2.390) do total do Paraná, participação menor que a de 1980, que era de 2,4%. Isso pode significar um ritmo menos intenso da mecanização em relação ao estado do Paraná. Em 1985, Capanema possuía o maior número de tratores (464), seguido por Realeza (378), Pranchita (295), Planalto (293) etc.

Em 1985, o número total de máquinas para colheita¹⁴, nos municípios em análise, no Sudoeste, assim como no Paraná, era inferior ao de 1980; a redução foi de 1,7%, 59% e 33%, respectivamente. Pérola D'Oeste possuía o maior número de colheitadeiras em 1985 (149), seguido por Santa Izabel do Oeste (102) e Pranchita (101). Já o número de máquinas para o plantio apresentou crescimento em relação a 1980; nos municípios estudados, foi de 24%, no Sudoeste, 78%, no Paraná, foi de 169,5%, com destaque para Planalto (554 unidades), Capanema e Santa Izabel do Oeste (415 unidades cada município).

Sobre arados de tração mecânica, os municípios em estudo apresentaram um aumento superior (19%) ao do estado (7,8) entre os anos de 1980 e 1985. Capanema e Realeza possuíam o maior número, com 469 e 424, respectivamente. O número de arados de tração animal também apresentou aumento no período: nos municípios estudados, o aumento foi de 16% e no estado, de 6%. Isso revela, sucintamente, que a modernização da agricultura não atingiu todos os lugares e pessoas com a mesma intensidade, além disso, não significou a

¹³ O Censo Agropecuário do IBGE, de 1985, apresentou algumas mudanças na forma de coletar os dados em relação a 1980. Os dados sobre sementes selecionadas e agrotóxicos eram apresentados como despesas em mil Cr\$, em 1980. Já o Censo de 1985 não apresentava dados sobre sementes, agrotóxicos, em mil Cr\$, apresentava apenas o número de estabelecimentos que faziam uso de agrotóxicos, sem informações sobre o indicador sementes selecionadas. Além disso, em 1980, apresentava o número de estabelecimentos que utilizavam emprego temporário, referindo-se as unidades produtivas, enquanto, em 1985, apresentou o total de empregos temporários, referindo-se aos trabalhadores. E, ainda, os financiamentos agrícolas em 1980, eram apresentados como custeio, investimentos e comercialização, com informantes e valor, já, em 1985, apresentava apenas o total de informantes e o valor.

¹⁴ Até 1975, o Censo Agropecuário do IBGE apresentava como colheitadeiras automotrizes e combinadas, provavelmente contando junto as trilhadeiras. A partir de 1980, apresenta como máquinas para colheita e para o plantio, esta mudança na forma de coletar os dados pode prejudicar a análise de um período em relação a outro.

substituição de todos os equipamentos de trabalho, ditos *mais rudimentares*, por equipamentos mais modernos. Há um processo desigual e contraditório de expansão do Modo Capitalista de Produção.

Na área em estudo, no período 1980/85, o número de estabelecimentos que utilizaram calcário passou de 373 para 1.321, o que corresponde a um aumento de 54%. Já no Paraná, o crescimento foi inferior (50%). Os municípios de Capanema e Pranchita destacaram-se, respectivamente, com 299 e 216 estabelecimentos que utilizaram calcário em 1985.

No mesmo período, o número de estabelecimentos que utilizaram fertilizantes químicos, no Paraná, sofreu uma redução de 17,8%. Já nos municípios em estudo, houve um aumento de 2,4%. Os municípios de Capanema e Planalto destacaram-se com o maior percentual de estabelecimentos utilizando fertilizantes químicos, respectivamente, 58% e 57%. Em 1985, o número de estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos era mais intenso nos municípios analisados (76,7%) em relação ao Paraná (73%). Destacaram-se em ordem decrescente: Pérola D'Oeste com 1.927 estabelecimentos, Santo Antonio do Sudoeste com 2.180 e Barracão com 1.880.

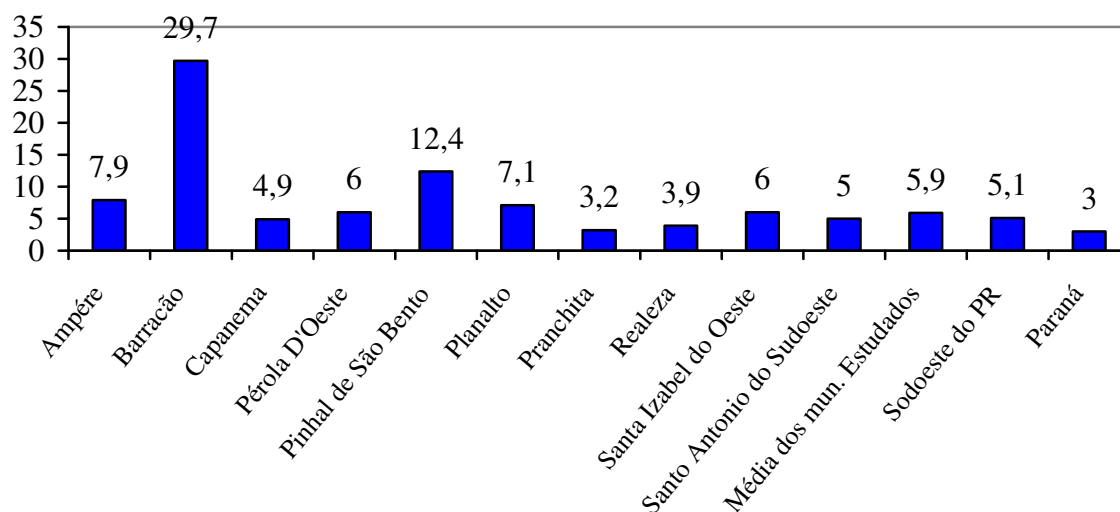
Em 1985, Capanema apresentava o maior número de empregos temporários (14.156), seguido por Santa Izabel do Oeste (10.467), Realeza (9.521) etc. Quanto à utilização de financiamentos agrícolas, houve uma redução no total de informantes entre 1980 e 1985. No Paraná, tal redução foi de 3%; nos municípios estudados, foi de 4%, período que coincide com a redução do crédito agrícola em nível nacional. No mesmo ano, os municípios que apresentaram maior número de informantes foram: Capanema (720), Pérola D'Oeste (686), Santo Antonio do Sudoeste (601), Planalto (561) etc.

Posteriormente, conforme dados do Censo Agropecuário de 1995/96, a maioria dos indicadores da modernização agrícola apresentou crescimento em relação a 1985. Nos municípios analisados, o aumento do número de tratores (23,7%) foi superior ao estadual (20%). Em 1985, esses municípios possuíam 2,3% da frota paranaense de tratores, com 1 trator para cada 8,3 estabelecimentos rurais. Já em 1995/96, possuíam 2,4% da frota, correspondendo a 1 trator para cada 5,9 estabelecimentos, sinalizando uma intensificação do uso de máquinas na agricultura.

A média de estabelecimentos por trator, nos municípios analisados (5,9) era superior à do Sudoeste (5,1) e à do Paraná (3). Todos os municípios estudados apresentaram a média de estabelecimentos por trator superior à do estado; alguns municípios ficaram abaixo da média total, demonstrando desigualdades regionais na utilização de máquinas na

agricultura. Destacaram-se: Pranchita com 3,2 estabelecimentos por trator, Realeza com 3,9 e Capanema com 4,9.

Gráfico 04 - Número de estabelecimentos por trator - 1995/96



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1995/96.

Na área em estudo, o número de máquinas para colheita continuou diminuindo, passando de 740 para 541 unidades entre 1985 e 1995/96, uma redução de 27%. Em nível estadual, ocorreu um aumento de 14%, passando de 21.023 para 23.968 unidades, este aumento deve ter ocorrido pela mecanização “*tardia*” em outras regiões do Paraná. Em 1995/96, Pranchita (88 unidades), Santo Antonio do Sudoeste (86) e Capanema (83), possuíam as maiores quantidades de máquinas para colheita; na quantidade de máquinas para o plantio, ocorreu um aumento, tanto nos municípios estudados (17,6%), como no Paraná (9%). O município de Barracão possuía o maior número de máquinas para plantio em 1995/96 (618 unidades).

O número de arados de tração mecânica permaneceu praticamente o mesmo entre 1985 e 1995/96, registrando-se um aumento de apenas 0,8% em nossa área de estudos, enquanto o Paraná apresentava aumento de 1,5%. Os municípios que se destacaram com o maior número de arados de tração mecânica foram os mesmos que possuíam o maior número de tratores: Capanema, Planalto e Realeza, demonstrando que o crescimento da indústria de tratores também garantia a expansão daquelas ligadas a seus acessórios.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, o número de arados de tração animal diminuiu em relação a 1985. No Paraná, a redução foi de 35%; nos municípios em estudo, foi ainda maior, de 39%. A permanência do número de arados de

tração mecânica e a redução do número de arados de tração animal evidenciam a escassez e as elevadas taxas de juros do crédito agrícola e, ao mesmo tempo, a diminuição do uso de equipamentos de trabalho mais rudimentares.

Nos municípios em análise, o número de estabelecimentos que utilizavam calcário e fertilizantes químicos apresentou crescimento entre 1985 e 1995/96. Ao mesmo tempo, diminuiu a quantidade de unidades produtivas que utilizavam agrotóxicos. No Paraná, o número de estabelecimentos que utilizava calcário aumentou 98%, índice inferior ao registrado nos municípios estudados: 170%. Ao que parece, a utilização intensiva do solo contribuiu para aumentar a necessidade da utilização de corretivos. Pérola D'Oeste possuía o maior número de estabelecimentos que utilizavam calcário em 1995/96 (715), seguido por Capanema (523) e Planalto (438).

No mesmo período, o número de estabelecimentos que utilizavam fertilizantes químicos, no Paraná, apresentou uma redução de 4%; nos municípios estudados, houve um aumento de 24% em relação a 1985. Em Capanema, por exemplo, 70% dos estabelecimentos (1.919) utilizavam fertilizantes químicos, seguido por Pérola D'Oeste 68% (1.442), Pranchita 66% (761), Planalto 65,7% (1.772) etc.

Em 1995/96, nos municípios estudados, o número de estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos apresentou uma redução de 47% em relação ao ano de 1985. Os municípios com maior percentual de unidades produtivas que utilizaram agrotóxicos foram: Pranchita com 62,5% dos estabelecimentos (722); Pérola D'Oeste, 58,4% (1.231); Realeza, 55,8% (836); Planalto, 49% (1.321) etc.

De modo geral, em 1995/96, os municípios de Capanema, Pérola D'Oeste, Planalto, Pranchita e Realeza destacaram-se, no que se refere ao número de unidades produtivas, na utilização de insumos de origem química e sementes selecionadas, o que revela a intensificação da prática agrícola centrada nos componentes da chamada Revolução Verde. Quanto ao trabalho assalariado, o Sudoeste do Paraná possuía 7,1% (7.152) dos trabalhadores do total do Estado (100.167). Nos municípios em estudo, Planalto destacava-se com 388 trabalhadores assalariados, o equivalente a 0,38% do total do Paraná.

Parte do processo de mecanização agrícola, como já mencionamos, foi patrocinado pelo Estado e por financiamentos. O crédito rural é um dos difusores das transformações das técnicas produtivas empregadas na agricultura, mesmo que dependendo do capital financeiro. O não acesso ao crédito elimina ou reduz a condição de produtores de mercadorias para muitos agricultores, principalmente aqueles com menor poder aquisitivo.

Nos financiamentos para o custeio da produção agrícola, o Sudoeste utilizou o equivalente a 7,9% (R\$ 30.441 mil) do valor utilizado no Estado (R\$ 385.242 mil). Santa Izabel do Oeste, Capanema e Pranchita destacaram-se com o maior volume de recursos destinados a esse fim, respectivamente, R\$ 1.370, R\$ 1.310 e R\$ 1.259 mil. Já na modalidade para investimentos, o Sudoeste participou com 11,1% (R\$ 9.213 mil) do valor utilizado no Paraná (R\$ 82.920 mil). Entre os municípios estudados, Realeza destacou-se com R\$ 356 mil, seguido por Santa Izabel do Oeste, R\$ 312 mil, Pérola D'Oeste, C\$ 311 mil etc.

Mais recentemente, em 2004, conforme dados do Perfil da Realidade Agrícola-EMATER/PR, o maior número de tratores está concentrado em Planalto (342), seguido por Santo Antonio do Sudoeste (263), que também possuía o maior número de colheitadeiras (121) e plantadeiras de tração motorizada (151). As plantadeiras de tração animal, mais utilizadas por pequenas unidades produtivas, eram destaque em Barracão e Pérola D'Oeste, com 180 e 141 unidades, respectivamente.

A mesma fonte de dados aponta, ainda, o município de Santo Antonio do Sudoeste com a maior utilização de calcário, adubação química e cama de aviário¹⁵. Quanto ao calcário, Capanema possuía o maior número de estabelecimentos (500) que realizaram aplicação, mas a maior quantidade utilizada foi em Santo Antonio do Sudoeste (17.000 ton).

Sobre a utilização de adubação química, Santo Antonio do Sudoeste era destaque em número de estabelecimentos (1.635), área (17.500 ha) e quantidade (4.375 ton). O mesmo município também destacava-se com 215 estabelecimentos utilizando cama de aviário (16.500 toneladas).

Dessa forma, percebe-se que o processo de modernização da agricultura contribuiu de forma significativa para a expansão do capitalismo no campo, produzindo implicações territoriais marcantes. Alteram-se as técnicas de produção e as formas de utilização do solo, gerando, em muitos casos, impactos significativos no solo, na vegetação, nos recursos hídricos e na fauna. Além disso, também ocorrem mudanças no cotidiano dos agricultores e suas famílias, com novos desafios a serem enfrentados e novas decisões a serem tomadas. Brum (1988), ao abordar as implicações da modernização agrícola, afirma que:

Da enxada, do arado de tração animal e da carroça passou-se ao trator, à automotriz, ao caminhão, ao automóvel etc. Rompeu-se o ritmo lento do mundo rural marcado pela tradição. [...] O agricultor, antes arreado em relação à cidade e avesso à dependência em relação ao banco, agora tem necessidade de estar presente com frequência na cidade e nas agências bancárias. Entra em contato freqüente com muitas pessoas antes

¹⁵ A cama de aviário é utilizada como adubação orgânica, geralmente composta por maravalha e fezes de aves.

desconhecidas, a fim de tratar de diferentes assuntos: pedir financiamentos; assinar contratos; hipotecar a terra (antes nem pensar); conversar com gerentes ou funcionários de bancos e empresas comerciais, com revendedores de máquinas e insumos; obter informações de preços; tomar decisões importantes que afetam a vida da família; comprar máquinas, equipamentos, implementos e insumos; participar nas reuniões do sindicato, nas assembléias da cooperativa etc. (p.122)

A utilização de inovações técnicas (máquinas, implementos, fertilizantes químicos, agrotóxicos), associadas ao crédito agrícola, sem dúvida, permitiram um aumento da produtividade da agricultura e ampliação da área cultivada. A velocidade do sistema de produção também aumentou, mudando o ritmo de vida dos agricultores que, agora, precisam ir além dos contatos e informações locais, pois estão interligados com outros lugares do mundo através da comercialização da produção, da aquisição de máquinas ou da realização de empréstimos bancários.

1.3.2 - As transformações na estrutura fundiária

Como demonstramos, o processo de modernização da estrutura produtiva da agricultura acirrou os efeitos territoriais. Entre eles estão as transformações na estrutura fundiária. Segundo Hespanhol (1990), a partir do início da década de 1970, o estado do Paraná é incluído num processo de concentração fundiária sem precedentes. Esta deu-se de forma mais intensa no Norte e Oeste paranaense, onde a incorporação de novas técnicas de produção foi mais expressiva. No entanto, também ocorreu no Sudoeste do Paraná.

O mesmo autor afirma também que a produção agrícola moderna não se viabiliza em áreas muito reduzidas, por ser altamente exigente em aplicação de capital. Além disso, as políticas agrícolas implementadas pelo Estado privilegiaram os médios e grandes produtores agrícolas em detrimento dos pequenos; o que justifica, em parte, o movimento de concentração fundiária ocorrido no Paraná a partir dos primeiros anos da década de 1970. Na mesorregião Sudoeste, onde ocorre o predomínio de pequenas unidades de exploração familiar, o movimento é mais lento.

Para Feres (1990), não se observa no Sudoeste do Paraná, a tendência de ocupação territorial corrente no Brasil (alto padrão de concentração fundiária); constata-se a tendência à diminuição das áreas médias por estabelecimento rural. Baseado nos Censos Agropecuários do IBGE, também afirma que, em 1950, a área média dos estabelecimentos era

de 139,3 hectares (ha), reduzindo para 30,4 ha em 1960, 20,2 ha em 1970, 18,8 ha em 1980 e 18,5 ha em 1985. A partir do Censo Agropecuário de 1995/96, a área média das propriedades apresenta crescimento (21,8 ha), caracterizando um processo de concentração da propriedade da terra.

A diminuição da área média por estabelecimento agrícola, entre 1950 e 1985, além de caracterizar a rapidez do processo de colonização da região bem como a estrutura da propriedade da terra a partir de 1960, caracteriza a predominância dos estabelecimentos com menos de 50 ha. Em 1950, os estabelecimentos até 50 ha representavam 59%, e ocupavam 10% da área total. Em 1970, representavam 94% e ocupavam 69% da área e, em 1995/96, eram 93% dos estabelecimentos, ocupando 58% da área.

Conforme Alves et al (2004), no Sudoeste do Paraná, a concentração do número de estabelecimentos no estrato inferior a 50 ha é resultado do processo específico de apropriação e produção do território, baseado em pequenos pedaços de chão, na policultura e na produção familiar. E, a partir de pequenas unidades de produção familiar, das dificuldades de comercialização e escoamento da produção e das experiências já vividas no Rio Grande do Sul, nascem e se expandem as cooperativas ligadas ao ramo da agropecuária, como a COAGRO, fruto dos anseios de agricultores que buscavam superar a falta de infra-estrutura regional assim como das necessidades do Estado em criar condições para que ocorresse a intensificação do capitalismo no campo através do processo de mercantilização.

Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1970, entre os municípios em estudo, o número de estabelecimentos e área predominavam no estrato entre 11 e 50 ha. Apenas os municípios de Barracão e Realeza possuíam o maior número de estabelecimentos e área no estrato de menos de 10 ha, respectivamente, 1.064 (5.723 ha) e 1.041 estabelecimentos (5.411 ha). No estrato entre 11 e 50 ha, a maior concentração de estabelecimentos estava nos municípios de: Santo Antonio do Sudoeste (1.796), Capanema (1.379) e Planalto (1.219).

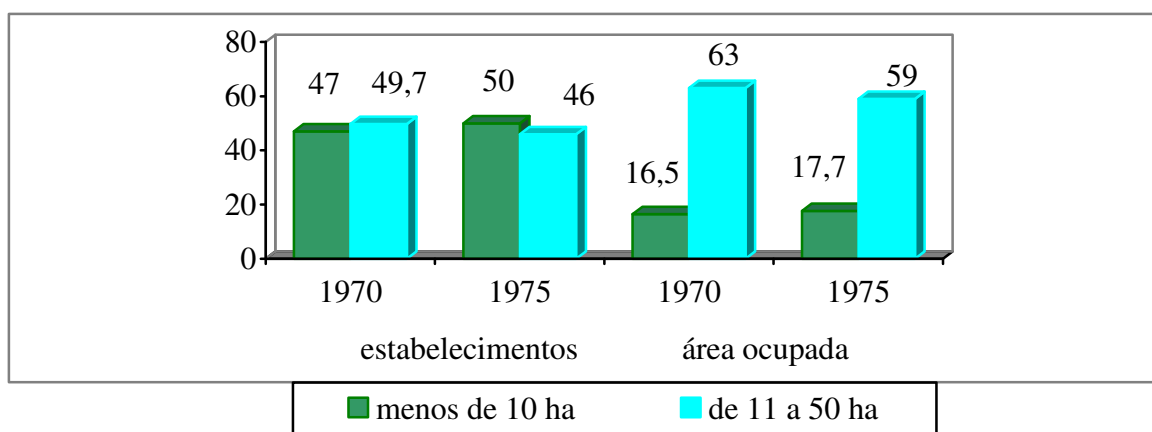
Em 1970, no estrato entre 101 e 500 ha, Barracão possuía 28 estabelecimentos que ocupavam 15 % da área total; já no estrato de menos de 10 ha, eram 1.064 estabelecimentos, que ocupavam 14,7% da área total. Barracão possuía a maior concentração fundiária e fracionamento das terras entre os municípios analisados. Com menor número de unidades produtivas e área neste estrato, estavam: Capanema, com 8 estabelecimentos (1.304 ha), Planalto com 6 (1.097 ha) e Pérola D'Oeste com 5 (719 ha). Ainda, no estrato entre 501 e 2.000 ha, Barracão possuía 2 estabelecimentos que ocupavam

2.275 hectares, seguido por Pérola D'Oeste e Santo Antonio do Sudoeste cada qual com um estabelecimento, que correspondia, respectivamente, a 501 e 576 hectares.

De modo geral, podemos perceber que, nos municípios estudados, em 1970, existia uma concentração de estabelecimentos e de área no estrato inferior a 50 hectares, ou seja, 96,6% dos estabelecimentos (17.526) ocupavam 79,6% da área total (227.207 hectares), o que representa o predomínio das pequenas unidades produtivas, na maioria das vezes com trabalho familiar, herança do processo de colonização. Na mesorregião Sudoeste do Paraná, este estrato também é predominante, com 94,1% dos estabelecimentos ocupando 68,8% da área. No Paraná, 92,7% dos estabelecimentos estavam no estrato inferior a 50 ha, ocupando 41,7% da área total, o que nos remete a pensar em concentração de terra nos estratos maiores, favorecendo a reprodução e expansão do latifúndio.

Em 1975, conforme os dados do Censo Agropecuário do IBGE, notamos que a maior área ocupada ainda é predominante no estrato entre 11 e 50 ha, destacando-se: Capanema (65,6% da área total), Planalto (64,8), Pérola D'Oeste (65,4) e Ampére (62,4). Em alguns municípios, predominava o número de estabelecimentos de menos de 10 hectares, são: Capanema (1.549), Planalto (1.441), Realeza (1.285) e Barracão (1.222).

Gráfico 05 - Percentual de estabelecimentos e área ocupada no estrato de menos de 10 ha e de 11 a 50 ha nos municípios estudados - 1970 e 1975



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1970 e 1975.

Conforme podemos observar através do gráfico 05, o número de estabelecimentos do estrato entre 11 e 50 ha, no período 1970/75, reduziu-se de 49,7% para 46% do total de estabelecimentos. Já aqueles do estrato de menos de 10 ha, no mesmo período, aumentaram de 47% para 50%. O estrato entre 11 e 50 ha também apresentou redução na área; em 1970, ocupava 63% da área total, diminuindo para 59% em 1975; o

estrato de menos de 10 ha, que em 1970 ocupava 16,5% da área, em 1975, aumentou a área ocupada para 17,7%.

No que tange ao tamanho médio dos estabelecimentos, percebemos uma pequena redução. Considerando os estabelecimentos com área inferior a 50 hectares em 1970, o tamanho médio dos estabelecimentos era de 13 hectares, diminuindo para 12,3 em 1975, o que pode ilustrar a fragmentação das pequenas unidades produtivas pelo esgotamento das áreas livres. No mesmo período e estrato, aumenta o número de estabelecimentos (1.312) e a área ocupada (4.439 hectares), com média de 3,4 ha por estabelecimento, inferior a média geral dos estabelecimentos até 50 hectares.

No Paraná, o movimento ocorreu de forma contrária. Em 1970, a área média era de 11,9 hectares; em 1975, aumentou para 12,6 hectares, resultado da redução de 82.085 estabelecimentos durante o período de 5 anos, o que representaria uma área média de 8 hectares, ocorrendo, portanto, a concentração de área em estratos maiores, caracterizando-se como resultado do processo modernizador que contribuiu para viabilizar médios e grandes estabelecimentos com produção significativa de mercadorias.

Em 1975, os municípios que se destacavam em número de estabelecimentos e área no estrato entre 51 e 100 hectares eram os mesmos de 1970. Neste estrato, eram mais significativas as áreas de: Ampére (14%), Santo Antonio do Sudoeste (13,7%), Barracão com (13,1%) etc. Os municípios com menor quantidade de estabelecimentos e área neste estrato continuam sendo aqueles de 1970: Capanema e Planalto.

Nos municípios em estudo, no estrato entre 101 e 500 hectares, em 1970, existiam 107 estabelecimentos ocupando 7% da área total. Em 1975, eram 181 estabelecimentos, com 10% da área, demonstrando um processo de concentração fundiária. Isso também ocorre no estrato entre 501 e 2000 hectares: em 1970, havia 4 estabelecimentos e ocupavam 1,2 % da área, aumentando para 5 em 1975, ocupando 1,7% da área. Em 1975, Santo Antonio do Sudoeste possuía 2 estabelecimentos, somando 1.239 ha; Santa Izabel do Oeste, Barracão e Realeza possuíam um estabelecimento cada, somando 1.452, 1.314 e 997 ha de área, respectivamente.

Em 1980, sempre conforme os dados do Censo Agropecuário IBGE, percebemos que, nos municípios em estudo, predominava a área ocupada no estrato entre 11 e 50 hectares. Vejamos alguns exemplos: Capanema tinha 63,5% da área ocupada, seguido por Ampére (62,9%), Planalto (62,1%), Pérola D'Oeste (61,5%) entre outros.

No estrato entre 11 e 50 ha, as maiores áreas estavam nos municípios de Capanema, Ampére, Planalto e Pérola D'Oeste. Comparando com os dados de 1970, notamos

que, neste estrato, nos municípios em estudo, existiam 9.003 estabelecimentos, correspondendo a 49,7% do total, ocupando 180.000 hectares (63% da área total), com área média de 20 ha. Em 1980, existiam 8.892 estabelecimentos, 41,7% do total, ocupando uma área de 171.464 hectares (56,5% do total), com área média de 19,3 ha, caracterizando uma redução do número de estabelecimentos, na área ocupada e área média por estabelecimento, aumentando em outros estratos de área: nos estratos menores (menos de 10 ha), pelo fracionamento das unidades produtivas; nos maiores (acima de 51 ha), pela concentração.

No estrato de área de menos de 10 ha, notamos que, em 1970, existiam 8.523 estabelecimentos nos municípios em estudo, 47% do total de estabelecimentos desses municípios, ocupando 47.201 hectares (16,6% da área total), com área média de 5,5 ha. Em 1980, existiam 11.745 estabelecimentos, 55% do total, ocupando 61.157 hectares (20% da área total), com área média de 5,2 ha. Embora tenha ocorrido aumento do número de estabelecimentos e área ocupada, ele foi desproporcional, pois reduziu a área média dos estabelecimentos, revelando que continuou ocorrendo o processo de fracionamento das unidades produtivas do estrato em questão.

No Paraná, ocorrem dois processos territoriais principais, resultantes de 10 anos de modernização agrícola e de outros acontecimentos correlatos: a) a incorporação de um número significativo de pequenos estabelecimentos (não se viabilizaram com o pacote modernizante adotado pelo Estado brasileiro) aos estabelecimentos maiores e b) a fragmentação de estabelecimentos com a redução da área média. No estrato entre 11 e 50 hectares, no período 1970/75, houve uma redução de 28.725 estabelecimentos e 427.243 hectares de área, com média de 14,9 ha por estabelecimento extinto, representando o desaparecimento dos estabelecimentos menores cujos proprietários não conseguiram viabilizá-los do ponto de vista econômico.

Segundo Brum (1988), a modernização da agricultura provocou o aumento do preço das terras e a concentração fundiária no Paraná. Já no início do processo, não existiam terras livres passíveis de serem apropriadas. Por outro lado, a política de crédito rural exigia a terra como garantia dos empréstimos. Além disso, o volume dos financiamentos agrícolas era proporcional ao tamanho da terra disponível, própria ou arrendada, inviabilizando a aquisição de máquinas e implementos pelos pequenos produtores e proprietários. E, ainda, a utilização de equipamentos em áreas muito reduzidas torna-se geralmente antieconômica.

Analisando os dados de 1970, 1975 e 1980, em nossa área de estudos, notamos que o maior número dos estabelecimentos no estrato acima de 101 hectares, situa-se

municípios de Realeza, Barracão, Santo Antonio do Sudoeste e Santa Izabel do Oeste. Já Capanema e Planalto, são os municípios com a melhor distribuição fundiária em 1980, com área média geral, respectivamente, de 12,4 e 11,2 hectares, enquanto no Paraná a média era de 36 hectares por estabelecimento.

Em 1985, nos municípios analisados, permanece a maior concentração de área no estrato entre 11 e 50 ha, destacando-se os municípios de Capanema e Planalto com, respectivamente, 62% (23.635 hectares) e 61,7% (19.318 ha); quanto ao número de estabelecimentos, apenas Pranchita possuía o maior número, 588 estabelecimentos (12.035 ha). Os demais municípios destacavam-se com o maior número de unidades produtivas no estrato de menos de 10 hectares.

No Paraná, em 1985, no estrato até 50 hectares, 89,1% dos estabelecimentos, ocupavam 31% da área; nos municípios estudados, 96% dos estabelecimentos ocupavam 74% da área, caracterizando em ambos os casos relativa concentração de estabelecimentos e, no segundo caso, também de área.

No estrato de 51 a 100 ha, Santo Antonio do Sudoeste destacava-se com 75 estabelecimentos (5.132 ha), seguido por Capanema com 69 (4.400), Santa Izabel do Oeste com 67 (4.487), Realeza com 64 (4.292). No período 1975/85, no estrato de 101 a 500 hectares, houve aumento do número de estabelecimentos (181 para 210) e área (30.273 para 35.780) nos municípios de Ampére, Barracão, Capanema, Pérola D'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza, Santa Izabel do Oeste e Santo Antonio do Sudoeste.

Em 1985, os municípios analisados possuíam apenas 7 estabelecimentos (0,03 %), com área de 6.045 hectares (2%) no estrato de 501 a 2.000 hectares. No Paraná, eram 3.516 estabelecimentos, correspondendo a 3.140.715 hectares de área, o que caracteriza distintos processos de ocupação e utilização da terra. No Sudoeste do Paraná, como já descrevemos, o processo de apropriação foi centrado em pequenos pedaços de terra, aos moldes do que foi efetivado nas áreas de colonização alemã e italiana, no Rio Grande do Sul.

Apesar dos efeitos do processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná, segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, as pequenas unidades de produção familiar ainda predominavam. O mesmo Censo registrou, em relação a 1985, uma redução no número de estabelecimentos da ordem de 17,5% (10.062 unidades¹⁶). Quanto à área, a redução foi de 2,8% (30.324 hectares); a média dos estabelecimentos que desapareceram nesses 10 anos era de 3 hectares, provavelmente inviabilizados pela lógica do mercado e pela

¹⁶ A redução do número de estabelecimentos deu-se de forma mais acentuada no estrato de menos de 10 hectares (7.641 estabelecimentos).

falta de políticas públicas voltadas para essa categoria: muitos agricultores venderam seus lotes e migram para as cidades ou para novas *fronteiras* agrícolas, em muitos casos, agravando os problemas sociais.

Em 1995/96, nos municípios estudados, a maior proporção de estabelecimentos no estrato de menos de 10 ha estava em Ampére, Barracão, Planalto e Pérola D'Oeste com 52%, 51,5%, 51% e 50,7% respectivamente. No estrato entre 11 e 50 ha, o destaque era para a área ocupada neste estrato. Possuíam a maior proporção: Planalto (60,5%), Capanema (58,2%), Pérola D'Oeste (57,8%), Santo Antonio do Sudoeste (55,8%) etc.

No estrato entre 51 e 100 ha, destacavam-se com o maior número de estabelecimentos: Capanema (102), Realeza (87), Santa Izabel do Oeste (76), Pranchita (70) Barracão (66) etc. Nos municípios de nossa área de estudo, de modo geral ocorreu concentração de área no estrato ora mencionado. Em 1985, existiam 522 estabelecimentos ocupando 34.998 hectares; já em 1995/96, o número de estabelecimentos aumentou para 647, ocupando 37.937 hectares. Provavelmente, no estrato em questão está parte da área reduzida nos estratos inferiores a 50 ha.

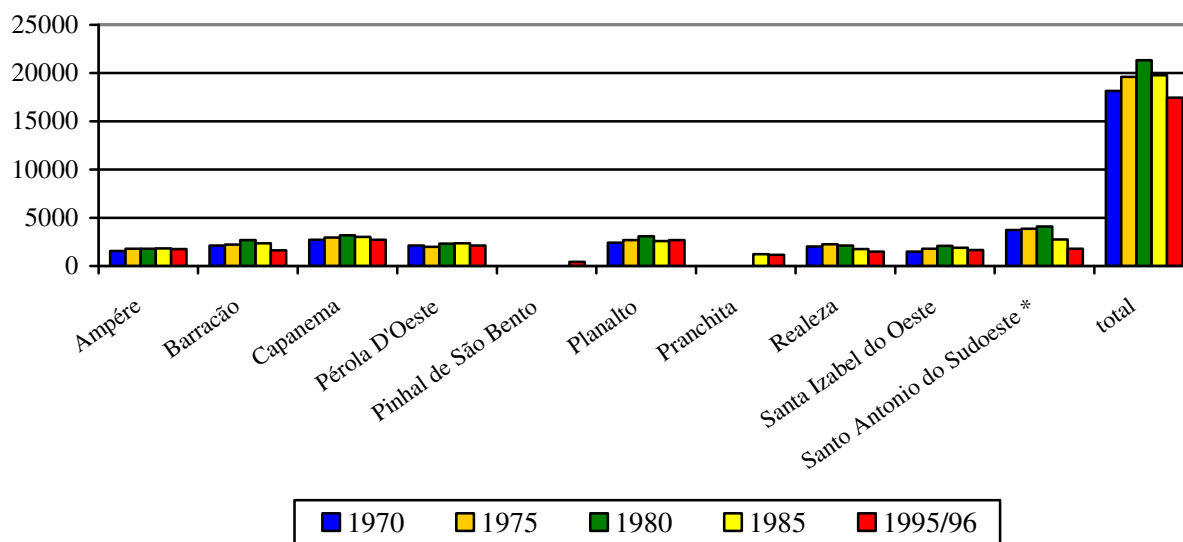
No estrato entre 101 e 500 hectares, os municípios de Realeza, Pranchita, Barracão e Ampére destacavam-se pela maior proporção de estabelecimentos e área, provavelmente são os que apresentam a maior concentração fundiária entre os municípios estudados.

Com o processo de modernização da agricultura, ocorre no Paraná o fortalecimento das médias e grandes explorações capitalistas e uma sensível retração das pequenas unidades de produção. Nos municípios em estudo, este movimento é mais lento, mas também ocorre, produzindo desigualdades sociais e manifestações territoriais. De maneira geral, notamos o predomínio do pequeno estabelecimento rural. Além disso, a concentração fundiária observada em estratos maiores é resultado da incorporação de estabelecimentos e áreas de estratos menores, o que contribui para a extinção e fragmentação das pequenas unidades produtivas.

Segundo Brum (1988), até 1970, o número de estabelecimentos agrícolas no Paraná manteve-se em crescimento. Desse ano em diante, iniciou-se a inversão do processo, ocorrendo rápida redução do número de estabelecimentos rurais, em decorrência do crédito agrícola e da modernização. Entre os anos de 1970 e 1975, o número de estabelecimentos até 20 hectares sofreu uma redução de 76.000 no Paraná, enquanto houve sensível aumento da quantidade dos estabelecimentos rurais de mais de 500 hectares. A redução do número de

pequenos estabelecimentos foi mais expressiva nas áreas de modernização mais intensa. Nos municípios estudados, a redução do número de estabelecimentos rurais ocorreu mais tarde, a partir de 1980, como podemos observar no gráfico 06.

Gráfico 06 - Número de estabelecimentos nos municípios analisados - 1970 a 1995/96



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

* Em Santo Antonio do Sudoeste, entre 1980 e 1995/96, a redução do número de estabelecimentos é mais acentuada, devido ao desmembramento dos municípios de Pranchita (1982) e Pinhal de São Bento (1990), pela emancipação política.

De forma geral, o número de estabelecimentos apresentou aumento até 1980. Em Pérola D'Oeste houve uma redução em 1975, recuperando em 1980. O município de Realeza é o único, entre os estudados, em que a redução do número de estabelecimentos já inicia a partir de 1975. Nos demais municípios, a redução só ocorre a partir do período 1980 a 1985. O ajuste da economia brasileira aos interesses internacionais, a redução ou fim das políticas públicas setoriais e a falta de recursos governamentais levaram um contingente razoável de pequenos produtores familiares a abandonar a atividade agropecuária.

1.3.3 - Alterações na produção agrícola

Até a década de 1970, o Sudoeste paranaense era uma região caracterizada pela policultura e a criação de suínos que, associada à produção de milho, era a principal fonte de renda dos agricultores. Segundo Corrêa (1970), com exceção do cultivo do fumo, no qual a

produção estava concentrada em mais de 50% nos municípios de Pérola D'Oeste, Planalto e Capanema, não existiam especializações locais marcantes.

Conforme o mesmo autor, em 1966, a região Sudoeste do Paraná possuía uma produção agrícola expressiva no conjunto do Estado: contribuiu com 13% do feijão e do milho, 21% da produção de trigo, 35% da soja, 48% da produção de fumo. Quanto ao arroz, produziu apenas 2,5% da produção estadual. Parte da produção regional era consumida nos estabelecimentos rurais. A comercialização de excedentes vai integrando a região ao circuito mercantil como produtora e consumidora de mercadorias. Estas relações comerciais produziam relações intra-regionais, um dos aspectos fundamentais das relações campo-cidade e base importante para a existência da vida urbana.

Associado à suinocultura, o cultivo de milho ocupava lugar de destaque em área plantada e produção entre os municípios analisados assim como na mesorregião Sudoeste do Paraná. No Sudoeste, a média de produtividade era de 1,79 ton/ha, superando a média estadual (1,61 ton/ha). Conforme Wachowicz (1987), as sementes selecionadas foram introduzidas no Sudoeste do Paraná pelo GETSOP, criado em 1962.

Em 1970, Santo Antonio do Sudoeste possuía a maior área plantada de milho (17.192 ha) e produção (26.919 ton). Em entrevista, um agricultor desse município informa que a utilização de sementes selecionadas de milho ocorreu a partir do final da década de 1960; iniciou-se com a semente de milho 162 da Agrocere, que se apresentou mais produtiva¹⁷ em relação às sementes comuns existentes na época.

Já o cultivo da soja, que no Rio Grande do Sul ou outras regiões do Paraná apresentava maior expressão, no Sudoeste do Paraná, ocupava apenas a terceira maior área (60.345 hectares), ficando pouco a frente do trigo (57.920 hectares) e do arroz (20.469 hectares). A produção da soja foi de 48.111 toneladas, com média de 0,79 ton/ha, abaixo da média estadual, que foi de 1,04 ton/ha, e dos municípios em estudo, que foi de 0,86 ton/ha. Nesses municípios, a soja ficou com a segunda maior área plantada (39.552 hectares), superada apenas pelo milho (78.974 hectares), superando a área cultivada de feijão (26.035 hectares), produto voltado ao mercado interno. Entre os municípios estudados, Capanema e Planalto destacaram-se em área plantada com lavoura de soja, respectivamente 8.649 e 8.438 hectares, com produtividade de 0,99 ton/ha em ambos os municípios.

¹⁷ A semente comum produzia, por alqueire (24.200 m²), uma média de 70 a 80 sacas (60 Kg) de milho, pois tinha que ser plantado a um (1) metro de distância um pé do outro, dava muita palha e era tardio (ciclo produtivo maior), enquanto o híbrido 162 da Agrocere produzia de 120 a 150 sacas por alqueire. (entrevista com agricultor)

Hespanhol (1990), estudando a expansão da sojicultura no Paraná, considera que, entre as décadas de 1950 e 1960, a leguminosa era produzida sem utilização de tecnologias modernas, permanecendo, de forma predominante, como complemento alimentar para suínos. Também afirma que, a partir da década de 1960 e, sobretudo, no início dos anos de 1970, “[...] a sojicultura passou a ser largamente difundida no estado do Paraná, tendo como principais impulsionadores, a ampliação da demanda mundial e a intensa carga de incentivos oficiais à lavoura” (p.82-83). E, ainda, no decorrer da década de 1970, a soja transformou-se no principal produto da agricultura paranaense, alterando profundamente a estrutura produtiva agrícola do Estado.

O cultivo do feijão ocupava a terceira maior área plantada (26.035 hectares) nos municípios em análise. Com destaque para a área plantada de Santo Antonio do Sudoeste (5.299 hectares), Santa Izabel do Oeste (3.430), Realeza (3.277) etc. O trigo, com 13.220 hectares de área cultivada superava apenas a área de lavouras do arroz, sendo mais significativa sua produção em Barracão, Santo Antonio do Sudoeste e Santa Izabel do Oeste. Em produtividade, Capanema destacou-se com 0,82 ton/ha, igualando-se à média estadual e superando a do Sudoeste (0,63 ton/ha).

Em menor destaque entre os cultivos estudados, o arroz possuía um caráter de auto-subsistência das famílias. Entre os municípios estudados, a área de plantio de arroz foi a menor (4.458 ha) entre os demais cultivos; a média de produção destes municípios (0,73 ton/ha) foi menor que a do Estado (0,85). Apenas o município de Planalto apresentava média de produção superior à do Paraná (0,99 ton/ha) no ano de 1970.

Em seguida, no período 1970/75, apesar do cultivo do milho ainda permanecer com a maior área plantada (100.538 hectares), o cultivo da soja destacou-se no aumento de área cultivada (140%) e na produção (263%). Ocorreram melhoras significativas na produtividade da lavoura de soja que passou de 0.86 ton/ha, em 1970, para 1,31 ton/ha em 1975. Em nível estadual, este aumento foi maior: houve ampliação em 308% na área plantada e em 653% na produção, resultado da intensificação da modernização agrícola, aliada aos incentivos do Estado.

Em nossa área de estudos, em 1975, os municípios que apresentavam maior área plantada de soja eram: Capanema (19.229 hectares), Santo Antonio do Sudoeste (18.882) e Planalto (16.430). Em produtividade, destacaram-se: Realeza com 1,5 ton/ha, seguido por Capanema (1,49) e Santa Izabel do Oeste (1,35). Realeza ainda possuía a melhor produtividade no cultivo do arroz (1,54 ton/ha), do feijão (0,94 ton/ha) e do milho (2,09 ton/ha).

Entre 1970 a 1975, nos municípios em estudo, os cultivos da soja, milho, trigo, e arroz, apresentaram crescimento da área plantada e da produtividade. Apenas o cultivo do feijão apresentou redução de 8,5% da área cultivada, embora com ampliação de 30,9% na quantidade produzida, resultado da melhoria na produtividade que, em 1970, era de 0,55 ton/ha, passando para 0,79 ton/ha em 1975.

Para Brum (1988), no Paraná, a lavoura mecanizada de soja e trigo incorporou principalmente áreas de pastagem e áreas antes não cultivadas no interior das unidades produtoras. Assim, com a modernização da agricultura, ocorreu grande incremento da área cultivada (com produtos agrícolas) mantendo, no Paraná uma agricultura diversificada em nível regional, embora, nas unidades produtoras houvesse a tendência à especialização com ênfase no cultivo de alguns produtos. De acordo com este mesmo autor, o milho também foi favorecido pela modernização, apresentando relativo aumento da área cultivada, na produção e ganhos significativos em termos de produtividade. Nos municípios em análise, a produtividade foi de 1,74 ton/ha, na mesorregião Sudoeste foi de 2,14 ton/ha, superior à média estadual, que ficou em 1,85 ton/ha.

Considerando o total dos municípios estudados, o cultivo do trigo também apresentou ampliação na área cultivada, na produção e na produtividade. Entre os cultivos em análise (soja, milho, trigo, feijão e arroz), o trigo apresentou o menor aumento de produtividade, passando de 0,61 para 0,63 ton/ha, entre 1970/75. Em 1975, Capanema destacou-se em produtividade, com 0,82 ton/ha, média igual à estadual.

Em 1980, conforme os dados do Censo Agropecuário de 1980, percebemos que, nos municípios estudados, em relação os dados de 1975, os cultivos que mais ampliaram suas áreas foram o trigo e o feijão, respectivamente, 55,% e 62%. Contrariando a tendência geral da agricultura paranaense ou, até mesmo, no caso da sudoestina como um todo, nos municípios em estudo, ocorreu redução da área plantada de soja (18%), de 94.915 hectares em 1975 para 77.571 em 1980; a quantidade produzida também sofreu redução (9%), passando de 124.710 para 113.333 toneladas; apenas a produtividade apresentou resultados positivos, de 1,31 ton/ha, em 1975, para 1,46 ton/ha em 1980, mas, ainda, bem abaixo da média estadual, que foi de 2,12 ton/ha em 1980.

Entre os municípios estudados, Realeza foi o único onde a área plantada com o cultivo da soja apresentou aumento (14,6%), passando de 9.995 hectares, em 1975, para 11.459 em 1980. Juntamente com Santa Izabel do Oeste, também apresentava a melhor produtividade (1.65 ton/ha).

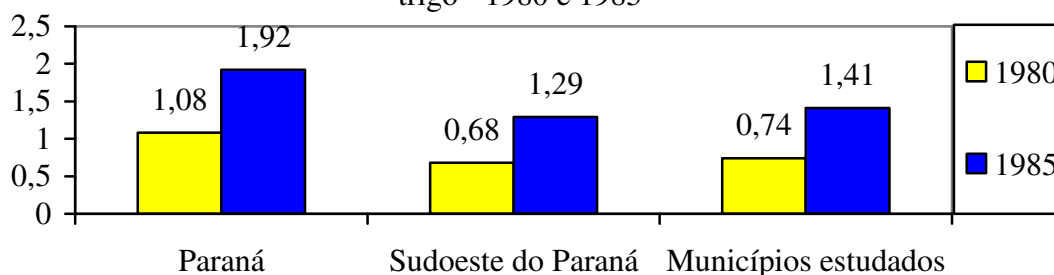
O cultivo do trigo, que geralmente é realizado na mesma área da soja (como cultivo de inverno), no período 1975/80, apresentou ampliação de área plantada (55,5%) e produção (81,3%), nos municípios em estudo, resultado da melhoria na produtividade da lavoura. Em 1980, Planalto destacou-se em produtividade (0,85 ton/ha) e Realeza em área plantada (6.176 hectares) e volume de produção (4.390 ton).

Entre 1975/80, apesar do feijão apresentar o maior crescimento da área plantada, houve queda na produtividade, reduzindo de 0,79 ton/ha para 0,63 ton/ha. Em 1980, destacaram-se em área plantada: Capanema (8.038 hectares), Planalto (6.000), Santo Antonio do Sudoeste (5.549) e Realeza (5.189).

O cultivo do arroz apresentou redução da área plantada, produção e produtividade, no período de 1975/80, nos municípios em estudo, assim como em nível estadual. A falta de créditos, incentivos técnicos para o cultivo e política de preços, fez com que o arroz perdesse espaço para outras culturas. No mesmo período, o cultivo do milho apresentou pequena ampliação na área plantada: em 1975, foram plantados 100.538 hectares expandindo-se para 102.385 hectares em 1980. O aumento da produtividade de 1,74 ton/ha para 2,18 ton/ha, superior à estadual (2,09 ton/ha), também contribuiu para o crescimento da produção (27%). Em parte, resultado da redução do cultivo da soja, além de beneficiar-se de melhorias técnicas voltadas para a modernização da agricultura, como sementes selecionadas, insumos químicos e máquinas agrícolas.

Sempre de acordo com os dados do Censo Agropecuário, percebemos que, no período 1980/85, os cultivos de arroz, feijão, milho e soja apresentaram diminuição de produtividade, considerando o total dos municípios estudados. Destaque para o cultivo do trigo que apresentou aumento de produtividade.

Gráfico 07 - Crescimento da produtividade (toneladas/hectares) do trigo - 1980 e 1985



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1980 e 1985.

O aumento verificado na produtividade do trigo, resultante de melhorias técnicas voltadas para a cultura, não atinge todo o estado com a mesma intensidade. Em 1985,

entre os municípios analisados, Pérola D'Oeste, Santa Isabel do Oeste e Pranchita possuíam a maior área plantada e produção de trigo; já a melhor produtividade foi a de Planalto, com 1,72 ton/ha, superior à média do Sudoeste do Paraná, que foi de 1,29 ton/ha.

Contrariando a tendência estadual de redução na área plantada e na produção, nos municípios estudados, a cultura do feijão, apesar da pequena redução de produtividade, apresentou expansão no período 1980/1985. Em 1985, o município de Capanema destacou-se com uma produção de 11.196 ton, área plantada de 14.376 ha, seguido por Planalto com 5.102 ton, 8.140 ha e Realeza com 4.869 ton, 7.300 ha etc. Nesses municípios, a COAGRO possuía o maior número de associados em 1985; provavelmente, o repasse de benefícios por parte do Estado, através desta e de outras cooperativas, contribuiu para o melhor desempenho.

Tabela 01 – Variação da produção (toneladas) de feijão, milho e soja - 1980 e 1985

	feijão		milho		soja	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Municípios estudados	24.450	32.691	223.958	162.680	113.333	113.857
Sudoeste do Paraná	66.069	88.825	826.999	638.119	329.543	329.766
Paraná	427.128	412.465	3.908.144	4.150.534	4.408.495	4.161.322

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1980 e 1985.

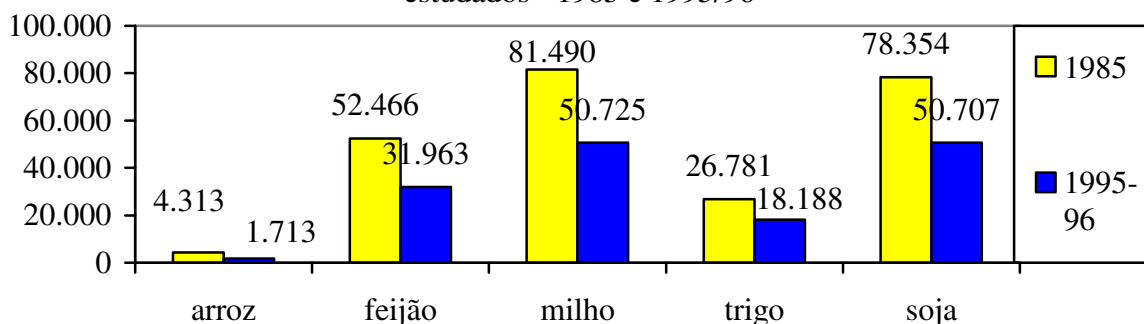
O cultivo do milho, que, em nível estadual, apresentou crescimento no período 1980/85, nos municípios analisados, apresentou redução (produção 27,4%, área plantada 20,4%). Em 1985, os municípios Santo Antonio do Sudoeste e Barracão destacaram-se em quantidade de produção, respectivamente, 27.117 ton e 23.375 ton. O melhor índice de produtividade foi em Santa Isabel do Oeste (2,34 ton/ha), Pranchita (2,21 ton/ha) e Realeza (2,2 ton/ha), superando a média do Sudoeste (2,18 ton/ha) e do Paraná (2,13 ton/ha).

A soja que, no período 1980/85, em nível estadual, apresentou pequena redução na produção e pequeno acréscimo na área plantada, nos municípios estudados, obteve pequeno crescimento na produção e área plantada. Em ambos os casos, houve redução no índice de produtividade. Em 1985, os municípios de Capanema (18.020 ton e 14.300 ha), Realeza (17.410 ton e 10.494 ha) e Pranchita (16.107 ton e 9.873 ha) destacaram-se em produção e área plantada. Já a produtividade foi maior em Santa Isabel do Oeste.

A redução do índice de produtividade da cultura da soja evidencia menores investimentos técnicos em seu cultivo. A redução dos preços do complexo soja no mercado internacional, a redução da oferta e a correção monetária integral do crédito agrícola também limitaram os investimentos no cultivo da leguminosa nesse período.

No Paraná, conforme o Censo Agropecuário de 1995/96, em relação a 1985, houve redução da área plantada total. Em 1985, a área plantada era de 6.159.617 hectares, reduzindo para 5.294.614 ha, em 1995/96; mesmo assim, a melhoria da produtividade garantiu crescimento da produção no período, passando de 11.272.106 para 14.057.165 toneladas; os cultivos do milho e da soja foram os únicos que tiveram sua área ampliada no período. Nos municípios estudados, a redução da área plantada ocorreu com todos os cultivos estudados (arroz 60%, feijão 39%, milho 37%, soja 35% e trigo 32%), no total, diminuindo de 243.404 ha para 153.296 ha, como mostra o gráfico 08. Mesmo com melhoria na produtividade de todos os produtos agrícolas analisados, a produção sofreu queda de 14%, reduzindo de 351.372 para 302.497 toneladas.

Gráfico 08 - Redução da área plantada (hectares) no municípios estudados - 1985 e 1995/96



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1985 e 1995/96.

Foi mais intensa a redução da área para os cultivos considerados de consumo interno; para o binômio trigo/soja, que se alternam na mesma área, a redução foi menor. Em 1985, nos municípios estudados, o índice de produtividade da soja era de 1,45 ton/ha, passando para 2,23 ton/ha em 1995/96. Esse crescimento é resultado de melhorias técnicas. Além disso, a redução da produção deve-se, em parte, à inviabilização de muitos agricultores, principalmente os menores que, a partir da segunda metade da década de 1980, sem os subsídios governamentais, foram excluídos da condição de produtores. Conforme Hespanhol (1990), foram excluídos os que não dispunham de equipamentos essenciais para a produção, como tratores, colheitadeiras e implementos.

Segundo Suzuki Júnior (1998), os agricultores brasileiros chegaram a produzir mais de 6 milhões de toneladas de trigo em 1987, destas, 3,3 milhões foram colhidas no Paraná, aproximando-se da auto-suficiência. Após a extinção do sistema estatal de comercialização, que garantia preços e compra do produto pelo governo, a produção tritícola declinou. Além disso, Brum (1988) já alertava que a redução do crédito e os altos custos de produção tornam esta cultura ainda mais problemática. Com isso, os agricultores passaram a agir com cautela em relação ao seu cultivo, com flutuações anuais na área plantada.

Entre os Censos de 1985 e 1995/96, o cultivo do milho, também em nível estadual, apresentou expansão em área plantada (2,4%) e produção (59,2%). A superioridade do crescimento da produção em relação à área plantada deu-se pelo aumento da produtividade, passando de 2,13 ton/ha para 3,32 ton/ha. Nos municípios estudados, a área plantada e a produção diminuíram, respectivamente, 37% e 19%. Já a produtividade aumentou, passando de 1,99 para 2,58 ton/ha. Em 1995/96, Santa Izabel do Oeste e Realeza destacaram-se com maior produção, sendo respectivamente, 17.769 ton e 15.115 ton; Realeza ainda possuía o melhor índice de produtividade (3 ton/ha), próximo ao registrado pelo estado do Paraná.

De modo geral, no período censitário analisado (1970 a 1995/96), todas as culturas estudadas, apresentaram aumento de produtividade. Nos municípios estudados, o crescimento da produtividade do trigo e da soja foi mais significativo, respectivamente, 190 e 159%, seguidos pelo milho (62%), arroz (56%) e feijão (34%). Ao que parece, o binômio trigo/soja, *caro chefe* da modernização da agricultura, recebeu melhorias técnicas mais intensas. Entre os municípios, Realeza e Santa Izabel do Oeste destacam-se com os melhores índices de produtividade, além de Capanema, Pranchita e Planalto.

Em 2004, conforme dados do IBGE, da Produção Agrícola Municipal (PAM), os cultivos do trigo e da soja foram destaques nos mesmos municípios, em área plantada, produção e produtividade. São eles: Capanema, Planalto, Pranchita, Realeza e Santa Izabel do Oeste.

A maior produção e área plantada de trigo estavam no município de Pranchita; a melhor produtividade era dos municípios de Capanema e Planalto. Quanto ao cultivo da soja, a melhor produtividade estava nos municípios de Planalto e Pranchita; já a maior produção e a maior área plantada, foram alcançadas no município de Capanema. Esses municípios, juntamente com Realeza e Santa Izabel do Oeste, possuíam maior dinamismo em produtos agrícolas voltados para o mercado. O município de Realeza também possuía a

melhor produtividade de milho e a segunda maior produção entre os municípios estudados. A maior produção e a maior área cultivada de milho estavam no município de Bom Jesus do Sul.

Tabela 02 – Cultura do trigo e da soja nos municípios em análise - 2004

Produtos agrícolas	trigo em grão			soja em grão		
	quantidade em ton. área em (ha)	quantid. ton.	produt ton/ha	área (ha)	quantid. ton.	produt. Ton/ha
Ampére	5000	2	2500	14705	2,2	6650
Barracão	630	1,8	350	1280	1,6	800
Bela Vista da Caroba	6600	2,2	3000	12420	2,1	5700
Bom Jesus do Sul	400	2	200	1190	1,7	700
Capanema	13800	2,3	6000	39375	2,2	17500
Pérola D'Oeste	7700	2,2	3500	18240	2,1	8400
Pinhal de São Bento	180	1,8	100	1600	2	800
Planalto	10350	2,3	4500	27140	2,3	11800
Pranchita	15400	2,2	7000	36075	2,3	15500
Realeza	14960	2,2	6800	34200	2,2	15300
Santa Izabel do Oeste	14300	2,2	6500	29215	2,2	13150
Santo Antonio do Sudoeste	8800	2,2	4000	22690	2	11250
Total	98120	2,2	44450	238130	2,2	107550

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM), IBGE, 2004.

Ainda em 2004, o cultivo do feijão, tipicamente de consumo interno, era mais cultivado em Capanema, com 2.800 hectares, caracterizando-se também como a melhor produção; Planalto e Realeza apareciam na seqüência, com 1.500 toneladas de produção e 1.000 hectares de área plantada em ambos os municípios. No total, a área ocupada com os cultivos de arroz, feijão, milho, trigo e soja era de 216.057 hectares; cada cultivo ocupava respectivamente: 0,2%; 3,9%; 25,5%; 20,6% e 49,9%. Isso deixa claro a opção por cultivos voltados para o mercado ou que são utilizados nos cais ou ainda, beneficiados diretamente por incentivos técnicos e creditícios.

Portanto, nos municípios analisados, o processo de modernização agrícola apresentou mudanças significativas: a) os cultivos da soja, do milho e do trigo, tornaram-se predominantes nas áreas cultiváveis das unidades produtivas; b) a conjuntura do mercado, tornou-se um fator relevante, na opção pela cultura e no planejamento da produção; c- muitos agricultores, com estabelecimentos agropecuários menores, diante dos insucessos, não conseguiram permanecer no processo produtivo e acabaram vendendo suas terras,

principalmente, aos proprietários mais fortalecidos, que obtiveram ganhos com a modernização; outros estabelecimentos foram fragmentados devido a condições sociais precarizadas e d- ocorreu um intenso processo de tecnificação, ampliando de forma significativa o número de máquinas e implementos na realização da produção agrícola que, associado ao uso crescente de insumos de origem química e sementes selecionadas, contribuíram para a consolidação dos interesses dos bancos, das indústrias e empresas ligadas ao setor agropecuário.

2- O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO SUDOESTE DO PARANÁ

2.1- Breve histórico do cooperativismo: das idéias originais à situação atual

A solidariedade, a ajuda mútua e a cooperação entre as pessoas são resultantes de suas próprias necessidades na busca de solucionar ou aliviar o peso dos problemas que afetam o grupo. Segundo Thenório Filho (1999), as raízes do cooperativismo “*mergulham na vastidão do tempo*” (p.21), ou seja, em todas as épocas da humanidade, encontram-se formas de economias coletivas que se assemelham ao cooperativismo.

Conforme o mesmo autor, no Império dos Faraós, os trabalhadores já se organizavam em *grêmios*, cujo regime cooperativo era muito desenvolvido para a época. Na civilização dos Incas, o trabalho era realizado de forma comunitária, sob a forma de cooperativa; a produção agrícola e pastoril era dividida segundo o trabalho prestado e as necessidades de cada participante ou, ainda, a organização que sustentava o regime dos Aztecas era muito semelhante a dos Incas.

De forma mais simples, sem considerar a existência de uma organização cooperativa estruturada, a cooperação entre os indivíduos sempre foi algo marcante. Nas rotinas diárias encontraremos muitos casos de ajuda mútua, buscando vencer barreiras, principalmente, de ordem econômica.

O advento da Revolução Industrial, no século XVIII, ocorrida na Inglaterra e difundida aos demais países da Europa, significou uma aceleração e aprofundamento das contradições da sociedade capitalista, trazendo, em seu bojo, crise econômica e problemas sociais. Se, por um lado, a mecanização industrial revelou, e ainda revela, grandes conquistas científicas, por outro, gerava, e ainda gera, desemprego, trazendo consigo miséria e problemas sociais às classes mais pobres.

A situação de miserabilidade a que os trabalhadores eram expostos, através da exploração e expropriação, possibilitou que eles se organizassem e tentassem impor, inclusive pela força, a aceitação de suas reivindicações. Nesse cenário, surgem idéias de reformulação social que possam atender aos anseios de justiça social por parte dos trabalhadores.

Para Thenório Filho (1999), é geralmente em ocasiões de grandes dificuldades que a sociedade se organiza em defesa de interesses comuns. Como exemplo, talvez o mais notável, citamos o dos “*Pioneiros de Rochdale*”, em que um grupo de 28 tecelões ingleses, pobres e necessitados, após uma greve fracassada, reuniram-se para debater meios de minorar a situação pela qual passavam.

Segundo o mesmo autor, em 1844, os tecelões decidiram que a melhor solução para o problema, seria a criação de uma associação, a qual denominaram: “*Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale*”, e cada um contribuiria com uma libra esterlina para a formação do capital social. Tal sociedade tomaria o nome de Cooperativa de Rochdale após a promulgação da lei de 1852. Estava constituída a primeira cooperativa de consumo, fundamentada em normas e princípios até hoje aceitos como referência na organização de sociedades cooperativas em diferentes países, servindo de base para o cooperativismo.

Inicialmente, esses tecelões optaram pela construção de um armazém cooperativo, através do qual pretendiam, além de melhoria das condições de vida, uma reforma social mais ampla, como a construção de casas, produção de alimentos, geração de emprego, educação de seus membros etc.

A formação de cooperativas no espaço agrário brasileiro não é um processo recente; tem suas origens no século XIX e buscava minimizar os impactos negativos gerados pelo capitalismo. Segundo o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (2003), as primeiras experiências cooperativistas ocorreram nos Estados do Sul.

A primeira onda cooperativista no espaço rural brasileiro aconteceu nas últimas décadas do século XIX e início do XX, com a chegada de imigrantes europeus (RS) a partir de 1840 e japoneses (SP) a partir de 1908, que se estabeleceram em pequenas propriedades agrícolas, cuja produção destinava-se, principalmente, à subsistência familiar. Com a falta de políticas governamentais e apoio do Estado, esses imigrantes, que já traziam algumas experiências sobre o associativismo, buscaram soluções próprias para seus problemas, através da criação de cooperativas. Com a comercialização de seus produtos e a eliminação de intermediários, visavam à ampliação da margem de ganho.

Para o BRDE (2003), as primeiras cooperativas erigidas, conforme os princípios de Rochdale, só surgiram na primeira década do século XX¹⁸. As cooperativas de

¹⁸ É difícil afirmar com precisão quando foi fundada a primeira cooperativa brasileira, em virtude da precariedade dos registros oficiais do período. Entretanto, várias fontes (THENÓRIO FILHO, 1999, p.103; CORADINI, 1981, p.54 e BRDE, 2003, p.21) apontam a Cooperativa de Crédito Caixa Rural de Nova

crédito e de consumo, preponderantes nos primeiros anos, logo deram lugar, em termos de importância, às cooperativas agropecuárias. No cenário agrícola, ocorre a criação de cooperativas ligadas à produção de leite (comercialização e industrialização) e cooperativas de viticultores, no Rio Grande do Sul, por imigrantes alemães e italianos. Em São Paulo, imigrantes japoneses fundam a cooperativa Cotia (1927) para escoar a produção de batatas sem dependerem de intermediários.

Santos (1997) afirma que as cooperativas surgem no Brasil com forte influência do cooperativismo europeu, embora o contexto brasileiro (urbano e rural) fosse destoante dos países de origem. A própria sistematização e legalização do movimento cooperativista brasileiro, formulado a partir do decreto-lei n.º 22239/32, teve por base os princípios rochdaleanos, sendo as cooperativas definidas como associações de pessoas e não de capital.

Segundo Ribas (2002), a gênese do movimento cooperativista no Brasil está atrelada às crises de abastecimento interno, principalmente após o crescimento generalizado de grandes centros urbano-industriais. A partir de 1930, essa forma específica de organização passou a ter o incentivo do Governo Federal devido ao seu potencial econômico e ideológico. Conformou-se, então, num ideário reformista do Estado e num instrumento de “*modernização*” e industrialização (isenção de impostos e vantagens creditícias) acopladas ao processo de intensificação das relações capitalistas no campo.

A partir do primeiro governo de Vargas (1930-1945), o cooperativismo agrícola passou por uma segunda fase de crescimento. Em 1932, foi promulgada a primeira lei federal referente ao cooperativismo, com a criação de instituições públicas voltadas ao fomento da prática cooperativista, como a caixa de crédito cooperativo (1943) e benefícios de ordem fiscal. A legalização significou o impulso para criação de novas cooperativas.

Segundo o BRDE (2003), o período apresentado, do surgimento das primeiras manifestações cooperativistas no espaço rural até a década de 1950, pode ser considerado como o “*período romântico do cooperativismo*”, ou seja, a produção das cooperativas era pouco especializada; estas procuravam comercializar todos os possíveis produtos agrícolas dos associados. O objetivo maior era eliminar o intermediário da comercialização dos produtos agrícolas de seus cooperados.

A partir de meados da década de 1950, atendendo ao novo cenário político e econômico, surge um novo cooperativismo, chamado por estudiosos (CORADINI, 1981;

Petrópolis, fundada em 1902, no município de Nova Petrópolis – RS, como a mais antiga cooperativa em atividade no país.

SCHNEIDER, 1981; HESPANHOL e COSTA, 1995) do assunto de “*Cooperativismo Empresarial*”. Conforme o BRDE (2003), o diagnóstico que deu origem ao plano de metas (1956-61), identificou um baixo nível de produtividade da agricultura nacional. Para aprofundar o grau de industrialização do país, seria necessária a modernização da agricultura. Assim, o Estado reservou às cooperativas o papel de principal executor das políticas públicas destinadas ao setor rural. Surge um grande surto de cooperativas ligadas à produção de trigo e café.

Esse cooperativismo foi implantado “*de cima para baixo*”, baseado num conceito de associativismo considerado ideal pelo Estado, desconsiderando características e necessidades locais e, até mesmo, a dimensão cultural e formação política de seus cooperados, buscando organizar-se como uma empresa moderna.

Em meados da década de 1960, o cultivo da soja, como um produto promissor para a exportação, favoreceu um novo impulso ao cooperativismo agrícola no Brasil. No Paraná, a soja deu origem a um novo surto de criação de cooperativas nas áreas de ocupação mais recente, Oeste e Sudeste do Estado. Segundo Moro (1991), em 1971, com a promulgação da “*lei de cooperativismo*”, foi instituído um conjunto de entidades representativas de sistema cooperativista nacional como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com organizações estaduais ligadas a ela. No Paraná, foi criada a OCEPAR (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná).

Se, por um lado, a lei específica sobre o cooperativismo de 1971 e a criação da OCB, em 1969, permitiram maior definição das especificidades das cooperativas no Brasil, por outro, também representaram forte ingerência do Estado no funcionamento dessas organizações. Há que se salientar, nesse sentido, que o panorama político-institucional do momento era de ditadura militar.

O dinamismo da agricultura moderna, de características empresariais, exigiu instrumentos mais ágeis e eficazes para o avanço do processo. No bojo desse movimento, a partir do final da década de 1960, acontece a criação de várias cooperativas no Sudoeste do Paraná, entre elas a COAGRO que, a partir de sua fundação, encontrou, nas pequenas unidades produtivas de trabalho familiar, espaço *fértil* para articular territorialmente produtores aos interesses do capital, garantindo sua reprodução através do poder e força em diferentes escalas espaciais. Ela edifica seu território, pois, como afirma Raffestin (1993), não há território sem relações de poder.

Saquet (2002), ao estudar o cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul, também ratifica essa afirmação. Para esse autor, o território é a expressão *concreta* e

abstrata do espaço produzido a partir da multidimensionalidade de uma rede de relações sociais, econômicas, políticas e culturais, isto é, esta construção social também ocorre a partir das relações estabelecidas na dinâmica econômica como a de cooperativas agrícolas de produção.

Ao longo dos anos 1970, embaladas pelo *boom* da soja no mercado internacional, as cooperativas de produção diversificam suas estratégias de crescimento que, até aquele momento, estavam baseadas no crescimento horizontal. O resultado dessa diversificação foi a entrada de muitas cooperativas no ramo industrial e a verticalização das mesmas.

Com a aprovação da constituição de 1988, a prática cooperativista que, até então, sofria interferência estatal em seu funcionamento (fiscalização do INCRA), desvincula-se do Estado e busca sua autogestão. Segundo a OCEPAR (2003), as cooperativas paranaenses, após amplos debates e estudos, aprovaram, em setembro de 1991, em Assembléia Geral da OCEPAR, o Programa de Autogestão, que iniciou suas atividades em março de 1991, com os objetivos específicos de orientação na constituição e registro de cooperativas, acompanhamento de desempenho, educação, capacitação e reciclagem, organização dos cooperados, comunicação e integração.

No final da década de 1980, conforme Fabrini (2003), foram idealizadas as primeiras cooperativas nos assentamentos do Movimento Sem-Terra (MST). No início dos anos 1990, começa a se esboçar uma política cooperativista no interior do MST, a qual, mais tarde desemboca na criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Nesse período, também são definidas as primeiras linhas políticas do SCA. A produção de subsistência não foi desprezada, mas a elaboração de mercadorias passou a ter importância destacada. Além dos benefícios econômicos e produtivos para os assentamentos, as cooperativas deveriam contribuir para a conscientização política dos assentados.

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas por crises e reestruturações. Nos anos 1980, as mudanças macroeconômicas e as políticas adotadas pelo governo para se ajustar a essa nova conjuntura, trouxeram à tona as fragilidades estruturais das cooperativas¹⁹, levando-as a uma grave crise. Conforme Schneider (1991), entre as décadas de 1950 e 1970, a evolução do cooperativismo agrícola no Brasil teria sido completamente diferente na ausência do forte apoio fornecido pelo Estado.

¹⁹ Conforme o BRDE (2003), a incompatibilidade entre a capacidade de estocagem e transporte das cooperativas e o *boom* da soja no mercado internacional fez com que elas buscassem capital de terceiros, muitas vezes, contratados no exterior a taxas de juros flutuantes para construção de infra-estrutura. Com as mudanças na política econômica interna e externa, muitas cooperativas ficam inviabilizadas com dívidas onerosas.

A reestruturação do Estado e a redução de suas políticas de isenções fiscais e créditos subsidiados provocaram crise em muitas das centenas de cooperativas, pois estas foram incapazes de se manterem sem a presença efetiva de tais políticas. Um exemplo foi a cooperativa Agrícola de Cotia, a maior do Brasil, que iniciou sua liquidação em 1994. A partir de 1981, os preços da soja declinam no mercado mundial, além disso, a partir de 1985, mudanças na política agrícola anunciam que os contratos de crédito rural teriam correção monetária integral.

Nos anos 1990, o setor cooperativista passou por outra grande crise provocada pela abertura comercial e planos de estabilização da economia. Com a queda dos seus créditos, muitas cooperativas passaram a atuar como bancos, recorrendo a crédito de linhas bancárias para garantir recursos. A inadimplência de muitos cooperados obriga as cooperativas a rolarem suas dívidas a taxas de juros sempre mais altas.

Segundo o BRDE (2003), o aprofundamento da abertura comercial, em 1994, aprofundou ainda mais a dívida das cooperativas. No final de 1995, através da lei federal número 9.138, definiu-se que as dívidas agrícolas seriam renegociadas através de três programas: a Securitização, o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP) visando ao desenvolvimento auto-sustentado em condições de competitividade e efetividade.

Finalmente, no ano safra 2002/2003, foi criado o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor a Produção Agropecuária (PRODECOOP), com a finalidade incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras por meio da modernização dos sistemas produtivos e da comercialização.

Para Loureiro (1981), o funcionamento e a exploração do cooperativismo agrícola são fortemente condicionados pela dinâmica do modelo de acumulação de capital vigente no país, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade. Afirma também, que as cooperativas, que deveriam ser uma forma para melhorar as condições de vida de seus associados, não possibilitam condições de mudanças e rompimento com a ordem excludente e concentradora do capital. Representam, dessa maneira, uma forma de manutenção da dominação social, em alguns casos, com um nível de existência melhorada, em outros, com expropriação e proletarização.

2.2- Relações entre negociantes locais e agricultores, no Sudoeste do Paraná, antes de 1970

Anterior à década de 1970, a agricultura do Sudoeste paranaense possuía um caráter quase exclusivo de subsistência, através da qual o agricultor produzia para o consumo da família. O excedente era caracterizado por uma microprodução de cada produto por unidade fundiária que, em momento oportuno ou por necessidade, era colocada no mercado. Segundo Corrêa (1970), no circuito comercial, entre o produtor e o consumidor apareciam os intermediários que se encarregavam de beneficiar a produção ou então revendê-la a outros intermediários.

[...] Num circuito dessa natureza, o preço final do produto pago pelo consumidor resulta de acréscimos sucessivos sobre o valor da produção [...], que, em grande parte, traduzem-se em lucros, constituem não só uma das razões de ser dos intermediários citadinos em sua quase totalidade, mas também representam uma forma de drenagem da cidade sobre o campo. (Corrêa, 1970, p.13)

Durante a economia cabocla e a chegada dos primeiros *colonos*²⁰, a região Sudoeste era dependente de outros centros comerciais, sobretudo de União da Vitória, que captava a produção regional, encaminhando-a para os mercados consumidores e fornecia para o Sudoeste produtos manufaturados de extrema necessidade, como tecidos, querosene, sal, ferramentas etc.

Conforme Wachowicz (1987), na época, atuavam na região os *mascates*, os quais traziam cargueiros com tecidos, sandálias, armarinhos etc, e compravam couros de animais selvagens, cera de abelha, crina de animais etc. Alguns *safristas* também entravam nesse tipo de comércio. Após venderem sua safra, compravam, em Ponta Grossa ou União da Vitória, produtos alimentícios, querosene, tecidos e revendiam, na região, muitas vezes trocando por peles.

Corrêa (1970), percebeu também que a rede urbana era constituída por núcleos urbanos de pequenas dimensões, destacando-se Pato Branco e Francisco Beltrão que, em 1968, deveriam ter população urbana entre 10.000 e 15.000 habitantes. A expressiva densidade rural resultante de uma ocupação de pequenos proprietários policultores fez com

²⁰ Conforme Corrêa (1970), os *colonos* eram pequenos agricultores de origem européia, que se dedicavam à policultura.

que as cidades regionais assumissem uma enorme importância, sobretudo nas atividades de comércio e serviços.

Tais relações, ligadas às atividades terciárias, conforme o mesmo autor, geraram uma densa rede de centros urbanos, refletindo a densidade do povoamento rural. Além de suas 24 sedes municipais, existiam 57 vilas distribuídas em 22 municípios, e mais de 200 *povoados*. Essas cidades tinham a *função* de realizar a coleta e expedição dos produtos agrícolas e a distribuição de bens e serviços. Ao lado desses numerosos centros de coleta da produção agrícola, coexiste, em pleno espaço rural, uma grande quantidade de minúsculos estabelecimentos comerciais, relativamente isolados, ao longo das estradas principais que também participam da comercialização.

Segundo Boneti (1995), esses comerciantes do Sudoeste do Paraná, edificaram, com os *colonos* migrantes, um sistema produtivo conjugado. Dois elementos solidificam essa união: o capital e a mercadoria. Essa relação fazia-se desde o bodegueiro do *povoado* até o comerciante regional. Dessa forma: “*a circulação de mercadorias, constituía-se para a região estudada, desde os tempos da produção cabocla, o ponto fundamental de ligação dessa produção com a esfera capitalista de produção*”. (BONETI, 1995, p.13)

Corrêa (1970) diferencia e analisa a atuação desses intermediários e compradores. Na primeira etapa, estavam os *colonos* comissionados e os bodegueiros, que viviam no espaço rural. Os primeiros eram agricultores melhor constituídos, geralmente empregando mão-de-obra assalariada (peões), que recebia(m) uma comissão do comerciante citadino para realizar a compra. A “*bodega*” constituiu a menor “*célula*” do comércio regional. O bodegueiro era um intermediário de confiança do *colono*, realizando a compra da maior parte da produção de cereais e um certo número de suínos, oferecendo bens de consumo indispensáveis ao cotidiano do *colono*.

Também afirma a existência dos atacadistas expedidores-distribuidores, que se localizavam em algumas vilas e nas sedes municipais, caracterizando a segunda etapa do circuito mercantil. Eram fornecedores de sacaria e de sementes selecionadas, adquiridas em órgãos governamentais especializados (milho, feijão e trigo), em empresas industriais (soja e fumo), trocadas por sementes comuns ou, então, vendidas com pagamento posterior, esses atacadistas faziam a expedição dos produtos rurais para fora da região. Além de realizarem a compra da produção captada pelos bodegueiros e lhes fornecerem mercadorias, realizavam também compra e venda direta com os *colonos*.

Corrêa (1970) afirma, ainda, que, na terceira etapa do circuito mercantil, existiam os atacadistas reexpedidores, localizados, sobretudo, em Curitiba e Rio de Janeiro, os

quais faziam o maior volume de negócios com os expedidores-distribuidores. Eles realizavam a reexpedição de grandes quantidades de produtos aos grandes atacadistas (revendiam aos varejistas), às fábricas ou ao mercado externo. Atuavam também diretamente na *zona* (área) de produção através da distribuição de sementes selecionadas, visando melhorar a qualidade da produção que, mais tarde, iriam comprar.

Embora o Sudoeste do Paraná tivesse passado há pouco tempo por um processo de povoamento efetivo, percebemos uma densa organização para expedir a produção regional, garantindo, de um lado, a subordinação e a extração do sobretrabalho do agricultor e, de outro, a apropriação do excedente por um pequeno grupo de capitalistas, reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais bem como a reprodução e expansão do capitalismo.

Para Boneti (1995), o *colono* e o comerciante tinham papéis definidos.

O comerciante guardava para si a “*chave do segredo*”, centralizando o mando do circuito mercantil. O *colono* produzia o excedente; o comerciante garantia a aquisição desse excedente e trazendo em troca manufaturas necessárias à reprodução de mercadorias necessárias para o *colono*. Era um sistema conjugado, onde cada parte tinha sua função e fazia-se indispensável ao outro. Esse sistema garantia ao comerciante a extração do sobretrabalho através do lucro da revenda do excedente de produção e de manufaturas para ser consumida pelo *colono*. (p.14)

A maioria das transações comerciais entre os *colonos* e os comerciantes era realizada por uma espécie de conta-corrente. Através desta, segundo Corrêa (1970), o *colono* adquiria, durante o ano todo, alguns bens de consumo essenciais, ferramentas, sementes selecionadas, vales para pagamento de farmácia ou hospital, empréstimo em dinheiro (função de banqueiro) etc. Moralmente, os *colonos* sentiam-se na obrigação de vender sua produção ao comerciante que lhe financiou os meios de produção durante o ano, sujeitando-se aos preços que lhes eram impostos. Ao ser encaminhada a produção, em muitos casos, os *colonos* não faziam mais que pagar as dívidas já contraídas; então iniciava-se tudo novamente.

Conforme Brum (1988), os pequenos comerciantes das localidades interioranas e pequenas cooperativas que comercializavam os excedentes agrícolas, na fase da agricultura tradicional, mostraram-se incapazes de atender de modo satisfatório aos crescentes volumes da produção na fase da modernização agrícola.

Com o processo de modernização e com a atuação do Estado na criação e fortalecimento de um novo modelo de cooperativas ligadas ao ramo agropecuário, até então consideradas ineficientes pela falta de estrutura e o pequeno número de associados, estas passam a atuar na compra e expedição da produção e no fornecimento de sementes selecionadas, insumos químicos, máquinas, assistência técnica, financiamentos entre outros.

Com isso, aprofunda-se ainda mais a dependência do agricultor em relação ao capital e a drenagem de sobretrabalho aos capitalistas, representados, entre outros, pelas grandes empresas ligadas ao ramo agropecuário.

2.3- As cooperativas de produção agropecuária do Sudoeste do Paraná

O cooperativismo agrícola no Sudoeste do Paraná tem seus primeiros passos no final da década de 1960. Segundo o Diagnóstico Sócio-Econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná (1992), a iniciativa para as práticas cooperativistas foi dinamizada por empresas colonizadoras, pela igreja e por órgãos de assistência técnica. Pretendia-se, com isso, dar uma resposta à regressão tecnológica e ao isolamento do Sudoeste, perante o processo vivido no Brasil. Os pioneiros acreditavam que conseguiriam superar as dificuldades estruturais encontradas com alternativas comuns como as cooperativas de produção agropecuária.

A proposta cooperativista elaborada no Sudoeste baseava-se na experiência do Rio Grande do Sul e do Oeste do Paraná, onde predominava a agricultura comercial. No entanto, não se levou em consideração a qualidade do solo, a topografia e a questão social dos agricultores: na maioria pobres, cuja característica predominante era a produção de subsistência. Mesmo assim, grande parte dos agricultores já conheciam o cooperativismo em suas regiões de origem (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e aceitaram sem analisar, face às condições de vida, as adaptações necessárias.

Corrêa (1970) afirma que, no final da década de 1960, no Sudoeste do Paraná, existiam seis cooperativas, que comercializavam apenas a produção de seus associados. Localizavam-se em Mariópolis, Barracão, Pérola D'Oeste, Pato Branco, Verê e Francisco Beltrão, sendo as duas últimas as mais importantes da região. Afirma também que tais cooperativas eram ineficientes e congregavam um pequeno número de associados. Apesar de efetuarem vendas de trigo e feijão aos órgãos governamentais que compravam através do Banco do Brasil S/A, essas cooperativas não eram muito capazes de colocar os produtos que concentravam diretamente no mercado consumidor. A cooperativa de Verê, em 1968, contribuiu com apenas 33% da soja que aquele município enviou para a IOSSA (fábrica de óleo de soja) de Pato Branco. Quanto à porcentagem de agricultores sócios, as cooperativas de

Francisco Beltrão e Verê congregavam, respectivamente, cerca de 15% e 25% dos agricultores de seus municípios.

Com isso, houve uma preocupação em criar uma estrutura para captar os produtos, os quais seriam vendidos fora da região. Tinham como objetivo facilitar a modernização da agricultura, oferecendo insumos químicos, sementes selecionadas, mediação para aquisição de financiamentos, máquinas agrícolas, assistência técnica e comercialização dos produtos agrícolas.

Desse modo, segundo Coradini (1981), a preocupação do Estado em resolver os problemas de produção, comercialização, transporte, preços mínimos, armazenamento e crédito agrícola, vinha ao encontro dos interesses e necessidades dos produtores agrícolas. Assim, o Estado delega às próprias cooperativas parte dos encargos, tendo em vista a solução de problemas referentes à criação da infra-estrutura para a produção.

Diante dos incentivos governamentais, a fundação ou o fortalecimento de cooperativas agropecuárias no Sudoeste respondeu a decisões tomadas de “*cima para baixo*” por organizações externas à região. Segundo o Diagnóstico Sócio-Econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná (1992) atuaram, na elaboração de um projeto de cooperativismo para o Oeste e Sudoeste do Paraná (Projeto Iguaçu de Cooperativismo-PIC), no final de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura (DAC) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA).

Na área de atuação do PIC, conforme esse mesmo documento, muitas cooperativas só existiam no papel, enquanto outras operavam em condições precárias, competindo entre si, disputando associados e a produção agrícola. A partir dessa constatação, cada cooperativa considerada viável teve definida sua área de responsabilidade. Treze (13) cooperativas participaram da implantação do PIC, doze (12) consolidaram-se mantendo a preocupação de criar uma infra-estrutura voltada à captação dos produtos e à comercialização.

No Sudoeste do Paraná, seis (06) cooperativas integraram o PIC: A Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda (CAMDUL), fundada em 1968, em Dois Vizinhos; a Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO), fundada em 1970, em Capanema; a Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda (COASUL), fundada em 1969, em São João; a Cooperativa Agropecuária Mista São Cristóvão Ltda (CAMISC), fundada em 1962, em Mariópolis; a Cooperativa Agropecuária Guarani Ltda (CAPEG), fundada em 1965, em

Pato Branco e a Cooperativa Mista de Francisco Beltrão Ltda (COMFRABEL), fundada em 1964, em Francisco Beltrão.

No início e, principalmente, na década de 1970, essas cooperativas atuavam na comercialização de soja, milho, trigo e feijão e vendiam aos associados: sementes selecionadas, adubos químicos, agrotóxicos, alguns medicamentos veterinários e ferramentas; ofereciam também assistência técnica e a mediação para aquisição de financiamentos.

Nessa primeira fase, as cooperativas tiveram dificuldades em sua expansão. Com a posição de destaque que ocuparam na modernização da agricultura, começaram a adquirir um caráter mais efetivo. O impulso principal às empresas cooperativistas aconteceu a partir dos créditos oficiais altamente subsidiados para o aumento de sua capacidade de armazenamento, instalações e para diversificação de suas atividades. Outro fator da expansão das cooperativas foi o cultivo da soja nas regiões Oeste e Sudoeste durante a década de 1970. Os lucros obtidos com essa cultura proporcionaram maior geração de excedentes, contribuindo para a consolidação de algumas cooperativas de produção.

Na década de 1980, a baixa na cotação da soja no mercado internacional (Bolsa de Chicago) fez com que as cooperativas que tinham baseado seu crescimento nesse produto buscassem alternativas de renda em outros produtos e no seu processamento agroindustrial. Além das atividades já desenvolvidas, nos anos 1980, as cooperativas agropecuárias do Sudoeste do Paraná diversificaram suas atividades, passando a atuar na comercialização de suínos (COMFRABEL, CAMISC e COAGRO); na fabricação de rações (COMFRABEL); produção de sementes (COASUL, COMFRABEL, CAMISC e COAGRO); no resfriamento do leite (CAPEG, COAGRO, COASUL) e na comercialização em geral, através de supermercados (COAGRO, CAMDUL e COASUL).

A continuidade das cooperativas, segundo o Diagnóstico Sócio-Econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná (1992), começa a ter problemas principalmente de acesso ao crédito subsidiado a partir da década de 1980. Nesse momento, o crescimento das cooperativas começa a depender exclusivamente de sua capacidade de auto-capitalização, ainda mais que o quadro social era composto, na grande maioria, por pequenos produtores agrícolas.

A partir da segunda metade da década de 1980, conforme afirma Ficagna (1991), a COMFRABEL passa a apresentar problemas econômicos em sua gestão, tendo que desfazer-se de parte de seu patrimônio para pagar dívidas. Também menciona que a falta de

participação do associado na fiscalização da administração somada à situação econômica em que o país se encontrava potencializaram os problemas econômicos da cooperativa, tornando sua dívida maior que o patrimônio.

Inviabilizada economicamente, a COMFRABEL entrou em processo de liquidação no início da década de 1990. Com isso, um grupo de associados reuniu-se e fundou a Cooperativa Agropecuária Santana Ltda - COOPERSANTANA, em 14 de setembro de 1992, a qual passou a funcionar nas antigas instalações da COMFRABEL, dedicando-se à comercialização de cereais, insumos e, principalmente, na agroindustrialização do trigo, do milho e do feijão. Dessa forma, o Sudoeste do Paraná continuou com seis (06) cooperativas atuando no ramo agropecuário.

Na década de 1990, as cooperativas agropecuárias do Sudoeste do Paraná continuaram ampliando seus negócios. Além das atividades já mencionadas, passaram a atuar na fabricação de rações (COAGRO e CAMDUL); na comercialização de suínos (CAMDUL); no ramo de laticínios e indústrias de lácteos (COAGRO E CAPEG); com frigorífico de suínos (COAGRO); empacotamento de feijão (COAGRO e COOPERSANTANA); agroindústria de fubá e canjica (CAMDUL E COOPERSANTANA) e na agroindustrialização de trigo (COOPERSANTANA).

Com a diversificação de suas atividades, as cooperativas ampliam a área de ação e o número de associados. Conforme Senhorini (1998), em dezembro de 1997, as cooperativas agropecuárias (06) estavam presentes em 32 (86,5%) dos 37 municípios do Sudoeste do Paraná. A CAMISC atuava também no município de Clevelândia (mesorregião Centro-Sul do Paraná) além de Galvão e São Domingos, em Santa Catarina.

Em 1994, por atritos entre a diretoria que saía e a que assumia, a CAPEG passou por mudanças significativas. Conforme entrevista, em 1998, com o engenheiro agrônomo Hermes Minozzo, da Emater de Pato Branco, após denúncias e execuções judiciais, a cooperativa ficou com seu crédito comprometido, inviabilizando-a de prosseguir no setor de cereais. Com isso, arrendou, vendeu e terceirizou seus armazéns, continuando apenas na área do leite. Em 1999/2000, a COAGRO²¹ também passou por um processo de reestruturação, vendendo parte de seu patrimônio, deixando alguns municípios e retirando-se do ramo agroindustrial.

²¹ A reestruturação da COAGRO será estudada com maiores detalhes no capítulo 4 deste trabalho.

Atualmente, conforme dados da OCEPAR (2006), no Sudoeste do Paraná, existem oito cooperativas registradas na organização, ligadas ao ramo agropecuário, prestando serviços aos agricultores associados. Além da CAMDUL, CAMISC, CAPEG, COASUL e COAGRO, já mencionadas, existem: a Cooperativa dos Avicultores do Sudoeste do Paraná (COOAVISUL), fundada em 1998, em Dois Vizinhos; a Cooperativa de Produção de Leite de Coronel Vivida (COOPERLATE-VIDA), fundada em 2003, em Coronel Vivida e a Cooperativa Agropecuária Tradição (COOPERTRADIÇÃO), fundada em 2003, em Pato Branco. A COOPERSANTANA, após tentativa de ocupar a área de atuação da antiga COMFRABEL, provavelmente, também entrou em processo de liquidação, pois não aparece mais entre as cooperativas filiadas à OCEPAR.

Cada uma delas exerce influência nos municípios vizinhos e surgiram, inicialmente, para responder aos problemas (comercialização da produção, aquisição de insumos e mediação para realizar financiamentos entre outros) enfrentados por agricultores do Sudoeste do Paraná, contribuindo na construção e organização do território.

No Sudoeste do Paraná, além do cooperativismo com registro na OCEPAR, também encontramos outras formas de organização cooperativa ligadas à produção agropecuária familiar. Segundo o Jornal de Beltrão (25/03/2006), trata-se das Cooperativas de Produção, Comercialização e Desenvolvimento Solidário da Agricultura Familiar ligadas a COOPAFI (Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar Integradas).

Em 2006, essas cooperativas atuavam nos municípios de Marmeleiro, Coronel Vivida, Itapejara do Oeste, Dois Vizinhos, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge do Oeste, Planalto e Capanema. Possuíam projetos de implantação em Santo Antonio do Sudoeste, Pranchita, Bela Vista da Caroba, Realeza, Francisco Beltrão e Chopinzinho. Dentre seus objetivos, pretendem ampliar e fortalecer os canais de comercialização; fortalecer o acompanhamento técnico; capacitar agricultores familiares; apoiar cadeias produtivas; fortalecer a produção agroecológica; viabilizar instrumentos de políticas públicas para a agricultura familiar etc.

De forma direta ou indireta, todos os municípios do Sudoeste são influenciados pela atuação de cooperativas ligadas ao ramo agropecuário. A doutrina do cooperativismo está cristalizada na paisagem sudoestina, material e ideologicamente, através de formas e símbolos que caracterizam a dinâmica econômica regional (baseada na agricultura e pecuária). Considerando as cooperativas como “*empresas capitalistas*”, parece claro que ocorre subordinação e exploração dos agricultores cooperados, mas, na ótica

economicista, possuem grande relevância no “*desenvolvimento*” local e regional, pois, em muitos municípios, a cooperativa é a maior empresa, com a maior arrecadação de impostos e geração de empregos.

3 - COAGRO: MUDANÇAS NO PERÍODO DOS INCENTIVOS ESTATAIS E CRÉDITOS SUBSIDIADOS

3.1 - Fundação e fortalecimento da COAGRO, frente aos incentivos estatais e créditos subsidiados

A generalizada carência de infra-estrutura para o armazenamento e beneficiamento da produção, o fornecimento de insumos, as sementes selecionadas e serviços aos agricultores, somados aos incentivos do Estado brasileiro que adere ao pacote tecnológico da “*revolução verde*”, intimamente ligado aos interesses internacionais de grandes empresas, justificaram a fundação de algumas cooperativas empresariais ligadas ao ramo agropecuário no Sudoeste do Paraná, como mencionamos. Entre elas está a COAGRO, nosso objeto de estudos.

Além desses fatores, a falência de duas empresas ligadas ao ramo de compra de cereais e suínos (Casa Santa Catarina e Brandão e Cia Ltda), no final da década de 1960, atuantes no município de Capanema e suas proximidades como atacadistas expedidores-distribuidores, aumentou as dificuldades enfrentadas na expedição da produção agrícola. A COAGRO nasce no bojo desse processo de carências locais e expansão do Modo Capitalista de Produção em nível nacional, mediada pelo Estado.

Com o apoio e incentivo da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA (extinta com a criação da EMATER), um grupo de agricultores buscou, no associativismo, uma forma de superar os limites em que se encontravam. Segundo o relatório das Atividades da COAGRO (1971)²², em dezembro de 1970, foi constituída a COAGRO, por 67 associados fundadores, tendo como sede a cidade de Capanema-PR. Seu funcionamento só ocorreu a partir de março de 1971, terminando o primeiro ano de exercício com 354 associados assim distribuídos: Capanema (199 associados), Realeza (86), Santa Izabel do Oeste (31), Planalto (20) e Pérola D’Oeste (19). A maior concentração de sócios nos

²² O relatório das atividades da cooperativa apresenta dados relativos a 31 de dezembro de cada ano.

municípios de Capanema e Realeza explica-se pelo primeiro ser o local da sede da cooperativa e o segundo por ter uma unidade de atendimento aos cooperados.

O início de suas atividades aconteceu junto ao escritório da ACARPA. A produção da primeira safra foi colocada em local alugado. A foto número 01 apresenta o local onde a COAGRO iniciou suas atividades na cidade de Capanema-PR.

Foto 01 – Local onde a COAGRO iniciou suas atividades em 1971



Fonte: autor em 05/03/2007.

Com a rápida aceitação da cooperativa e o bom resultado das primeiras safras, em 1972, a COAGRO conseguiu financiamento para a construção da sede própria e dos primeiros armazéns, nos municípios de Capanema e Realeza.

As linhas de crédito, altamente subsidiadas pelo Estado, destinadas às cooperativas favoreceram a criação de grandes infra-estruturas, além disso, o apoio da ACARPA, através do trabalho de educação cooperativista com agricultores e treinamentos doutrinários com comissões organizadoras da cooperativa, antes e depois de sua constituição, intensificaram a relação de agricultores locais com os interesses internacionais, os quais eram apresentados como ideais pelo Estado.

A fundação da COAGRO ocorreu num projeto específico de cooperativismo criado pelo Estado do Paraná. Como afirma Moro (1991), a atual estrutura espacial das

cooperativas do Paraná foi definida em 1970, visando à organização e implantação de um plano integrado que possibilitasse a união dos esforços dentro de uma sistemática de atuação, tendo por meta proporcionar o melhor atendimento possível às necessidades do cooperativismo.

Conforme o autor já mencionado, o plano foi iniciado com o planejamento do cooperativismo nas regiões Oeste e Sudoeste do estado, com a denominação de Projeto Iguazu de Cooperativismo – PIC. Posteriormente, implementaram-se os projetos norte – NORCOOP e sul de Cooperativismo – SULCOOP. Com a implantação dos três projetos de cooperativismo cobrindo todo o estado, cada cooperativa passou a ter uma área de ação definida, visando eliminar a concorrência e melhorar o relacionamento entre elas.

Atuaram em conjunto na elaboração do projeto, o INCRA, o DAC e a ACARPA. O PIC; conforme Diagnóstico Sócio Econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná (1992), foi o primeiro esforço de atuação sincronizada entre os governos federal e estadual com a finalidade de transformar a realidade cooperativista do Paraná.

Tentando entender essas relações políticas que condicionam ou determinam *novas* configurações ao território, lembramos a modernização da agricultura, em que o pacote tecnológico da “*revolução verde*”, pensado e planejado por interesses internacionais, foi legitimado por forças internas, principalmente, através da atuação do Estado. Através de seu poder de gestão, o Estado cria e aprova leis, condicionando as pessoas do campo e da cidade à mudanças econômicas, políticas e culturais. Essas relações e implicações vão-se materializando no espaço, revelando as contradições daquilo que denominaram de “*modernização*” para tirar o campo brasileiro do “*atraso*”, sem antes ter noção das implicações territoriais que esta produziria.

No primeiro ano de trabalho, segundo relatório das atividades da COAGRO (1971), a ACARPA foi responsável pela execução dos créditos de repasse aos cooperados, atendendo 151 associados, com um valor de Cr\$ 329.443,50 destinados às lavouras de soja e milho (custeio da produção), com verbas do Banco do Brasil S/A. Desse valor, foram beneficiados 69 associados de Realeza e Santa Izabel do Oeste, com Cr\$ 191.991,00 e 82 associados de Capanema, Planalto e Pérola D’Oeste, com Cr\$ 137.452,50. O Banco do Brasil S/A, ainda, disponibilizou para financiamento de investimento aos associados o valor de Cr\$ 274.000,00 para ser gasto entre janeiro e maio de 1972. Esses recursos, em sua maioria, eram destinados à compra de máquinas, garantindo a modernização da agricultura e o aumento da produção.

A COAGRO manteve um setor de repasse de financiamentos do Banco do Brasil em seus entrepostos (inicialmente em Capanema e Realeza) até o momento da instalação de agências nas cidades em que atuava. Em 1971, a cooperativa já oferecia assistência técnica com dois profissionais atuando neste setor.

A distribuição dos recursos de custeio evidenciam um aprofundamento das desigualdades sociais já existentes na região, caracterizando, desde o início da cooperativa, o papel que esta desempenharia na intensificação da expansão do capitalismo no campo de forma concentradora e excludente. Em seus estudos, Kautsky (1986) afirma “*jamais iria passar-nos pela cabeça negar a importância do cooperativismo. A questão é apenas de saber se as vantagens do grande estabelecimento cooperativo se estendem igualmente ao agricultor pequeno*”. (p.108)

No mesmo ano, a cooperativa firmou convênio com o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP para o empréstimo de dois tratores de esteira, com os quais foram favorecidos 44 associados, com 920 horas trabalhadas. O apoio de órgãos governamentais foi vital para o fortalecimento e a expansão das cooperativas agrícolas de produção.

Apesar da possibilidade de mecanizar as terras através do convênio com o GETSOP, ressaltamos que a morfologia do relevo sudoestino apresenta algumas restrições. Segundo o IPARDES (2004), o relevo da mesorregião Sudoeste é marcado por uma homogeneidade morfológica com predomínio de feições planas e onduladas. Os terrenos com declividade de 0 a 10%, abrangem 55% da área total e são considerados aptos para uso agrícola (lavoura e pastagem), permitindo a utilização de implementos mecanizáveis. O relevo ondulado, que ocorre em 30% da área da mesorregião, com declividade de 10 a 20%, é considerado apto para agricultura não-mecanizada e reflorestamento, apresentando restrições ao uso de mecanização agrícola. Já em 15% da área, o relevo é fortemente ondulado com declividade entre 20 a 45%, apresentando áreas inaptas para agricultura mecanizada e com restrições severas para agricultura não-mecanizada bem como restrições moderadas ao uso do solo para pecuária e reflorestamento.

Conforme relatório das atividades da COAGRO (1971), a comercialização da produção, ficou restrita ao trigo (16.193 sacas) e à soja (2.856 sacas), caracterizando a valorização do binômio trigo e soja²³. Sobre a venda de insumos, o relatório da cooperativa

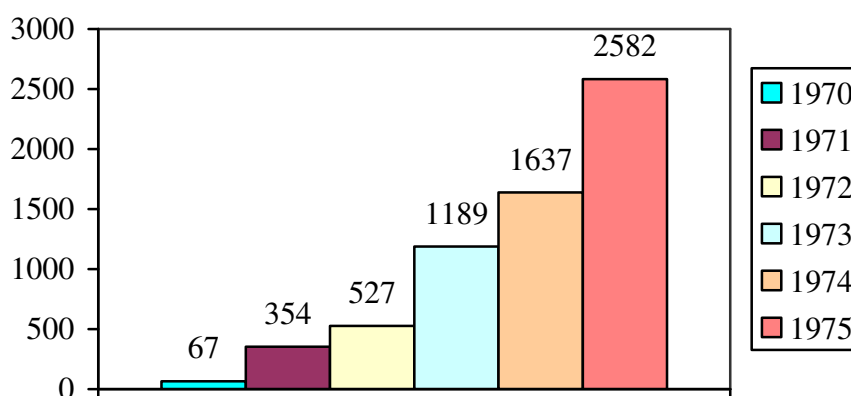
²³ Assim também acontecia em outros lugares como no Rio Grande do Sul (CORADINI, 1981 e BRUM, 1988).

não especifica quais e a quantidade comercializada, apresentando um valor de Cr\$ 76.108,00 em insumos, sendo equivalente a 2.251 sacas de soja na época.

A abrangência territorial de cada cooperativa é resultado, principalmente, da diversificação dos negócios que, além de atrair novos associados, favorece a acumulação de capital. A área de atuação da COAGRO é resultado da sua política de expansão geográfica, a qual vai materializando seus interesses através da incorporação de *novos* associados e territórios.

A seguir, no gráfico 09, apresentamos a evolução do número de associados da COAGRO entre 1970 e 1975.

Gráfico 09 - Evolução do quadro social da COAGRO - 1970 a 1975



Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1971 e 1975.

Conforme os dados desse gráfico, percebemos um acentuado número de adesão de novos sócios, representando a afirmação da COAGRO na sua área de ação. Entre o ano de 1971, início de suas atividades, e 1975, o número de associados aumentou em 629%, sendo mais significativo entre 1972/73, com aumento de 125%.

Em 1975, a COAGRO estava presente em 5 municípios (Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Planalto e Pérola D'Oeste). Nestes, conforme dados do Censo Agropecuário do IBGE (1975), existia um total de 11.717 estabelecimentos agrícolas. Se considerarmos que cada sócio da COAGRO possuía apenas um estabelecimento, os 2.582 associados representavam 22% do total. É interessante lembrar, ainda, que a *Lei do Cooperativismo* de 1971 dá liberdade às cooperativas para realizarem compra e venda com não-sócios, desta forma as cooperativas passam a concorrer com as demais empresas ligadas ao setor.

O Estado, para realizar seu objetivo de modernização da agricultura, como já mencionamos, reservou às cooperativas agropecuárias o papel de principal executor das políticas públicas voltadas para o setor rural. Conforme afirma Moro (1991), essas organizações passaram a ocupar posição privilegiada como agentes do Departamento de Comercialização do Trigo Nacional (CITRIN) do Banco do Brasil e da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) assim como na execução da política de preços mínimos. Assim, para que os agricultores fossem beneficiados por tais políticas, precisavam ser associados a uma cooperativa. Segundo Brum (1988), a fim de tornar o crédito mais acessível aos produtores, foram instalados, nas cooperativas, um setor de repasse de financiamentos do Banco do Brasil efetivando financiamentos aos associados.

Conforme relatórios das atividades da COAGRO (1975), ocorre uma evolução no número de financiamentos de repasse aos associados. Para a cooperativa, assim como para suas empresas fornecedoras, o crédito é uma espécie de força propulsora da produção. Em 1975, estava assim distribuído:

Tabela 03 – Repasse de financiamentos aos associados pela COAGRO - 1975

Tipos de financiamentos	Planos	Cr\$
custeio – milho e soja	1.122	13.343.164,00
custeio – trigo	251	5.106.900,00
custeio – feijão	0	0
investimentos – máquinas	77	767.397,00
investimentos – destoca	99	1.283.688,00
concentrados p/ pecuária	178	468.953,00
totais	1.727	20.970.102,00

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1975.

Como podemos perceber, predominam em quantidade e valor os financiamentos para custeio de milho e soja, totalizando 1.122 planos; em segundo lugar, há os créditos destinados ao custeio do trigo, com 251 planos. Resultado dos bons preços e dos incentivos ao cultivo do binômio trigo e soja, para custeio da lavoura de feijão, não houve financiamentos. Além disso, os financiamentos para investimento, estimulam e fortalecem a lavoura mecanizada com a realização de destoca e utilização de máquinas.

Para Sorj (1986), entre o conjunto de medidas adotadas pelo Estado para inserir a agricultura brasileira no comércio internacional, o crédito rural tem um lugar

privilegiado. Assim, o Estado atua como mediador do processo de modernização da agricultura; e esta é subordinada aos interesses da indústria e do grande capital, sem considerar as condições de ruína a que milhares de mini e pequenos agricultores foram submetidos.

Em 1971, os 151 planos de financiamentos representaram 42,6% dos associados da COAGRO. Em 1975, foram 1.727 planos de financiamentos, representando uma abrangência de 66,9% dos cooperados²⁴, aumentando o número de planos em 1.043%. Isso demonstra a importância da cooperativa no acesso do agricultor ao capital financeiro e industrial, alienando o seu trabalho e sua produção aos interesses externos.

A valorização da soja no mercado internacional e a oferta de crédito ao seu cultivo, estimularam o agricultor a adquirir sementes selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas, entre outros. Como afirma Saquet (2002), os produtos agrícolas geralmente têm preços inferiores aos preços dos produtos industrializados, como os insumos e implementos agrícolas etc. Desse modo, os agentes do capital envolvem e subordinam os agricultores. Esse processo, ao que parece, tornou o agricultor dependente do crédito, fortalecendo os interesses dos agentes financeiros, das empresas industriais, do Estado e das cooperativas agropecuárias.

Corrêa (1970) afirma que, anterior a 1968, o Sudoeste não era uma região fortemente utilizadora de serviços bancários. Na agência do Banco do Brasil de Francisco Beltrão, que abrangia 18 municípios, em 1968, apenas 5% dos produtores rurais recorreram a esse serviço. Os baixos índices de utilização do crédito rural estavam relacionados à inexistência de maior número de agências bancárias governamentais e à extrema burocracia; à inexistência, entre os *colonos*, de título definitivo de posse da terra; à caracterização da agricultura praticada na região²⁵ e ao fato dos comerciantes regionais financiarem as poucas necessidades do mundo rural (bens de consumo, sementes etc). Na cooperativa, o crédito agrícola torna-se mais acessível pela proximidade que esta mantinha com o agricultor associado.

Porém, conforme Delgado (1985), a política de financiamento rural revela uma trajetória expansionista desde o início de sua formulação efetiva. O período de 1967 a 1976 é marcado por crescimento inusitado das aplicações reais de crédito; entre 1969 e 1976,

²⁴ Considerando, neste caso, que cada associado tivesse acesso a apenas um financiamento, é claro que esta distribuição será desigual; alguns terão mais que um plano enquanto outros ficarão excluídos, além de diferentes volumes de crédito para cada plano, que também terá distribuição desigual, beneficiando em geral os agricultores mais capitalizados.

²⁵ Agricultura familiar de subsistência, realizada em pequenas áreas de exploração pela família, num sistema de rotação de terras, sem máquinas agrícolas, sem haver necessidade de crédito rural. (Corrêa, 1970, p. 109).

o índice de valor real do crédito rural concedido passou de 100 a 444. Tal elevação corresponde a um crescimento médio de 23,8% ao ano, várias vezes, superior ao crescimento real do produto agrícola, situado em torno de 5% ao ano.

A ampliação do número de beneficiados pelos financiamentos de custeio e investimentos reflete-se também no crescente volume de produtos agrícolas recebidos pela cooperativa. Segundo Saquet (1996), a propriedade dos meios de produção e a produção de excedentes para comercialização são requisitos indispensáveis para a participação do pequeno produtor agrícola no quadro social de uma cooperativa agrícola.

Quanto maior a produção recebida pela cooperativa, maior será o montante de sobras que, ao final de cada ano, após retenção dos fundos²⁶, fica à disposição da assembléia geral, que poderá realizar a divisão proporcional à comercialização realizada pelo associado com a cooperativa ou, então, decidir por investimentos na ampliação e melhoria da infra-estrutura da cooperativa. Na grande maioria dos casos, prevalece a segunda opção; em nosso caso de estudo, entre 1971 e 1980, a cota capital descontada era de 3% de toda a produção que o associado comercializava com a cooperativa. É uma forma de exploração dos sócios, pois as cooperativas apropriam-se desses valores para efetuarem seus negócios, sem beneficiar a maioria de seu *quadro social*.

Tabela 04 – Evolução do recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1971 a 1975 - em sacas de 60 KG

	soja	feijão	milho	trigo
1971	2.856	0	0	6.193
1972	56.459	2.338	0	201
1973	108.913	4.925	10.856	4.390
1974	241.943	24.294	1.472	58.404
1975	251.150	26.248	1.287	65.766

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1975.

O *boom* da soja no mercado internacional e os incentivos ao cultivo da leguminosa refletem-se localmente no território de atuação da COAGRO²⁷, onde o volume

²⁶ No caso da COAGRO, conforme relatório das atividades de 1975, os fundos estavam assim constituídos: Fundo de Reserva (10%), Fundo de Assistência Técnica Educacional – FATES (15%), Fundo de Desenvolvimento (25%) e Retenção de 6% ao ano sobre Capital Integralizado (19,5%). Restando apenas 30,5% das sobras à disposição da assembléia geral.

²⁷ A produção agrícola recebida pela COAGRO é apenas parcial. Em 1975, a cooperativa recebeu e comercializou 15.069 toneladas de soja dos municípios de sua área de atuação, representando 16% da produção

recebido apresentou crescimento considerável, motivado pela acelerada mecanização das lavouras a partir de 1973, intensificando-se a partir de 1974, conforme pode ser observado pelo aumento da produção no período.

Entre 1971/72, o aumento na produção de soja recebida pela COAGRO foi de 1.876%. No mesmo período, o quadro social cresceu 428,4%, evidenciando a ampliação no cultivo da soja. Entre 1972/73, o recebimento da soja aumentou em 92,9%; entre 1973/74 (122,1%) e 1974/75 (3,8%). Considerando o volume recebido, o aumento entre 1973/74 representa a intensificação da mecanização das lavouras. Em parte, resultado do oferecimento de assistência técnica: em 1975, a COAGRO contava com 12 profissionais (agrônomos e técnicos agrícolas) atuando no setor.

Além de mudanças na base técnica da produção, ocorrem também transformações na produção e nas relações sociais. Aquela agricultura diversificada de subsistência, cuja produção visava ao consumo da família, comercializando apenas o excedente da produção, vai dando lugar ao surgimento de uma agricultura na qual as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são condicionantes fundamentais da produção. Para Graziano Neto (1982), criou-se no Brasil uma espécie de ideologia que orienta a ação das pessoas que trabalham no setor agrícola: “[...] *esta ideologia tende a desprezar e ignorar aquilo que não é rotulado como moderno, provocando assim uma substituição das técnicas que são consideradas obsoletas ou tradicionais*”. (p.43)

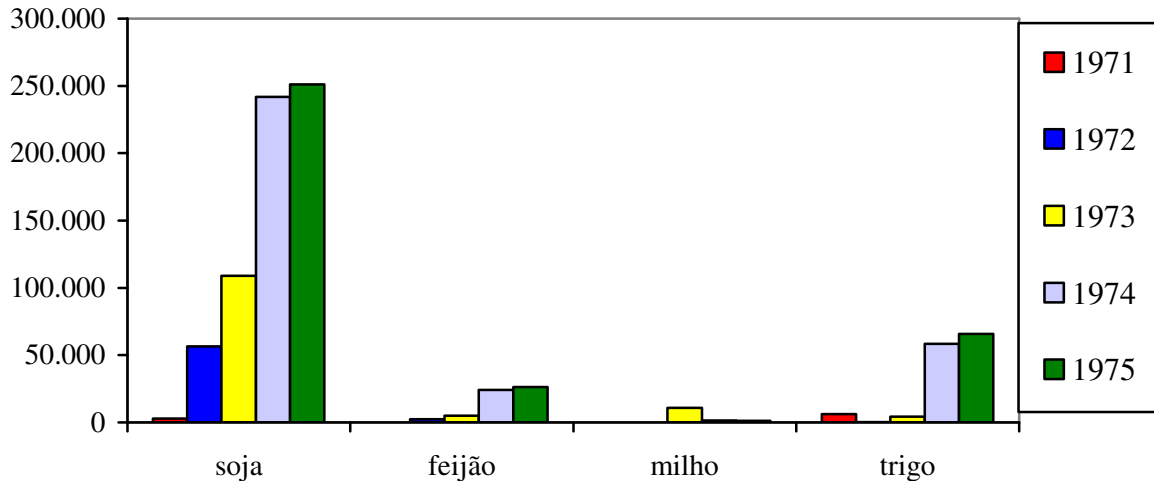
Percebemos, ao mesmo tempo, que, entre 1971/73, houve queda de 30% na produção de trigo recebida pela cooperativa; entre 1973/74, ocorre um aumento de 1.230% e entre 1974/75, o aumento foi de apenas 12,6%. Assim como a soja, o volume da produção de trigo também foi mais significativo no período 1973/74. O cultivo do feijão aparece como alternativa de cultivo de verão (1ª safra) com colheitas em dezembro e janeiro, sendo que a boa produtividade, resultante da fertilidade do solo, garante o aumento da produção. Quanto ao milho, houve pouca comercialização, foi mais utilizado na propriedade para alimentação dos animais. Em geral, entre 1971 e 1975, ocorreu um aumento na produção agrícola comercializada pela COAGRO, como no caso da soja, do trigo e do feijão.

A título de ilustração, o gráfico 10 mostra o predomínio da produção da soja nos municípios de atuação da COAGRO entre 1971 e 1975. No Brasil, segundo Brum (1988), apesar de ser uma cultura relativamente nova, a soja tornou-se de vital importância

total desses municípios, segundo o Censo Agropecuário do IBGE (90.957 toneladas); em 1985, ampliou o percentual para 40%, atingindo 46% em 1995.

para a geração de divisas no mercado externo e para a produção de proteínas para o mercado interno.

Gráfico 10 - Recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1971 e 1975 - sacas de 60 KG



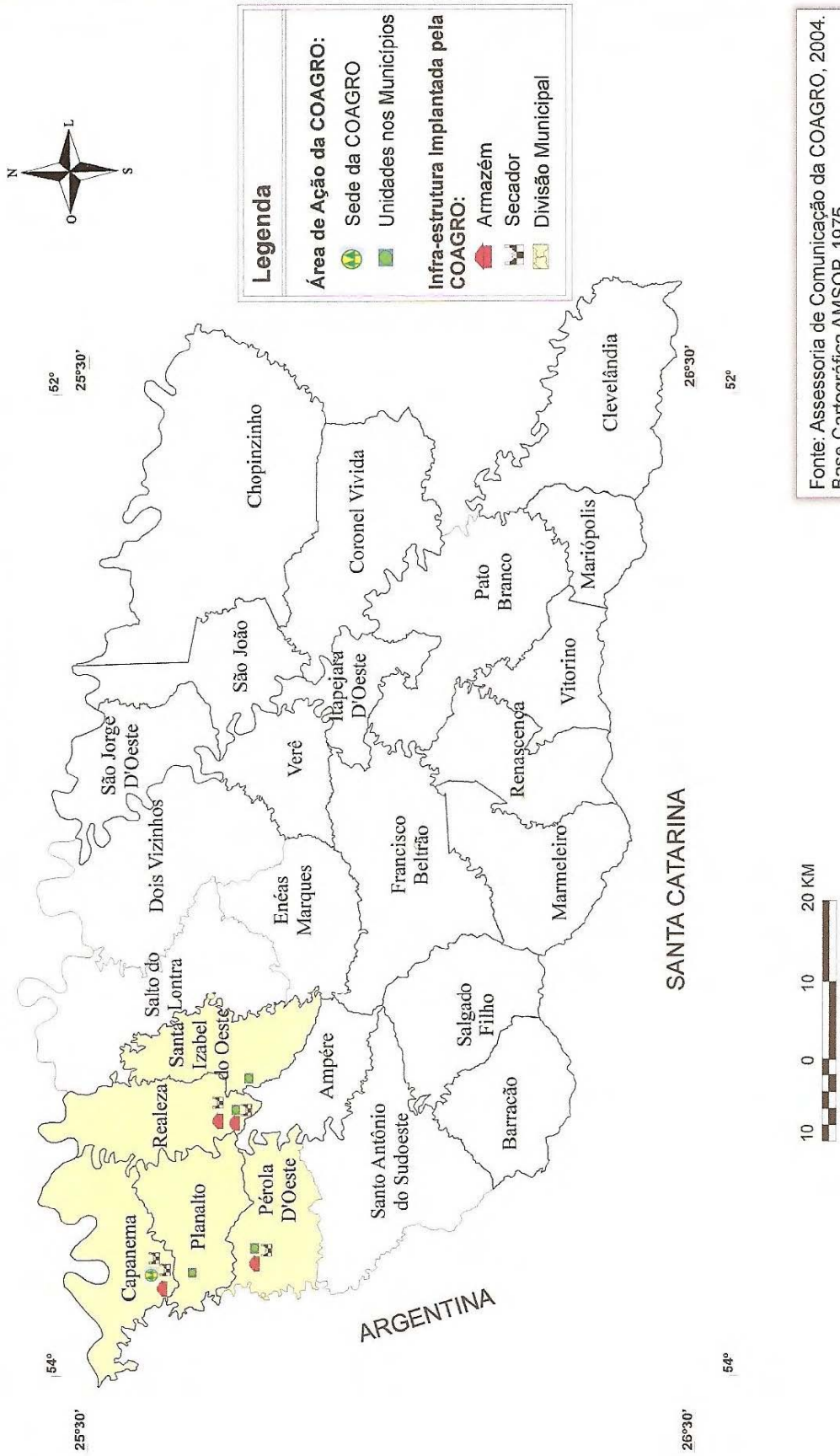
Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1975.

O relatório das atividades da COAGRO (1975) não apresenta a quantidade de insumos agrícolas fornecidos aos associados. Considerando o aumento da produção, especialmente a da soja, anteriormente mencionada, que utiliza, de maneira mais intensa, em seu cultivo, máquinas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, é provável que a utilização de insumos de origem industrial pelos associados da COAGRO também tenha crescido consideravelmente.

Tendo por base os municípios de Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Planalto e Pérola D'Oeste que, desde a fundação da COAGRO, constituem sua área de atuação, percebemos através de dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975, um crescimento acentuado no número de tratores e de estabelecimentos agropecuários que utilizavam fertilizantes químicos nesses municípios, considerando que estes são dois importantes indicadores de modernização da agricultura.

Em 1970, os cinco municípios possuíam 34 tratores e 61 estabelecimentos agrícolas que utilizavam fertilizantes químicos. Já em 1975, são 576 tratores (acréscimo de 1.694%) e 1.785 estabelecimentos (acréscimo de 2.926%). É evidente que isso não significa um rompimento total com a agricultura tradicional, mas uma substituição mais acelerada desta pela agricultura de moldes modernos baseada no pacote tecnológico da “revolução verde”,

Mapa 02: Área de Ação da COAGRO em 1975



Fonte: Assessoria de Comunicação da COAGRO, 2004.
 Base Cartográfica AMSOP, 1975.
 Org: Geógrafo. Juliano Oliveira Pinto de Souza, 2006.

sobretudo a partir de 1973. Entre o ano de 1973 e 1974, a produção de soja recebida pela COAGRO apresentou acréscimo de 122%, enquanto, no mesmo período, o número de associados representou aumento de 38%, ou seja, o crescimento da produção é resultante do aumento da produtividade (utilização de insumos químicos e máquinas) e da ampliação da área plantada, demonstrando o papel da cooperativa no processo de modernização da agricultura.

A partir de 1973, conforme relatório das atividades (1975), a COAGRO possuía duas unidades próprias com secadores e armazéns para o armazenamento da produção. Entre os municípios de Capanema e Realeza, a capacidade de armazenamento era de 380.000 sacas de 60 Kg (300.000 a granel e 80.000 ensacado). Em 1975, também possuía unidade em Pérola d'Oeste, com uma unidade de secador e armazém, totalizando capacidade para 1.080.000 sacas de 60 Kg (900.000 a granel e 180.000 ensacado). O crescimento se fez necessário pelo maior volume de produção recebida pela cooperativa; além disso, os créditos fartos e altamente subsidiados possibilitaram às cooperativas a instalação de grandes infra-estruturas (armazéns, secadores etc), como mostra o mapa 02.

Além dos créditos existentes, como já mencionamos, quanto maior sua comercialização, provavelmente, maior serão as sobras e seu poder de auto-capitalização refletindo-se em suas propriedades. Em 1975, segundo relatório da COAGRO, a mesma possuía uma área total de 123.758,20 metros quadrados (12,37 hectares de terra), com área construída de 14.545 metros quadrados. Em 1975, possuía também 6 caminhões, utilizados na captação e escoamento da produção e 7 automóveis, utilizados pela gerência e comitês em reuniões, no oferecimento de assistência técnica, entre outros.

3.2 - Expansão da COAGRO e alterações na política agrícola

Em 1980, conforme relatório das atividades da COAGRO, o quadro social era formado por 3.660 associados. A cooperativa permanece com a mesma área de atuação já citada em 1975, acrescida de 75 sócios de outros municípios (Santo Antonio do Sudoeste e Ampére). Nos primeiros cinco anos de suas atividades (1971-1975), o crescimento do número de associados foi substantivo, cerca de 630%, uma média anual de 126%. Já o segundo

qüinqüênio (1976-1980) não repetiu os resultados anteriores, apresentando um crescimento de 43%, com média anual de 8,6%.

O relatório das atividades da COAGRO (1980) apresenta algumas causas para a mobilidade do *quadro social*, já que acontecia uma admissão média anual de 450 novos sócios, enquanto outros deixavam a cooperativa. Os principais motivos apontados são as eliminações de *associados inoperantes* e demissões por razões de *venda da propriedade e mudança de residência*.

Segundo Delgado (1985), a partir de 1977, as influências contencionistas da política monetária refletem-se numa primeira inflexão para baixo do volume de crédito concedido. Com a orientação expansionista, ocorre uma retomada com menor vigor em 1978 e 1979, quando o discurso oficial do governo era de prioridade para o setor agrícola. Ocorre uma nova reversão, retrai-se inicialmente o crédito para investimento²⁸ (1980) acompanhado do crédito de comercialização, também inibe-se e retrai-se o crédito para custeio da safra em 1981, recuperando-se ligeiramente em 1982, com tendência a se agravar a partir de 1985, devido a condições quer do próprio contexto da economia brasileira, quer das suas relações críticas com a economia internacional. Essas variações do mercado financeiro nacional, quanto à disponibilidade de crédito agrícola, refletem-se na área de atuação da COAGRO com quedas no número de planos de financiamentos, como podemos observar na tabela 05.

Tabela 05 – Número de planos de financiamentos de repasse aos associados da COAGRO - 1977 a 1982

tipos de financiamento	1977	1978	1979	1980	1981	1982
custeio de soja/milho	1.239	1740	2.083	1.756	1.992	*
custeio de trigo	516	1.067	657	720	217	622
custeio de feijão	544	1.351	1.492	1.360	1.073	960
custeio da soja	*	*	*	*	*	1.185
custeio de milho	*	*	*	*	*	1.195
investimento – destoca	68	66	0	0	0	0
total	2.367	4.224	4.232	3.836	3.282	3.962

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1980 e 1982.

*até o ano de 1981, os planos de financiamentos para custeio da safra de milho aparecem junto com os da soja; em 1982 aparecem separados.

²⁸ Delgado (1985) afirma que, em 1982, o montante de créditos para investimentos correspondia a 39% do valor de 1975.

Em geral, aumenta a quantidade de planos entre 1977 e 1982, porém, entre 1979 e 1982 dá-se uma diminuição. Na área de atuação da COAGRO, os financiamentos são, na grande maioria, destinados ao custeio da safra, sendo predominantes aqueles destinados ao custeio soja/milho, com 2.083 planos em 1979, 1.756 em 1980 e 1.992 planos em 1981.

Conforme a mesma tabela, tudo indica que também foram significantes os créditos destinados ao custeio do trigo e feijão, em 1978, representados por 1.067 e 1.351 planos, respectivamente. Os créditos para investimentos foram insignificantes entre os associados da COAGRO, apresentando 68 planos em 1977 e 66 em 1978, para realização de destoca, de certa forma, ampliando a área mecanizada.

Em números totais, apresentou a mesma variação da política de crédito voltada para o setor agrícola. Em 1977, já apresentando queda no volume de créditos concedidos, com 2.637 planos, apresentando ligeira melhoria em 1978 e 1979, respectivamente, 4.224 e 4.232 planos. Em 1980, apesar da redução para 3.836 planos, considerando que, nesse ano, a COAGRO possuía 3.660 associados, muitos destes teriam sido beneficiados com mais de um financiamento. É claro que alguns, por opção ou exclusão do sistema, não teriam financiado sua plantação. Em 1981, verificou-se nova queda no número de planos, são 3.282, com novo crescimento em 1982, totalizando 3.962 planos de financiamento.

O crédito rural, com o discurso de aumento da produtividade e de melhoria nas condições de vida do agricultor, provocou impactos na organização da produção. Como afirma Brum (1988), o sistema de crédito rural orientado subordinou o agricultor à fiscalização e assistência técnica, introduzindo-o de forma intensa no “*pacote tecnológico*” da modernização. “[...] *Ao lado de certas vantagens e benefícios, às vezes mais aparentes do que reais, na verdade tornou o agricultor dependente do mercado econômico e o introduziu num processo do qual é difícil retroceder*”. (idem, p. 88)

Segundo o mesmo autor, a situação de dependência do agricultor agravou-se no início da década de 1980 com o ajustamento da economia brasileira à conjuntura internacional. De acordo com a orientação do FMI, retiraram-se, progressiva e rapidamente, os subsídios ao crédito até sua quase eliminação completa, deixando a agricultura e o agricultor no jogo do mercado financeiro. A partir disso, as frustrações de safras e a queda nos preços da soja levam um grande número de cooperativas à descapitalização e a maioria dos produtores rurais ao endividamento, num contexto inflacionário extremamente alto, agravando ainda mais a eliminação e expulsão de pequenos e médios agricultores do processo produtivo.

A redução da oferta de crédito ao setor agrícola interfere no processo de capitalização das cooperativas. Menor oferta de crédito, também significa menor valor de comercialização do associado com a cooperativa. Com menos recursos, os investimentos na lavoura são menores, diminuindo as colheitas e as compras de insumos de origem industrial.

Tabela 06 - Recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1977 a 1982 - em sacas de 60 KG

	1977	1978	1979	1980	1981	1982
soja	438.878	154.458	406.004	369.198	412.539	313.201
trigo	138.291	169.916	209.789	244.221	114.877	203.583
feijão	154.834	104.017	49.282	49.561	344.360	104.896
milho	71.308	0	11.144	41.145	143.744	298.431
soja/semente	30.756	28.285	62.331	46.399	49.579	54.676
trigo/semente	23.622	63.890	23.322	18.756	13.861	13234
feijão/semente	4.023	14.317	4.707	3.789	9.300	11.546
total	861.712	534.883	766.579	773.069	1.088.260	999.567

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1980 e 1982.

Analisando a tabela 06, percebemos que a partir de 1977, a COAGRO passa a orientar a produção de sementes, realizando a compra, beneficiando e depois vendendo aos associados e a outros interessados, buscando a diversificação de suas atividades. Com isso, reduz os custos de produção para o associado, mas também é uma forma de agregar maior valor ao produto, beneficiando o associado que produzia sementes e os cofres da cooperativa. Deve-se considerar que essa é a produção de sementes recebida pela cooperativa, diferente do montante vendido aos associados, o que apresentaremos na próxima tabela.

Em entrevista, o assessor de cooperativismo e comunicação da COAGRO, Sr. Oldemar Ceconi, explica que um dos objetivos da produção de sementes era agregar valor ao produto do associado. Apesar de não conseguir precisar o valor, afirmou que o sócio recebia maior valor pelo produto-semente (soja, trigo e feijão) em relação ao produto convencional. Quanto ao barateamento do preço da semente ao associado, o mesmo nos informou que ficaria em torno de 10% e a cooperativa sempre trabalhou com uma média de 10% de *margem bruta* e 2% de *margem líquida* na comercialização de sementes e outros insumos.

Outra particularidade desse período é a redução do recebimento de produtos no ano de 1978, o que se explica por uma forte estiagem que ocorreu na região entre dezembro de 1977 e maio de 1978. A produção de trigo não sofreu variações porque, em seu

ciclo produtivo, não houve estiagem. Em geral, o clima do Sudoeste não apresenta períodos de estiagem.

Conforme Mack (1968), na mesoregião Sudoeste, o clima apresenta duas variações. Nas menores altitudes, ao longo dos vales dos rios Iguaçu, Chopim e Capanema, ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), de verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão, nos meses mais quentes, a temperatura média é superior a 22°C, e, nos meses mais frios, inferior a 18°C. Já nas maiores altitudes, ao longo dos principais divisores d'água, ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), de verões frescos e geadas severas e frequentes, sem estação seca, cujas médias anuais de temperatura nos meses mais quentes são inferiores a 22°C, e, nos meses mais frios, inferiores a 18°C.

Entre 1977 e 1982, a produção agrícola recebida pela COAGRO sofreu variações, como já comentamos. Além do problema da estiagem, a oferta de financiamentos, a variação dos preços no mercado internacional (caso da soja), a garantia de subsídios e preços mínimos, entre outros, foram responsáveis pelo maior ou menor volume de produção em cada tipo de produto. Apesar das variações no recebimento do feijão-semente, em geral, entre 1977 e 1982, houve um aumento de 187%, atendendo aos interesses da cooperativa em ampliar a oferta do produto, o qual, no momento, mostrava-se mais lucrativo, já que o preço da soja estava em declínio.

Em 1982, a produção de soja recebida pela cooperativa foi menor em relação aos anos anteriores, atingindo 313.201 sacas enquanto, em 1981, era de 412.539 sacas, uma redução de 25%. Fato que se explica pelo declínio do preço da soja no mercado internacional.

Conforme o BRDE (2003), se, na década de 1970, o *boom* nos preços da soja, atingindo mais de mil dólares a tonelada, em 1973, bem como a abundância de crédito oferecido a taxas de juros subsidiadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR foram responsáveis pelo agigantamento das cooperativas via endividamento para montagem da infra-estrutura, a queda nos preços da soja, a partir de 1981, atingindo apenas 214 dólares a tonelada, em outubro de 1982, somada à redução do volume de créditos oferecidos ao setor deixam as cooperativas e seus associados em situação difícil.

A produção de trigo recebida pela COAGRO apresentou variações anuais, com destaque para o ano de 1980, que ficou em 244.221 sacas. Quanto ao feijão, houve uma safra recorde em 1981, atingindo 344.360 sacas: a garantia de bons preços e a variação do tempo, favorável para a cultura foram responsáveis pela boa safra. Além disso, a cooperativa

incentivou o cultivo. No relatório da COAGRO, de 1980, encontramos uma meta para 1981: a instalação de um posto para venda de feijão preto no Rio de Janeiro. Essa meta não foi realizada, mas revela que havia uma preocupação em aumentar o cultivo do feijão através da COAGRO. Foi uma tentativa de dinamizar o mercado para outros cultivos, já que a soja, o carro chefe da década anterior, apresentava sinais de esgotamento em seu ciclo de bons lucros.

O cultivo do milho também aparecia como alternativa à cooperativa e aos associados, ou seja, como a primeira safra do milho e da soja disputam a mesma área de terra, com os baixos preços da soja no mercado, ocorreu a substituição de uma parcela de sua área pelo cultivo do milho. Com isso, aumentou o recebimento de milho a partir de 1981 (143.744 sacas) e 1982 (298.431 sacas), registrando um crescimento de 51,8%. No total, o volume de produtos recebidos, em 1981, entre o período em análise na tabela 06, apresentou o melhor resultado, com 1.088.260 sacas.

Como já mencionamos, o agricultor tornou-se dependente do crédito rural na realização de sua lavoura. Com a denominada agricultura moderna, ele dependia de dinheiro (busca do crédito) para realizar a aquisição de insumos de origem industrial, máquinas bem como para preparar o cultivo. Tal dependência faz com que nos momentos de menor volume de créditos oferecidos, também fosse menor a compra de insumos pelos associados da COAGRO, como podemos ver na tabela 07.

Tabela 07 – Quantidade de insumos vendidos aos associados da COAGRO - 1978 a 1982

produtos	unidade	1978	1979	1980	1981	1982
semente soja	50 Kg	29.723	32.517	25.482	24.622	33.406
semente feijão	50 Kg	5.887	7.988	5.243	7.693	6.909
semente milho	40 Kg	3.777	4.372	5.221	6.466	8.889
semente trigo	50 Kg	27.284	26.632	32.925	13.273	28.644
adubos - NPK	50 Kg	93.927	92.951	65.552	59.377	76.212
defensivos	Lt. Ou Kg	203.980	228.768	197.360	133.609	82.713
mudas ²⁹	unidade	0	0	65.282	118.448	109.806

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1980 e 1982.

Apesar do preço baixo da soja no mercado internacional, como podemos ver na tabela 07, em 1982, a quantidade de semente adquirida pelos associados da COAGRO foi

²⁹ Parte das mudas era nativa, de espécies da região, destinadas à recomposição da mata ciliar; parte era de espécies exóticas (pinus e eucalipto), destinadas ao reflorestamento comercial.

de 33.406 sacas, maior número do período analisado, representando um aumento na área plantada. No entanto, considerando que o cultivo da soja tem um caráter exclusivamente comercial, houve uma redução na produção recebida pela COAGRO para o ano de 1982. Ainda nesse ano, percebemos que ocorreu uma redução de 39% na aquisição de defensivos. Entre os cultivos citados, o da soja necessita de maior volume de aplicações de defensivos, e, provavelmente, a baixa cotação do preço levou a menores investimentos no cultivo, conseqüentemente, a uma colheita menor.

A utilização de adubos químicos também sofreu redução no período entre 1978 e 1982. Em 1978, a COAGRO vendeu a seus associados 93.927 sacas de adubos, volume reduzido para 76.212 sacas em 1982; a cooperativa forneceu 66.671 sacas de sementes (soja, feijão, trigo e milho) em 1978, e 77.848 sacas, em 1982, evidenciando aumento na área plantada com redução do uso de fertilizantes de origem química. Na época, conforme já mencionado, a COAGRO trabalhava com 10% de *margem bruta* e 2% de *margem líquida* na revenda dos insumos.

No período 1978/82, a venda de sementes de milho aos associados apresentou crescimento de 135,3%, passando de 3.777 para 8.889 sacas de 40 Kg. Quanto à produção, entre 1977/82³⁰, o crescimento na comercialização de milho pela COAGRO foi de 318,5%, passando de 71.308 para 298.431 sacas de 60 Kg, superior ao crescimento na venda de sementes. Esse crescimento evidencia maior utilização do milho como um cultivo comercial pelos agricultores, já que até meados dos anos 1970, conforme afirma Corrêa (1970), seu caráter era basicamente de subsistência da família e dos animais.

A redução no uso de defensivos e fertilizantes químicos, em relação ao volume de sementes comercializada pela COAGRO com seus associados, evidencia a redução de alguns indicadores da modernização agrícola, como pode ser observado no gráfico 11.

Para Delgado (1985), a queda no consumo de fertilizantes e defensivos, a partir de 1980, é resultante da desaceleração do crédito de custeio.

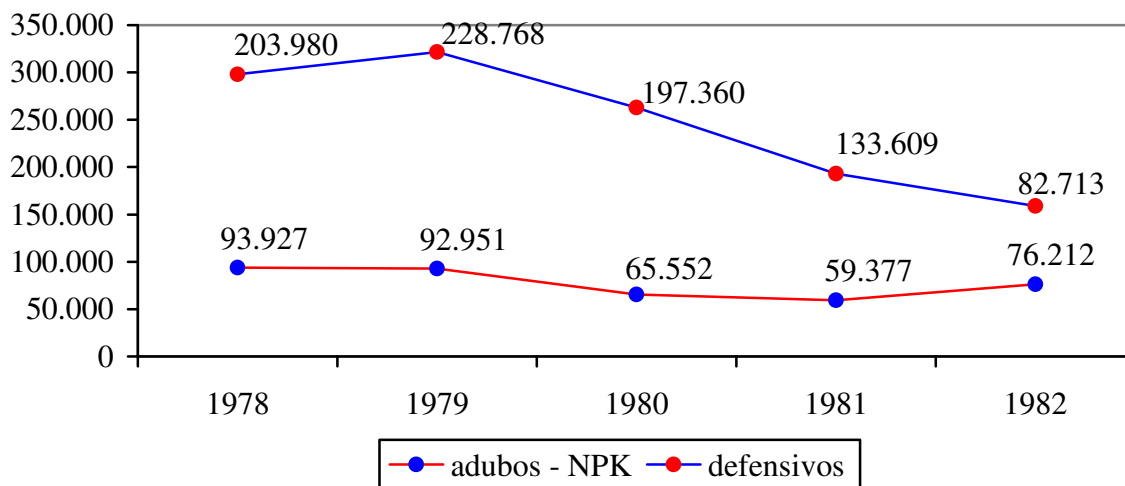
[...] Se por uma lado, alivia as pressões de importações por alguns componentes de insumos para a agricultura (potássio principalmente), leva, por outro, à ociosidade industrial um novo ramo químico que mal acabara de se construir, ou desmobiliza inversões em plantas industriais em fase final de montagem. (p.89)

A redução na comercialização de defensivos e adubos químicos, em parte foi resultante do menor oferecimento de crédito (entre 1979/81, a redução no número de

³⁰ Em 1978, a COAGRO não comercializou milho devido a uma estiagem que atingiu sua área de atuação, o que nos levou a utilizar dados de 1977 para demonstrar o crescimento na produção de milho em relação à venda de sementes.

planos foi de 23%). Além disso, a falta de crédito e os baixos preços da soja no mercado internacional levaram o agricultor a cultivar mais milho, provavelmente, com menor utilização de insumos de origem química.

Gráfico 11 - Fornecimento de adubos - NPK (sacas de 50Kg) e defensivos (Lt ou Kg) pela COAGRO aos associados - 1978 a 1982



Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1980 e 1982.

Buscando diversificar sua atuação e ampliar sua área de ação, a COAGRO, a partir dos anos de 1980, ampliou seus negócios. Além do ramo de cereais, comercialização de insumos e oferecimento de assistência técnica, também inicia a comercialização de suínos, fornecendo matrizes, reprodutores, rações e medicamentos aos associados integrados.

A partir de 1980, de acordo com o relatório das atividades da COAGRO, esta inicia no ramo de comercialização de suínos, no sistema de integração. Como tornou-se associada a SUDCOOP, uma central de cooperativas, que possuía frigorífico de suínos, aproveitando a tradição dos agricultores com a pecuária suína, passa a ter nesta atividade mais uma alternativa de capitalização num período de crise da tradicional comercialização de cereais. Em 1984, a COAGRO deixa de ser associada a SUDCOOP (hoje FRIMESA), mas continuou com a comercialização de suínos, tendo como compradores outros frigoríficos (Perdigão).

De acordo com o relatório já mencionado, em 1980, a COAGRO possuía uma granja para reprodução de matrizes, com um total de 105 matrizes e 9 reprodutores³¹ das raças Duroc, Large White e Landrace. A partir dessa granja, a cooperativa fornecia matrizes e reprodutores em fase de crescimento aos associados integrados em fomento; nesse ano eram

³¹ Em 1980, foram realizadas 80 cobertura (prenhês) de matrizes na granja, sendo 51 de forma natural e 29 através de inseminação artificial.

88 integrados com um total de 1.119 matrizes, os quais comercializaram 14.676 cabeças de suínos com a cooperativa, totalizando 1.414.090 Kg, média de 96,35 KG por cabeça.

A média por matriz foi de 13,1 leitões, resultado dos cursos de treinamento com os integrados (94 participantes) e das visitas técnicas aos integrados em fomento (29 visitas em 1980). A partir de então, além de oferecer assistência técnica referente à produção agrícola, através da visita de técnicos agrícolas e/ou agrônomos, também passa a oferecer, na área da pecuária, acompanhamento aos associados integrados na produção de suínos. O setor de assistência técnica, que atua com objetivo de dinamizar a produtividade agrícola e pecuária, possuía 17 profissionais, em 1980, atuando na orientação dos agricultores, um crescimento de 41,7%, em relação a 1975.

Em geral, em 1975, a produção agrícola recebida pela COAGRO foi de 344.451 sacas de 60 Kg; em 1980, o volume foi de 704.125 sacas, registrando um crescimento de 104,4% em 5 anos. Com o crescimento da produção recebida, também aumenta a capacidade armazenadora da cooperativa que, em 1980, é de 1.280.000 sacas de 60 Kg (900.000 a granel e 380.000 ensacado), resultado da autocalcapitalização da cooperativa a partir da comercialização com seus associados e dos créditos oficiais altamente subsidiados (os créditos para investimentos declinam já a partir de 1977).

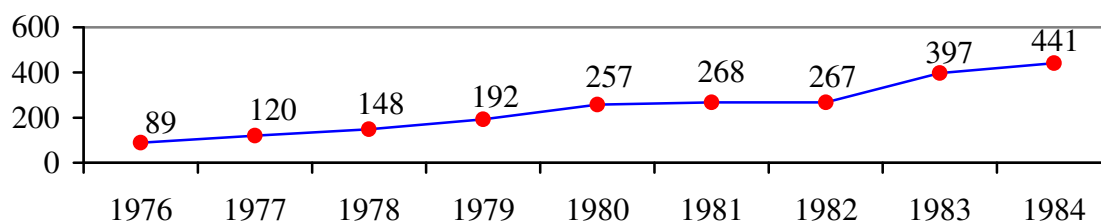
É resultante desse processo, o aumento das propriedades da COAGRO que, em 1980, apresentava uma área total de 540.892,30 metros quadrados (54,08 hectares de terra), com área construída de 20.195,25 metros quadrados (escritórios, silos, armazéns, secadores e granja de suíno). Quanto ao apoio logístico, a cooperativa contava com 16 caminhões, 1 ônibus (transporte dos funcionários) e 11 automóveis de passeio. Na drenagem do sobretabalho do associado às grandes empresas ligadas ao setor agrícola (representam o grande capital), a cooperativa, enquanto intermediária, no momento da comercialização, apropria-se de parte do capital gerado no processo produtivo, o qual garante a materialização e expansão de seus interesses.

O relatório das atividades da COAGRO, 1980, apresenta o número de funcionários, responsáveis por todas as atividades da cooperativa no atendimento dos agricultores associados. O gráfico 12, apresenta o número de funcionários entre os anos de 1976 e 1984.

Entre 1976 e 1981, o número de funcionários da COAGRO aumenta 201%. Já entre 1982 e 1984, o crescimento é de 65%, o que mostra, também, o crescimento da COAGRO. O aumento no número de funcionários é resultado, sucintamente, da sua entrada no ramo de supermercado, em 1983, com abertura de 5 unidades que demandam uma

quantidade razoável de trabalhadores. Com atuação na área de consumo em geral, instalando supermercados junto a seus entrepostos (Capanema, Planalto, Realeza, Santa Izabel do Oeste e Pérola D'Oeste), a COAGRO passa a fornecer quase tudo aquilo que a família rural necessita para o seu consumo.

Gráfico 12 - Número de funcionários da COAGRO - 1976 a 1984



Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1980, 1982 e 1984.

As cooperativas são, em muitos municípios do Paraná, assim como é a COAGRO em alguns municípios de sua área de atuação, a mais importante empresa, maior empregadora e geradora de receitas. Em 2005, conforme informações fornecidas pelo assessor de cooperativismo, a COAGRO destacou-se em arrecadação de ICMS, em alguns dos municípios de sua área de ação.

Tentando caracterizar o associado da COAGRO, apresentaremos, a seguir, sua distribuição segundo a estrutura fundiária. Em 1981, predominavam, nos municípios de atuação da COAGRO, os associados com estabelecimento entre 11 e 50 hectares, totalizando 2.369 estabelecimentos (56,9%). Aqueles com área inferior a 10 hectares eram 1.540 estabelecimentos (36,8%). Juntas, as unidades produtivas até 50 hectares, correspondiam a 93,7%. Em 1980, segundo o Censo Agropecuário do IBGE, nesses mesmos municípios, o total de estabelecimentos com área inferior a 50 hectares era de 12.424 unidades e representavam 96,9% do total. Esta caracterização fundiária reflete o processo de colonização no Sudoeste do Paraná.

Segundo Feres (1990), é uma das poucas frentes camponesas criadas no Brasil, que contraria a lógica costumeira do processo de ocupação territorial pelas grandes propriedades latifundiárias. Conforme afirma Corrêa (1970), em 1965, dos 43.707 estabelecimentos rurais existentes em toda a região Sudoeste, 74,7% possuíam superfície de até 25 hectares, e se acrescentarmos as unidades com superfície entre 25 e 50 hectares, o percentual atinge 92,7% do número de estabelecimentos, abrangendo cerca de 60% da superfície total.

Tabela 08 – Distribuição dos associados da COAGRO por município e estrato da estrutura fundiária - 1981

município	Total	até 10 ha	11 a 50 ha	51 a 100 ha	acima de 101 ha
Capanema	1.190	504	610	63	13
Pérola D'Oeste	909	410	455	36	08
Realeza	737	245	421	57	14
Sta Izabel do Oeste	694	181	475	29	09
Planalto	566	174	367	20	05
outros*	88	26	51	09	02
total	4.184	1.540	2.379	214	51
% sobre o total	100	36,8	56,9	5,1	1,2

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1981.

* Representados por sócios dos municípios de Santo Antonio do Sudoeste e Ampére.

Um aspecto que nos chamou atenção, é a diferença entre a estrutura fundiária de 1980 e a distribuição dos associados da COAGRO, em 1981, nas categorias de até 10 ha e de 11 a 50 ha, nos municípios de Capanema, Planalto, Realeza, Santa Izabel do Oeste e Pérola D'Oeste. Conforme os dados do IBGE (1980), os estabelecimentos até 10 ha correspondiam a 56,6% do total e de 11 a 50 ha, a 40,3%. Já no caso da COAGRO, apenas 36,8% dos associados estão na categoria até 10 ha, enquanto 56,9% possuíam entre 11 e 50 ha.

Na categoria até 10 hectares, destacavam-se os municípios de Capanema e Planalto, com 504 e 410 estabelecimentos, respectivamente. Entre 11 e 50 hectares, Capanema possuía o número de estabelecimentos mais expressivo (610), caracterizando, nesse município, 93,6% dos associados com estabelecimentos até 50 hectares.

Percebemos que, entre os associados da cooperativa, predominavam os estabelecimentos rurais na categoria entre 11 e 50 ha. Dessa forma, é menor, entre seus associados, a parcela daqueles que possuem um estabelecimento com tamanho inferior a 10 ha, em maioria, agricultores que não tinham boas condições de se viabilizar na agricultura. Muitos desses foram excluídos do projeto oficial de modernização agrícola, permanecendo com a prática tradicional, aquela que aprenderam com os pais, ainda integrados ao *velho* circuito mercantil da região na dependência dos comerciantes locais (bodegueiros), pois o *novo* (pacote tecnológico da modernização agrícola e cooperativas) não atinge a todos os lugares e pessoas ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Porém, todos, de alguma forma, estão atrelados aos interesses da expansão capitalista.

No estrato entre 51 e 100 ha, estavam 214 de associados, destacando-se os municípios de Capanema e Realeza, com 63 e 57 estabelecimentos, respectivamente. Acima de 101 ha totalizavam 51 estabelecimentos de associados, também predominantes nos mesmos municípios, sendo 13 estabelecimentos em Capanema e 14 em Realeza. No município de Realeza, apenas 9% dos agricultores sócios da COAGRO possuíam estabelecimento acima de 51 hectares.

A partir de 1982, conforme relatório das atividades da COAGRO, a mesma passou a ter um trabalho mais intenso na propaganda e marketing, realizando a divulgação da importância do *cooperativismo* e de seus próprios *interesses* através de programas de rádio e jornal impresso. Com isso, a cooperativa tornou mais complexos seus mecanismos, atraindo novos associados e buscando a expansão de sua área de atuação.

Através de seu assessor de comunicação e cooperativismo³², a cooperativa manteve, em 1982, programas diários durante a semana com duração de 5 minutos e dominicais com duração de 30 minutos, em três rádios (Capanema, Clube e Danúbio Azul) de sua área de atuação. Também contou com a elaboração de 7 edições do Jornal COAGRO, com 8 páginas por edição, distribuído entre seus sócios e interessados. Os programas de rádio bem como o jornal são práticas utilizadas pela cooperativa para fortalecer sua territorialidade.

No ano de 1985, conforme dados do IBGE (1985), os municípios que formavam a base do território de atuação da COAGRO (Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Planalto e Pérola D'Oeste) possuíam, juntos, 11.632 estabelecimentos, número que pouco variou em 10 anos. Já o número de associados, em 1985, era de 5.750, constando mais 112 de outros municípios (Santo Antonio do Sudoeste, Ampére e Pranchita), o que representa 49,4% do número total de estabelecimentos da área em questão, demonstrando a relevância da cooperativa para os agricultores e para cada município em que atua.

Entre 1980 e 1985, ocorreu um crescimento de 60% em seu quadro social, média anual de 12%, resultado da ampliação dos negócios da cooperativa, do trabalho na área de comunicação e dos cursos sobre cooperativismo (16 cursos com 644 participantes em 1985) para novos sócios e interessados. Com isso, atraíram-se *novos* associados e a cooperativa conseguiu acumular mais capital³³, condição para garantir a incorporação de *novos* territórios. No território de atuação da COAGRO, estão cristalizados os interesses não

³² De 1982 aos dias atuais, quem desempenha este trabalho como assessor de cooperativismo e comunicação é o Sr. Oldemar Ceconi, o qual já nos atendeu em pesquisa do Bacharelado, em 1998, e também prestou as informações que solicitamos para esta pesquisa entre os anos de 2004 a 2007.

³³ Com um número maior de sócios, a tendência é ter maiores sobras, já que a cooperativa receberá mais produtos para a comercialização, assim como venderá mais insumos e gêneros alimentícios, pois suas sobras são decorrentes dessas transações comerciais.

apenas dos produtores diretos ou da cooperativa, mas principalmente das grandes empresas que dominam o circuito da produção agrícola.

O relatório das atividades da COAGRO de 1985 não apresenta mais o número de planos de financiamentos. A partir do momento em que o Banco do Brasil instala agências no território de atuação da cooperativa, esta deixa de repassar os empréstimos aos associados, sendo realizados diretamente nas agências do Banco do Brasil. Apesar da redução na oferta e das elevadas taxas de juros, muitos agricultores tornaram-se dependentes do crédito para manter a produção. Como mostra o depoimento de um agricultor entrevistado em março de 2005:

A gente sempre deve prô banco, na época do Sarnei até pensemo em vendê um pedaço de terra, mas aí conseguimos pagá e ficamo uns ano sem financiá, mas daí, não dava de fazê a planta, por que os insumo e a semente e o próprio combustível pras máquina também tudo é caro. Depois vortei cos financiamento, todo ano, teve época que apertô, mas consegui a securitização da dívida de um trator, ainda tenho 22 ano prá pagá, tava indo, mas agora com a seca, tem mais o PRONAF de custeio, tá difíce de pagá.

Para Leite (2001), os 20 anos iniciais da política de crédito rural (1965 a 1985) caracterizaram-se pela relativa facilidade da expansão creditícia. Nota-se nesse período a presença significativa do Tesouro Nacional como fonte originária dos recursos e a atuação do Banco do Brasil como agente intermediário. Também afirma que, no período de 1970 e 1985, houve um aumento na oferta de crédito de 123%, contudo, se observarmos os subperíodos, 1971/79 e 1980/85, veremos que, no primeiro, houve um intenso aumento na oferta de recursos (+323%), enquanto, no segundo, verificou-se uma significativa contração (-47%).

Além disso, a partir de 1985, mudanças na política agrícola anunciavam que os contratos de crédito rural teriam correção monetária integral. De acordo com o BRDE (2003), em 1985, foi incorporada aos contratos de crédito a correção monetária integral. Isso fez com que as taxas de juros reais dos empréstimos concedidos à agricultura e à agroindústria voltassem a ser positivas após um longo período caracterizado por taxas reais negativas.

Tabela 09 – Recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1983 a 1985 - em sacas de 60 KG

ano	soja	trigo	feijão	milho
1983	502.207	122.152	172.533	119.216
1984	722.839	91.600	168.965	153.438
1985	529.278	379.230	231.693	156.438

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1985.

Percebemos algumas variações no recebimento da produção de soja, trigo e feijão no período apresentado. Entre 1983/85, o volume de milho recebido pela COAGRO apresentou um crescimento de 31% na sua produção. Conforme o relatório das atividades da COAGRO de 1985, além das variações de preços, fator determinante na opção por determinada cultura, as variações no tempo também contribuíram para as maiores alterações na produção recebida, principalmente, do trigo e da soja.

Segundo o mesmo relatório, o volume de trigo recebido, em 1985, foi o maior até aquele momento, na história da COAGRO, fruto da variação do tempo, favorável (inverno frio e seco) à cultura em nossa região: entre os anos de 1983/85 o crescimento na produção recebida foi de 210%. O recebimento da soja apresentou uma redução de 27% em relação a 1984, apesar de manter o volume dos últimos anos; entre 1983/85, o crescimento foi de apenas 5,4%, teve sua produtividade afetada pelo período de estiagem, verificado em janeiro e fevereiro de 1985.

A produção de feijão adquirida pela cooperativa apresentou um crescimento de 34% no período 1983/85. Tanto a cultura do feijão assim como a do milho aumentaram nos últimos anos. Ao que parece, a redução dos créditos ao setor agrícola e do preço da soja no mercado internacional deixaram como opção ao agricultor culturas de consumo interno. Em alguns casos, o Governo Federal garantia os preços mínimos (feijão); em outros, eram utilizados como suplemento alimentar para a pecuária (milho). Embora com menor produtividade, são culturas que se desenvolvem com menores investimentos em fertilizantes e defensivos.

Como já afirmamos, o quadro social da COAGRO cresceu 60% entre 1980 e 1985. Fazendo esta mesma comparação com o recebimento da produção do binômio trigo/soja, *carro chefe* do pacote tecnológico da “Revolução Verde”, o primeiro teve crescimento de 55% e o segundo, 43% no mesmo período. O baixo índice de crescimento evidencia que muitos agricultores buscaram outras alternativas de renda para o estabelecimento, como é o caso do cultivo de milho, de feijão, a criação de suínos, entre outros.

Com falta ou menor disponibilidade de crédito, os agricultores e a cooperativa buscaram alternativas para continuar produzindo. Sobre isso Saquet (1996), conclui que:

A atuação das cooperativas agrícolas junto aos trabalhadores agropecuários tem-se definido como um forte momento do processo de valorização do capital e de seus mecanismos de dominação e expansão. Com pretensos objetivos de melhorar as condições de vida dos mini e pequenos produtores

e de não ser uma instituição lucrativa, tem-se afirmado ideológica e materialmente. As cooperativas têm agido na re-produção do trabalhador agrícola e, concomitantemente, na exploração do trabalho excedente produzido a partir da produção agrícola com trabalho familiar. (p.46)

Ainda comparando o aumento do número de associados com o volume de insumos comercializados pela COAGRO, temos resultados evidentes da deterioração do modelo de modernização conservadora tão defendido na década de 1970, pelo menos, em se tratando de pequenas unidades de produção familiar, como podemos observar na tabela 10.

Tabela 10 – Volume de insumos vendidos pela COAGRO a seus associados - 1980 e 1985

insumos	unidade	1980	1985	variação %
semente de soja	50 Kg	25.482	37.088	+ 45,5
semente de feijão	50 Kg	5.243	5.377	+ 2,5
semente de trigo	50 Kg	32.925	11.793	- 65
semente de milho	20 Kg	10.442	15.025	+ 43,9
defensivos	Lt. ou Kg	197.360	62.772	- 69
fertilizantes	50 Kg	65.552	55.653	- 16

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1980 e 1985.

Notamos que a variação no volume de insumos que a COAGRO comercializou com seus associados, entre os anos de 1980 e 1985, em comparação com o crescimento observado do quadro social, foi sempre inferior. No caso das sementes, a soja e o milho apresentaram o melhor crescimento, 45,5% e 43,9%, respectivamente. Conforme o relatório das atividades da COAGRO de 1985, a mesma manteve o sistema de troca de sementes para a soja, garantindo a redução nos custos de produção ao associado. Quanto ao milho, o crescimento da comercialização, na safra de 1985, deve-se ao replantio efetuado na safra de janeiro/fevereiro em função da estiagem.

Em geral, a COAGRO realizava o sistema de troca-troca com o feijão, o trigo e a soja. Segundo informações do Sr. Oldemar Ceconi (assessor de cooperativismo): *“normalmente era de 1 saco de semente por 2 sacos de produto comercial. Hoje continua apenas a permuta antecipada, onde o produtor deixa uma quantidade de produção para receber em sementes depois quando chega a época de plantio.”*

O pequeno crescimento no fornecimento de sementes de feijão e a redução no volume de sementes de trigo deve-se à retenção de grãos para plantio por parte dos

associados, motivada pela menor disponibilidade de oferta creditícia e pelo barateamento no custo da lavoura.

Entre 1980 e 1985, os defensivos agrícolas foram os insumos que apresentaram maior redução (-69%), acompanhados pelos fertilizantes (-16%). É bem provável que, com o uso intenso do solo, esse apresente-se bastante desgastado, além disso, o modelo de exploração agrícola praticado levou à infestação de pragas, fungos, ervas daninhas etc. Contudo, com poucos recursos, o agricultor deixa ou diminui a utilização de agrotóxicos, além de utilizar com menor intensidade os fertilizantes químicos. Carentes na sobrevivência em seus estabelecimentos, muitos agricultores venderam seus lotes de terra aos agricultores mais capitalizados ou moradores das cidades da região e migraram em direção a novas frentes de expansão agrícola ou em direção às cidades.

Conforme o relatório das atividades da COAGRO de 1985, o fornecimento (venda) de defensivos agrícolas continuou reduzindo. Em parte, pela redução no uso de inseticidas, motivada, segundo entrevista realizada com o assessor de cooperativismo da COAGRO, pela utilização de *Baculovirus* para o controle da lagarta da soja em 1984/1985.

A COAGRO tinha um pequeno laboratório, o primeiro do Paraná, em convênio com a EMBRAPA de Londrina, onde produzia-se o baculovirus para combater a lagarta da soja. Existia uma criação de borboletas, dos ovos nascia a lagarta, uma quantia de lagartas deixava continuar o ciclo e viravam borboleta novamente e, em outra parte, instalava-se um vírus e elas morriam. Eram guardadas, depois diluídas e aplicadas na lavoura, depois o próprio agricultor juntava as lagartas mortas na roça, guardava no congelador e no ano seguinte aplicava novamente. Era uma economia em dinheiro e para o meio ambiente. Mais tarde isso foi caindo no esquecimento e voltaram a usar inseticidas químicos, atualmente a COODETEC, produz de forma industrial, estando disponível no mercado.

Na comercialização de suínos, houve a redução no recebimento desses animais, em função da atuação concorrencial de outras empresas como a Perdigão e a COOPAVEL. Essas efetivaram o sistema de integração na mesma área de atuação da COAGRO. Nesse caso, houve uma disputa de poder entre diversas empresas, a concorrência, é um elemento fundamental na edificação ou expansão de seus respectivos territórios. Em 1983, foram comercializadas pela COAGRO 13.074 cabeças, reduzindo para 7.379 em 1985, queda de 44%. Essa redução talvez tenha significado a busca de melhores propostas e preços pelos agricultores. Na granja de suínos, em 1985, mantinha um total de 1.395 cabeças, realizando a venda de matrizes e reprodutores.

Com o aumento da produção comprada pela COAGRO, paralelamente, também foi preciso ampliar sua capacidade armazenadora que, no total (tabela 11), apresentou

um crescimento de 52,5%. Em volume de sacas, a capacidade armazenadora a granel era maior que a produção agrícola total de 1985. Já a capacidade armazenadora para ensacados era mais utilizada para a armazenagem de semente e fertilizantes.

Tabela 11 – A produção agrícola recebida e a capacidade armazenadora da COAGRO - 1980 e 1985

anos	capacidade armazenadora em sacas de 60 Kg			prod. agrícola
	granel	ensacado	total	total sc de 60 Kg
1980	900.000	380.000	1.280.000	704.125
1985	1.383.200	440.880	1.824.080	1.296.639

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1980 e 1985.

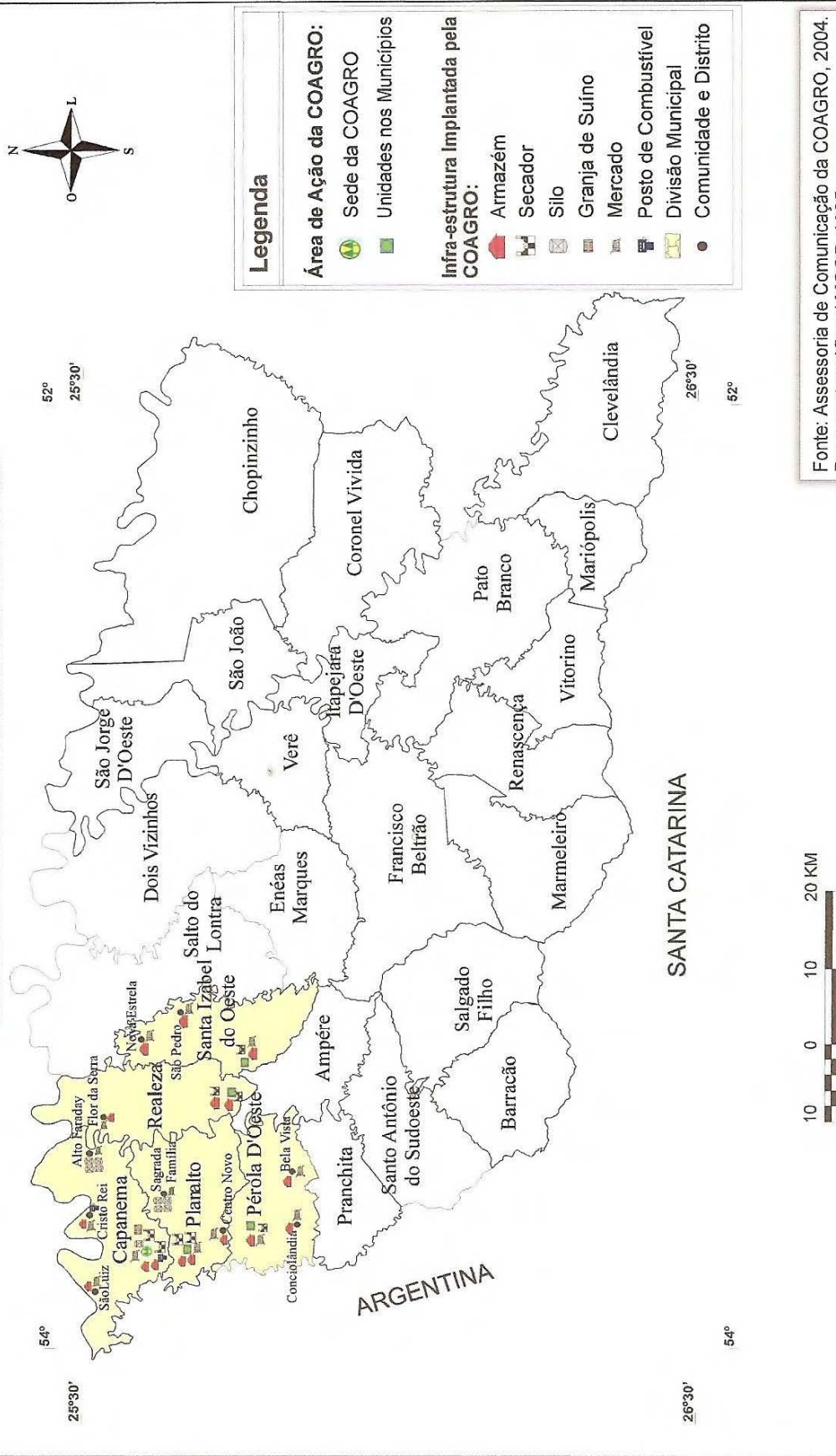
Em 1985, conforme o relatório de suas atividades, a COAGRO possuía uma área total de 436.663,88 metros quadrados (43,66 hectares de terra) de propriedade, contando com uma área construída de 37.923,42 metros quadrados (escritórios, silos, secadores, armazéns, supermercados, postos de combustível e granja de suínos), o que corresponde a uma ampliação de 87,8%, em relação a 1980, visando atender seus 5.862 associados (ver mapa 03, a seguir). Além disso, para melhor desempenhar suas atividades contava com 17 caminhões grandes, 12 caminhões menores e camionetes, 2 ônibus, 4 Kombi e 11 automóveis de passeio, totalizando 46 unidades.

Parte dessa infra-estrutura foi adquirida através de empréstimos totalmente subsidiados pelo Estado; outra parte é trabalho excedente expropriado dos associados, cristalizado em bens materiais que nem sempre correspondem ao interesse do coletivo. A importância e o crescimento dos bens materiais da cooperativa não traduzem melhoria da qualidade de vida da maioria de seus associados.

Em 1984, a COAGRO adquiriu um posto de combustível em Capanema, o qual foi vendido em 1988. Em 1985, abriu outro posto de combustível na comunidade de Cristo Rei (Capanema), comprando a estrutura de um comerciante local, também fechado em 1988. Os postos abasteciam as frotas da COAGRO e consumidores em geral. A cooperativa saiu da atividade porque não era seu foco.

Além da assistência técnica na área agrícola e pecuária suína, a partir de final de 1985, foi implantado, no setor veterinário, o Programa de Inseminação Artificial para Bovinos, totalizando 111 inseminações com índice de fertilidade de 87,7%. Atuavam 20 profissionais oferecendo assistência aos associados. O melhoramento genético garante o

Mapa 03: Área de Ação da COAGRO em 1985



Legenda

Área de Ação da COAGRO:

- Sede da COAGRO
- Unidades nos Municípios

Infra-estrutura Implantada pela COAGRO:

- Armazém
- Secador
- Silo
- Granja de Suíno
- Mercado
- Posto de Combustível
- Divisão Municipal
- Comunidade e Distrito

Fonte: Assessoria de Comunicação da COAGRO, 2004.
 Base cartográfica AMSOP, 1985.
 Org: Geógrafo. Juliano Oliveira Pinto de Souza, 2006.

aumento da produção e dos ganhos; ao oferecer assistência técnica aos associados, com uma equipe técnica de bom nível, a COAGRO possibilita o aumento na produtividade e lucratividade para os cooperados e, conseqüentemente, para sua auto-capitalização.

Nos primeiros 15 anos de atuação da COAGRO, esta recebeu forte apoio do Estado³⁴, em grande parte responsável por seu crescimento. Os subsídios oferecidos à cooperativa e a cooperados parecem não ter evitado alguns efeitos territoriais em sua área de ação, como o desaparecimento e o fracionamento de muitos estabelecimentos agrícolas, especialmente aqueles com área inferior a 50 hectares. Ao que parece, a cooperação no formato empresarial não foi capaz de melhorar as condições de vida de muitos dos agricultores envolvidos pela COAGRO. Para ilustrar tal situação, apresentamos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1970 e 1985.

Tabela 12 – Número de estabelecimentos até 50 hectares nos municípios da área de atuação da COAGRO - 1970 e 1985

anos	1970		1985	
	0 a 10 ha	11 a 50 ha	0 a 10 ha	11 a 50 ha
Capanema	1.291	1.379	1.673	1.267
Realeza	1.041	888	932	727
Sta. Izabel do Oeste	579	844	965	846
Planalto	1.161	1.219	1.477	1.071
Pérola D'Oeste	1.012	1.049	1.377	904
total de estabelecimentos	5.084	5.379	6.424	4.815
área total (ha)	28.292	103.941	33.087	91.959
área média (ha)	5,56	19,32	5,15	19,09

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1970 e 1985.

Em 1970, existiam nos municípios em estudo (Capanema, Realeza, Planalto, Pérola D'Oeste e Santa Izabel do Oeste), 5.084 estabelecimentos (28.292 hectares) com área até 10 ha; entre 11 e 50 ha, eram 5.379 estabelecimentos (103.941 hectares). Em 1985, nos mesmos municípios, existiam 6.424 estabelecimentos (33.087 hectares) com área até 10 ha e entre 11 e 50 há havia 4.815 estabelecimentos (91.959 hectares).

Portanto, em 15 anos desapareceram 564 estabelecimentos com área entre 11 e 50 hectares. Parte deles, concentrou-se em estratos de áreas maiores, outros foram fragmentados com o matrimônio dos filhos em unidades produtivas menores. Na categoria de

³⁴ Realizava empréstimos com taxa de juros e correção fixa de 13% ao ano, com inflação real em torno de 20% a 30% ao ano. (assessoria de cooperativismo da COAGRO, 2006).

estabelecimentos até 10 hectares, entre 1970/85, aumentaram 1.340 estabelecimentos e 4.795 hectares de área, totalizando uma média de 3,6 hectares por estabelecimento. Ao que parece, uma média inferior a do estrato que, em 1985, era de 5,1 hectares por estabelecimento, caracterizando a fragmentação dos mesmos. Tudo isso, em pleno território de atuação de uma cooperativa que oferecia muitos *benefícios* concedidos pelo Estado e pela própria empresa.

Além disso, a atuação da COAGRO produziu mudanças na forma de organização dos agricultores, das unidades produtivas e da produção. Entre 1971/85, o número de associados da COAGRO aumentou de 354 para 5.862, um crescimento de 1.556%. Já o total de grãos comercializados passou de 9.049 para 1.296.639 sacas de 60 Kg, um aumento de 14.229%. Em 1971, a média de entrega de grãos por sócio foi de 25,6 sacas; em 1985, essa média foi de 221,2 sacas de 60 Kg. Há uma intensificação da produção pelo uso de máquinas, sementes selecionadas, agrotóxicos e fertilizantes químicos e da mercantilização da produção agrícola.

Entre 1971 e 1985, a área de atuação da COAGRO ficou restrita aos cinco municípios de sua fundação (Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Pérola D'Oeste e Planalto). O número de associados apresentou crescimento considerável no período. Em 1971, 3,3% dos agricultores de sua área de ação eram sócios da COAGRO, aumentando para 49,4% em 1985, demonstrando seu poder de influência no fomento da agropecuária.

Sua infra-estrutura também apresentou crescimento. Em 1973, a COAGRO construía sua sede própria, com dois escritórios, dois armazéns e três secadores nos municípios de Capanema e Realeza. Em 1985, contava com quinze escritórios, nove silos, oito secadores, dezesseis armazéns, quinze supermercados, dois postos de combustível e uma granja de suínos, localizados nos municípios de sua área de ação (Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Planalto e Pérola D'Oeste), ou nos 10 distritos e/ou localidades no espaço rural desses municípios. Em 1974, a COAGRO possuía 1 caminhão e 4 automóveis; em 1985, eram 29 caminhões de diferentes tamanhos, 2 ônibus (sendo 1 micro) e 15 automóveis.

Em 15 anos de atuação, a COAGRO aumentou de forma considerável: o número de associados; o número de unidades com infra-estrutura para comprar, beneficiar e armazenar a produção agrícola; o número de caminhões para realizar o escoamento da produção; o número de automóveis para o atendimento ao associado ou mobilidade de funcionários e a comercialização da produção agrícola, entre outros. Seus interesses, articulados aos de grandes empresas do ramo agropecuário, ao sistema financeiro e aos interesses do Estado, foram materializados no espaço geográfico, produzindo novas configurações territoriais.

O cotidiano dos agricultores também passa por profundas alterações. No início da década de 1970, apesar da intensificação das relações capitalistas de produção na agricultura do sudoeste do Paraná, mediadas pela atuação das cooperativas e de outras instituições, grande parte dos agricultores produziam para a subsistência da família e alimentação dos animais, comercializando o excedente. Em 1985, provavelmente, a maior preocupação dos agricultores tenha sido a comercialização da produção para o pagamento de empréstimos bancários e pagamento de máquinas, fortalecendo o capital comercial, industrial e financeiro.

Na área de atuação da COAGRO, temos um território resultante da dinâmica social, da reprodução das relações sociais de dominação e subordinação. Para Saquet (2003), o território é dia-a-dia reproduzido através do trabalho e demais atividades do homem e revela as contradições e desigualdades sociais. O território é, simultaneamente, resultado e condição dos processos sociais.

4- DIVERSIFICAÇÃO, CRISE E REESTRUTURAÇÃO DA COAGRO

Sem a existência dos créditos oficiais a juros subvencionados, o crescimento das cooperativas não teria sido o mesmo. Conforme o Diagnóstico Sócio-Econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná (1992), o quadro social das cooperativas do Sudoeste, formado em maioria numérica por pequenos agricultores, não teria permitido a geração de excedentes de capital que lhes permitissem financiar o crescimento no mesmo ritmo, com recursos próprios. Assim, *“a disponibilidade dos créditos oficiais subsidiados dispensou a disponibilidade das cooperativas lançarem mão de uma espécie de acumulação primitiva sobre seus associados para financiar seu crescimento”*. (idem, p.75)

A retirada acelerada do Estado enquanto financiador da modernização da agricultura e da expansão das cooperativas agropecuárias, principalmente, a partir da segunda metade dos anos 1980, deixou muitas dessas organizações sem condições de atuarem. A partir de então, a expansão das cooperativas passou a depender quase exclusivamente de sua capacidade de autocalcapitalização; muitas diversificaram suas atividades, entrando no ramo de processamento industrial, firmando-se como grandes empresas capitalistas, já outras, com grandes dificuldades (endividamento), entram num caminho sem volta, conhecendo seu processo de liquidação.

Ao arbitrar as taxas de lucro das cooperativas, através de isenções fiscais e crédito subsidiado, entre outros, o Estado reduziu a iniciativa de dirigentes e cooperados, assim como distorceu os preços que vigoravam no mercado. Com isso, estimulou a implantação e a manutenção de cooperativas, incapazes de sobreviver sem o amparo governamental, assim como incentivou investimentos inviáveis sob a ótica estritamente econômica. (BRDE, 2003, p.34)

4.1 - Diversificação e expansão territorial

Para fazer frente às oscilações da política agrícola, como a queda no volume de financiamentos subsidiados destinados ao setor agrícola e aos baixos preços da soja no

mercado internacional, entre outros, desde o início da década de 1980, a COAGRO procurou diversificar suas atividades.

A partir de 1980, estabelece uma granja para criação de suínos e o sistema de integração com seus associados; oferece toda a assistência técnica, rações, medicamentos, e, posteriormente, realiza a comercialização. Em 1983, inicia-se no ramo de supermercado e, na segunda metade da década de 1980, a COAGRO também passa a atuar na área de recebimento de leite e comercialização de laranjas, buscando comercializar os produtos que os cooperados disponibilizavam, fortalecendo sua expansão.

Sobre o segundo período da política de crédito rural (1986/96), Leite (2001) afirma que, em virtude da unificação orçamentária e do encerramento da conta-movimento, junto ao BACEN, as facilidades do primeiro período (1965/85) reduzem-se, como também é reduzida a participação do Tesouro no financiamento do programa. No segundo período, verificou-se uma retração na oferta de recursos de 65,9% em relação ao último valor do período anterior. No entanto, no intervalo 1986/87, devido ao Plano Cruzado, a oferta foi positiva (49,1%), ao contrário do subperíodo seguinte, no qual se verificou contração de 21,2%.

Até o ano de 1990, quando a COAGRO apresenta, no período estudado, o maior número de associados (6.134), a cooperativa permanece com sua área de atuação restrita aos municípios de Capanema (1.710 associados), Planalto (1.381), Pérola D'Oeste (1.165), Santa Izabel do Oeste (977) e Realeza (770), constando apenas 131 associados de outros municípios (Santo Antonio do Sudoeste, Pranchita e Ampére). Em relação ao ano de 1985, houve um aumento de 4,7%, com crescimento anual inferior a 1%. Em 1990, na área de ação, 55% dos agricultores eram associados. Em Capanema, até mesmo por ser o município onde está a matriz da cooperativa, o percentual de agricultores sócios ficava próximo a 60%.

O grande número de associados revela a concretização dos interesses do capital industrial que, através das cooperativas (intermediárias), realiza a venda de máquinas, insumos químicos, sementes selecionadas e a compra da matéria-prima para a indústria alimentícia, dispensando-a de investimentos nesse setor.

O trabalho de comunicação, através de programas de rádio semanais, divulgando a importância da COAGRO para o agricultor e a diversificação das atividades da cooperativa (compra, beneficiamento e venda de cereais, venda de insumos e supermercados, oferecimento de assistência técnica, comercialização de suínos e leite, entre outras) atraiu novos sócios, já que sua área de atuação ficou restrita aos municípios de sua fundação.

Também percebemos que esse período coincide com sucessivas frustrações dos agricultores em relação às políticas voltadas à agricultura, em virtude da redução do crédito agrícola, do fim dos subsídios aos créditos etc, além de quebras de safras em períodos de estiagem.

De acordo com Pinho (1982), as cooperativas são importantes para atuar em situações econômicas críticas como inflação, recessão, estagnação e desemprego, ainda justifica a necessidade de utilização do potencial cooperativista citando Schaaf: “*as cooperativas conduzem pessoas marginalizadas e inativas a se unirem, descobrindo necessidades comuns e motivações similares*”. (p.239)

O recebimento de produtos agrícolas apresentou variações, entre os anos de 1985/90, como pode ser observado na tabela 13.

Tabela 13 – Recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1985 e 1990 - em sacas de 60 KG

ano	soja	trigo	feijão	milho
1985	529.278	379.230	231.693	156.438
1990	570.558	303.403	41.706	146.107

Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 1985 e 1990.

Entre os produtos agrícolas recebidos pela COAGRO, apenas a soja apresentou crescimento de 7,8% em volume adquirido, enquanto o aumento dos associados no período foi de 4,7%. Devemos considerar que, apesar dos períodos de menor preço ou frustrações de safra, a soja sempre foi o *carro chefe* da cooperativa, representando o maior volume do seu faturamento. Os demais produtos apresentaram redução: o trigo (20%), feijão (82%) e milho (7%).

Sobre a queda na produção de trigo recebida pela COAGRO, entre outros fatores, devem ser consideradas as condições de tempo, favoráveis ao cultivo, em 1985, como já mencionamos. Quanto ao feijão, os bons preços asseguraram a ótima safra de 1985, apresentando uma tendência de decréscimo em sua produção, já que os créditos destinados a esta cultura de mercado interno são cada vez mais escassos em relação aos cultivos comerciais para exportação. O esgotamento dos solos, que passou a exigir maiores investimentos em fertilizantes e os riscos de queda de produtividade em casos de variações nas condições do tempo (lavoura não financiada não recebe cobertura do seguro agrícola) foram também alguns motivos da redução no volume da produção de feijão.

Já o recebimento de milho apresentou pequena variação em relação a 1985. Além dos motivos, já mencionados, que podem explicar as variações no volume das safras, o

milho, muitas vezes, é utilizado como alimento para o gado leiteiro e suínos, consumindo-se parte da produção. No total de grãos em 1985, foram entregues 1.296.639 sacas de 60 Kg; em 1990, reduziram-se para 1.061.774 sacas, correspondendo a 19% a menos.

Entre outros motivos que explicam as variações no recebimento da produção agrícola, estão a retirada dos incentivos estatais e a abertura comercial dos anos 1990 que aumentaram a concorrência pela comercialização dos produtos agrícolas, através da entrada de outras empresas ligadas ao setor, muitas vezes, representantes de grandes multinacionais, que acabam captando parte ou toda a produção do associado, pois sem o auxílio do Estado a cooperativa não consegue oferecer um diferencial a seus associados. Isso justifica a eliminação de 215 associados da COAGRO, em 1990, por situação de inoperância com a cooperativa. Conforme Schneider (1981): “[...] a presença regular de excedentes comercializáveis constituem pré-requisitos para uma participação efetiva nas atividades de uma cooperativa agrícola” (p.28). Quanto maior o volume de excedentes que os associados comercializam com a cooperativa, conseqüentemente, maiores são as possibilidades para sua permanência como tal, integrado às ações e atividades da cooperativa.

Tabela 14 – Variação do volume de insumos revendidos pela COAGRO a seus associados - 1985 e 1990

insumos	unidade	1985	1990	variação %
semente de soja	50 Kg	37.088	33.134	-11
semente de feijão	50 Kg	5.377	4.581	-15
semente de trigo	50 Kg	11.793	32.585	+176
semente de milho	20 Kg	15.025	17.098	+14
defensivos	Lt. ou Kg	62.772	31.801	-50
fertilizantes quím.	50 Kg	55.653	80.337	+44
fertilizantes orgân.	40 Kg	*	3.428	*
calcário	ton.	*	14.757	*

Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 1985 e 1990.

* Produtos não comercializados pela cooperativa no período.

O fornecimento de insumos continua oscilando. Entre 1985 e 1990, a venda de sementes de soja foi reduzida em 11%. Mesmo assim a produção da leguminosa apresentou crescimento, o que é uma evidência de melhoria na produtividade, pois o volume de fertilizantes químicos comercializados no período apresentou um aumento de 44%, além da comercialização de 14.757 toneladas de calcário.

O aumento no volume de fertilizantes químicos e a utilização de calcário também evidenciam o esgotamento dos solos e a necessidade de maiores investimentos na produção agrícola, tornando o agricultor cada vez mais dependente das grandes multinacionais que operam no setor, drenando grande parte de seu trabalho através do pagamento dos insumos, máquinas, peças etc.

Apesar de ainda ser um volume pequeno, em 1990, a COAGRO comercializou com seus associados 3.428 sacas de 40 Kg de fertilizantes orgânicos, como forma de buscar alternativas mais baratas para realização do plantio e utilizar a matéria-prima disponível na região (cama de aviário); também revela uma evidência de preocupação com o meio ambiente. Além disso, muitos agricultores utilizam o esterco bovino e suíno como forma de recuperar o solo e melhorar a produtividade com menores custos, já que isso está disponível em suas unidades produtivas.

Houve crescimento na comercialização de sementes de trigo (176%) e milho (14%) no período 1985/90, apesar de ambos apresentarem queda no volume de produção recebida pela COAGRO. A utilização de defensivos (agrotóxicos) também apresentou redução de 50% no volume comercializado, em parte, resultado da carência de crédito agrícola no ano de 1990. Conforme Leite (2001), em nível nacional, o volume de crédito destinado ao custeio da safra sofreu, em 1990, uma redução de 87% em relação ao ano de 1989 e de 119,5% em relação a 1985.

Segundo o relatório das atividades da COAGRO de 1990, a partir de 1988, ela passa a atuar na comercialização de laranja, já que os preços eram favoráveis e o associado, até mesmo por uma tradição, mantém o cultivo de um pomar em sua unidade produtiva, onde a laranja era o produto de destaque. Em 1988, a cooperativa comercializou 343.036 Kg de laranja, sendo 156.580 Kg de Santa Isabel do Oeste (45,6 %). Já, em 1990, a produção recebida sofre redução e passa para 260.275 Kg. Como se trata de uma produção sem acompanhamento técnico, seu volume depende dos fatores naturais.

Na comercialização de suínos, conforme o mesmo relatório, houve um pequeno acréscimo no número de suínos comercializados pela COAGRO entre 1985 e 1990. Enquanto no primeiro momento, a cooperativa comercializou 7.379 cabeças, no segundo, foi de 8.373, representando um crescimento de 13,5%, firmando-se como uma opção de renda ao associado e à cooperativa. Na granja, localizada no município de Capanema, ocorre o mesmo; em 1985, foram produzidos um total de 1.345 suínos; já, em 1990, aumenta para 1.405, sendo 605 animais comercializados com os associados para a reprodução e os demais para reposição de matrizes e reprodutores na granja ou destinados ao abate.

No ramo de supermercado, a COAGRO apresentou bons resultados. No ano de 1990, possuía 18 supermercados, 5 destes nas sedes municipais de sua área de ação e 13 em distritos e/ou comunidades espalhados (as) no espaço rural desses municípios. O valor das vendas, no ano em questão, foi de Cr\$ 411.738.347,87, superior ao valor da comercialização de insumos que foi de Cr\$ 326.059.942,02. Com os supermercados, a cooperativa apresenta-se como uma alternativa cômoda: o associado, ao receber o pagamento da venda de produtos agrícolas, suínos, laranja ou leite, encontrará quase tudo o que necessita para a sobrevivência da família. Com isso, a cooperativa vai acumulando mais capital, materializando seus interesses através da instalação de novos entrepostos para recebimento da produção e comercialização de tudo aquilo que ela oferece.

Para Schneider (1981), na busca de sobreviver à competição imposta pela empresa privada capitalista, o cooperativismo lançou mão dos mesmos métodos organizacionais e operacionais de que se valiam as demais empresas, com o fim de atingir graus de eficiência econômica compatíveis com as situações de mercado, levando muitas vezes a inviabilizar o princípio da participação efetiva e do controle democrático por seus associados. “[...] *na medida em que a organização cooperativa se expande enquanto empresa e consolida sua sobrevivência em meio a uma ordem essencialmente competitiva, ela tende a se descaracterizar como cooperativa, pois inviabiliza um dos princípios básicos que a definem como tal*”. (p.32)

A partir de 1988, a COAGRO instalou um posto de resfriamento de leite em Planalto; com isso, comercializa a produção disponível na unidade produtiva do associado, oferecendo medicamentos, rações e assistência técnica para melhoria genética, garantindo um aumento da produtividade e, possivelmente, maiores ganhos ao associado e à cooperativa. Em 1989, foram realizadas 905 inseminações artificiais em bovinos; número que aumenta para 1.352, em 1990, apresentando crescimento de 49% na oferta do serviço.

Através da tabela 15, percebemos que, entre 1989/90, houve um aumento no volume de produção recebida (42%), no número de produtores associados entregando leite à cooperativa (38%) e na média diária de litros recebida na unidade de resfriamento de Planalto (41%). Considerando o crescimento da produção em relação ao número de associados entregando leite, temos um aumento na produtividade ou produção por associado, resultante dos trabalhos de assistência técnica, desenvolvidos a partir de 1985, quando a cooperativa passa a planejar sua atuação na produção leiteira. Juntos, os municípios de Capanema e Planalto possuíam, em 1989, 72% dos produtores associados, respondendo por 76% da

produção. Em 1990, possuíam 70% dos produtores e 75% da produção de leite, representando um pequeno aumento no volume de leite produzido por associado.

Tabela 15 – Resumo do recebimento de leite pela COAGRO - 1989 e 1990

município	1989			1990		
	litros	%	produtores	litros	%	produtores
Capanema	2.083.083	42	454	2.714.497	38	593
Planalto	1.696.475	34	463	2.615.345	37	646
Sta. Izabel do oeste	618.673	12	196	891.032	12	282
Pérola D'Oeste	423.619	8	123	652.993	9	183
Realeza	179.550	4	36	251.365	4	55
total	5.001.400	100	1.272	7.125.232	100	1.759
média/dia/ano	13.844	-0-	-0-	19.521	-0-	-0-

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1990.

Em 1990, 28,7% dos associados realizavam entrega de leite, certamente uma alternativa de renda fixa para a família, além de caracterizar a diversificação da produção familiar, predominante no território de atuação da COAGRO, o que também foi verificado, por exemplo, por Saquet (2002), ao estudar a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL): a venda de leite envolvia praticamente todos os agricultores estudados e, em torno de 70% do leite comercializado pela cooperativa era produzido por pequenos proprietários. O leite significa um ganho mensal para as famílias, auxiliando-as na reprodução da unidade familiar.

Entre 1985 e 1990, também notamos que a capacidade armazenadora a granel da COAGRO apresentou ampliação (9,5%). Paralelamente, aumenta a área construída (9,4%). Segundo o relatório das atividades da COAGRO (1990), nesse ano, aconteceram algumas ampliações na área construída em relação a 1989. São elas: a) Capanema: uma granja de suínos de 205 m²; b) Santa Izabel do Oeste: um silo metálico de 263,02 m²; c) distrito de Alto Faraday – Capanema: um casa ao gerente, de 60 m²; d) distrito de Centro Novo – Planalto: uma sala de classificação com 200 m² e, e) distrito de Barra Grande – Planalto: um escritório 260 m² e uma casa ao gerente 56 m². Com a ampliação de sua infraestrutura, a cooperativa desempenha melhor suas atividades, drenando maior volume da produção de sua área de ação aos seus interesses de comercialização e capitalização. As redes, como já mencionamos, estão na base da formação de cada território.

Para dinamizar suas atividades e o atendimento aos associados, também ampliou sua frota: em 1985, possuía um total de 46 veículos; em 1990, eram 55, representando um aumento de 19,5%. Desse total, 37 eram caminhões de diferentes tamanhos, utilizados na entrega de insumos e na captação e escoamento da produção agrícola e pecuária; 1 ônibus e 1 micro utilizados no transporte de funcionários e associados em reuniões; 16 automóveis (3 utilitários, 2 Kombi e 11 carros de passeio) utilizados no atendimento aos associados, deslocamento de gerentes e diretores, entrega de mercadorias dos supermercados entre outros.

Tabela 16 – Capacidade armazenadora e propriedades da COAGRO - 1985 e 1990

anos	capacidade armazenadora em sacas de 60 Kg			propriedades ³⁵ da COAGRO	
	granel	ensacado	total	área total	área construída
1985	1.383.200	440.880	1.824.080	436.663,88 m ²	37.923,42 m ²
1990	1.515.000	442.800	1.957.800	449.584,58 m ²	41.504,00 m ²
variação %	9,5	0,4	9,9	2,9	9,4

Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 1985 e 1990.

Com a diversificação de suas atividades de atuação e abertura de novos entrepostos no espaço rural dos municípios de seu território de ação, a COAGRO amplia sua capacidade armazenadora, bem como sua área de terras, para fazer frente à nova realidade, materializando no espaço o resultado do trabalho de seus sócios, imprimindo novas relações no território através de formas e relações estabelecidas no cotidiano com seus associados e outras instituições.

Dessa forma, constitui seu território. Como afirma Saquet (2000), o território é formado desde pequenas habitações, pontes, estradas, plantações, até grandes empreendimentos públicos ou privados que o consubstanciam constantemente a partir das relações que o envolvem. Os automóveis e as antenas parabólicas também estão presentes nessa edificação que é infra-estrutural e centrada nas relações sociais, que são relações de poder e de dominação.

Os planos de estabilização da economia, iniciados na segunda metade da década de 1980, e a abertura comercial da década de 1990 levaram a agricultura, de um modo

³⁵ A área total refere-se à área de terras, enquanto a área construída são as edificações (silos, armazéns, escritórios, granjas, casas de gerentes e outros) da COAGRO.

geral, e as cooperativas, em particular, a uma grave crise³⁶. Em 1986, entrou em vigor o primeiro de uma série de planos de combate à inflação, o *Plano Cruzado*. Com suas taxas de juros relativamente baixas, em vigor na época de contratação, induziu os agricultores a se endividarem. Com a volta das taxas mensais de inflação a patamares elevadas nos últimos meses de 1986, as taxas de juros aumentaram e as regras de atualização dos saldos devedores dos empréstimos agrícolas foram alteradas, resultando no endividamento de muitos trabalhadores agrícolas.

No início de 1989, com o *Plano Verão*, a agricultura é novamente penalizada. Enquanto os preços dos produtos agrícolas ficaram congelados, parte dos financiamentos agrícolas foi corrigida pela variação das Letras Financeiras do Tesouro Nacional. E, ainda, em fevereiro de 1990, o *Plano Collor* realizou o confisco de ativos financeiros de pessoas físicas e jurídicas durante a safra, deixando os agricultores sem recursos para realizar a colheita. Além disso, realizou a correção monetária dos financiamentos rurais no mês de abril, de acordo com o IPC de março (74,6%), enquanto os preços mínimos dos produtos agrícolas foram reajustados conforme a variação da BTN de março (41,3%).

Essas medidas causaram efeito negativo imediato na agricultura, levando milhares de micro e pequenos proprietários ao empobrecimento e abandono de suas unidades produtivas; muitos venderam suas terras para quitação de saldos devedores aos agentes financeiros. Algumas cooperativas também se viram numa situação de insolvência, muitas vezes, recorrendo a créditos de linhas bancárias, com altos juros, o que as obrigava a rolar suas dívidas a taxas de juros cada vez mais altas, levando muitas ao processo de liquidação.

Diante dessas mudanças, marcadas pela escassez do crédito rural, a COAGRO fomentou, no início da década de 1990, a criação da Cooperativa de Crédito Rural do Extremo Sudoeste do Paraná Ltda - SICRED FRONTEIRA. Conforme informações do assessor de comunicações e cooperativismo da COAGRO, Oldemar Ceconi, em entrevista:

O primeiro cooperativismo rural brasileiro foi o cooperativismo de crédito e a idéia era correta, organizar primeiro o dinheiro, para depois organizar a produção. Porém, o governo militar de 1964 proibiu o cooperativismo de crédito no Brasil. Com a promulgação da nova constituição de 1988, este foi liberado e aí se iniciou um projeto nacional pelas cooperativas de produção, assim, em 1990, 30 sócios da COAGRO que eram – o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Gerentes de Unidades, Coordenadores e Secretários dos Comitês Educativos da COAGRO, fundaram a cooperativa de crédito que, na época, se chamava CREDESUL e, mais tarde, quando foi

³⁶ Segundo o BRDE (2003), a crise iniciou em 1985, quando mudanças na política agrícola anunciam que os contratos de crédito rural terão correção monetária integral.

criado o Sistema SICREDI (nacional), o seu nome mudou para SICREDI FRONTEIRA.

Conforme a mesma fonte, a falta de estrutura própria, fez com que ela funcionasse em seus primeiros anos dentro das instalações da própria COAGRO.

Nos primeiros anos, até se estruturar, a SICREDI funcionou dentro das unidades da COAGRO, com funcionários da COAGRO, na medida em que o tempo foi passando, esta foi criando a sua estrutura própria e hoje caminha com suas próprias pernas. A SICREDI existe hoje em todos os municípios de ação da COAGRO e ainda em vários outros. Hoje, cerca de 80% dos sócios da COAGRO também são sócios da SICREDI.

Apesar das dificuldades impostas pelo mercado, conforme os dados do relatório das atividades da COAGRO (1995), a partir de 1993, a cooperativa amplia seu território de atuação além de Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste, Realeza e Santa Izabel do Oeste, instalando unidades em Santo Antonio do Sudoeste e Pranchita e, no ano de 1994, em Barracão, totalizando 8 municípios. Contraditoriamente ao crescimento da área, houve uma redução no número de associados ocorrida nos municípios de sua fundação, como mostra a tabela 17.

Embora o PIC limitasse a área de atuação das cooperativas, a COAGRO poderia ter instalado suas unidades em Santo Antonio do Sudoeste e Barracão em anos anteriores, já que a COOPERSABADI, que atuava nesses municípios, entrou em liquidação em 1983. A diretoria, na época, queria firmar a cooperativa em sua área inicial e chegar perto do agricultor, mas estudos realizados com auxílio da OCEPAR revelaram que algumas unidades localizadas no espaço rural dos municípios em que atuava não apresentavam viabilidade econômica, ou seja, estavam dando prejuízo. Dessa forma optou-se pelo fechamento dessas unidades e abertura em outros municípios.

Com a retirada dos incentivos oficiais, a cooperativa perde sua importância perante os associados, além de muitos serem excluídos pela falta de uma política agrícola específica, especialmente, voltada à produção familiar em pequenas unidades produtivas. O “*gigantismo*” da cooperativa e o privilégio pelas culturas comerciais, provavelmente, vão distanciando os princípios da solidariedade humana, da ajuda mútua e do controle democrático da organização pelos seus membros, aprofundando as desigualdades sociais existentes.

Sobre a redução do número de associados entre 1990/95, o assessor de cooperativismo e comunicação da COAGRO, Oldemar Ceconi, em entrevista, afirma que:

Na verdade, a redução passou a ocorrer a partir do ano de 1987. Assim que o Plano Cruzado (Governo Sarney) não deu certo, houve um êxodo rural

muito grande, uma debandada geral de trabalhadores sem terra e de pequenos proprietários para as cidades grandes, principalmente para a grande Porto Alegre. [...] Portanto, nesse período, a COAGRO perdeu praticamente 70% de sócios sem terras e alguns pequenos proprietários, cujas áreas de terra, foram incorporadas a outros produtores que aumentaram as suas áreas e passaram a produzir com mais eficiência.

Tabela 17 – Quadro social da COAGRO - 1990 e 1995 e número de propriedades até 50 hectares - 1985 e 1995 - por município

	número de associados			nº de propriedades até 50 ha		
	1990	1995	variação %	1985	1995/96	variação %
Capanema	1.710	1.259	- 27	2.940	2.605	- 12
Planalto	1.381	1.085	- 22	2.548	2.619	+ 2,7
Pérola D'Oeste	1.665	963	- 43	2.281	2.032	- 11
Sta. Izabel do Oeste	977	692	- 30	1.811	1.597	- 12
Realeza	770	487	- 37	1.659	1.373	- 18
Sto. Antonio do Sud.	*	276	*	2.633	2.088**	- 21
Pranchita	*	207	*	1.134	1.047	- 8
Barracão	*	74	*	2.274	1.535	- 33
outros	131	84	- 36	*	*	*
total	6.134	5.127	- 17	17.280	14.896	- 14

Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 1990 e 1995 e Censo Agropecuário do IBGE, 1985 e 1995/96.

* Em 1990, a COAGRO ainda não possuía unidades nestes municípios.

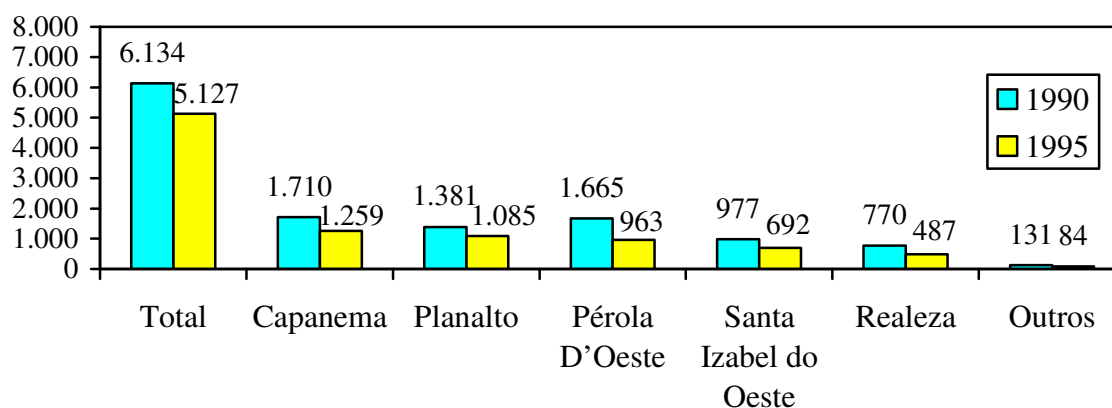
** O número de estabelecimentos rurais de Santo Antonio do Sudoeste em 1995/96 é de 1.693 unidades, na tabela somamos os 395 estabelecimentos rurais de Pinhal de São Bento que, em 1985, era distrito de Santo Antonio do Sudoeste, para ter uma idéia coerente da redução do número de estabelecimentos até 50 hectares.

Notamos que, entre 1990 e 1995, houve uma redução do quadro social da COAGRO, de 6.134 para 5.127 sócios, representando um percentual de 17%. Considerando apenas os municípios em que a cooperativa atuava em 1990, esse percentual é ainda maior, 32%. Em Pérola D'Oeste, a redução foi de 43%, seguida por Realeza, 37%. A menor redução do quadro social ocorreu em Planalto (22%). Neste município, houve aumento no número de estabelecimentos até 50 hectares entre 1985 e 1995, um total de 71 unidades, quanto à área o aumento representou apenas 23 hectares, o que significa que houve um fracionamento nos pequenos estabelecimentos rurais, com pouca expropriação de produtores familiares.

A título de ilustração, o gráfico 13 apresenta a redução do quadro social da COAGRO, no total e específico dos municípios de sua fundação. Nos municípios de Pérola

D'Oeste, Realeza, Santa Izabel do Oeste e Capanema, além da redução no número de associados, entre 1990 e 1995, também ocorreu a redução no número de estabelecimentos com área inferior a 50 hectares entre 1985 e 1995, com redução proporcional na área total ocupada. Considerando que a COAGRO sempre teve mais de 90% de seu quadro social com estabelecimento inferior a 50 hectares, certamente, muitos agricultores venderam seus estabelecimentos, sendo expropriados e excluídos enquanto proprietários de seu meio de produção, a terra. Assim a cooperativa acaba sendo mediadora na reprodução das desigualdades sociais que sustentam a expansão do capitalismo.

Gráfico 13 - Redução do quadro social da COAGRO - 1990 e 1995



Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 1990 e 1995.

Provavelmente, a maioria daqueles associados que desapareceram do quadro social da COAGRO, entre 1990 e 1995, eram pequenos produtores, com poucos excedentes para comercializar com a cooperativa, pois apesar da redução no número de associados, houve crescimento na quantidade de produtos agrícolas recebidos no período apresentado. Conforme entrevista do assessor de cooperativismo da COAGRO, Oldemar Ceconi: *“ao mesmo tempo em que reduziu os associados, o volume de produção recebida pela Cooperativa até aumentou, pois, perdemos as pessoas, mas não perdemos a produção que estas áreas geravam”*.

Os grandes destaques na produção agrícola para o ano de 1995 foram a soja e o milho, representando 44,5 e 35%, respectivamente, de toda produção agrícola comprada pela COAGRO. O aumento na produção de milho recebida, entre 1990/95 (341,4%), de acordo com o relatório das atividades da cooperativa de 1995, foi resultado do crescimento e bom desempenho do milho safrinha, plantado em janeiro e fevereiro; já a soja sempre representou a principal atividade da cooperativa. Além disso, com a entrada da COAGRO no

ramo agroindustrial e a abertura de uma fábrica de rações, em Santo Antonio do Sudoeste, esta passou a incentivar mais o cultivo da soja e do milho, principais ingredientes na fabricação da ração, visando agregar mais valor à produção do associado e fortalecer seu crescimento como empresa, comercializando, em 1995, um total de 27.616 toneladas de ração.

Tabela 18 – Recebimento de produtos agrícolas pela COAGRO - 1990 para 1995 - em sacas de 60 KG

ano	soja	trigo	feijão	milho	total
1990	570.558	303.403	41.706	146.107	1.061.774
1995	822.419	280.494	98.175	644.947	1.846.035
variação %	+ 44,1	- 8	+ 135,4	+ 341,4	+ 73,8

Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 1990 e 1995.

Apesar de o recebimento de trigo pela cooperativa ter apresentado queda (8%), entre 1990 e 1995, com o resultado positivo dos outros produtos (soja, feijão e milho), o total da safra de grãos recebidos apresentou crescimento de 73,8%, passando de 1.061.774 para 1.846.035 sacas.

Na década de 1990, em algumas regiões, as grandes empresas ligadas ao ramo agrícola estabeleceram canal direto com os grandes produtores. Na área de atuação da COAGRO, pela característica fundiária dos produtores, isso acontece com pequena intensidade, com exceção da Sadia que se instalou no município de Realeza em 1992, retirando-se alguns anos mais tarde por não ser viável, pois parte da produção recebida pela COAGRO já era vendida à Sadia, dispensando-a de investimentos em infra-estrutura e pessoal.

Merece destaque o recebimento de feijão que, apesar da cultura apresentar queda em área plantada e produção no Paraná ou, até mesmo, no caso do Sudoeste como um todo por ceder espaço ao cultivo de soja, o volume captado pela cooperativa junto a seus associados apresentou crescimento de 135,4%; resultado das condições do tempo favoráveis à cultura que, elevaram a produtividade nos municípios de sua área de ação, pois, como podemos observar na tabela 19, a comercialização de semente de feijão apresentou redução de 2%; porém, esse percentual é relativo, pois muitos agricultores retinham em casa parte dos grãos colhidos para utilizar como sementes na próxima safra.

Outrossim, entre 1990 e 1995, houve uma intensificação na utilização de fertilizantes e defensivos, em relação às variações apresentadas na década anterior. O

empobrecimento dos solos, a presença de ervas daninhas e o aparecimento de diversas pragas e doenças que atacam a lavoura também são conseqüências da modernização da agricultura, em parte, responsáveis pelo maior uso de insumos de origem industrial.

Em 1995, de acordo com o relatório das atividades da COAGRO, o faturamento com insumos foi de R\$ 7.585.794,00, representando um crescimento de 31,3% em relação ao ano de 1994. Na busca de aumentar a produtividade e os lucros, já que a abertura comercial havia achatado os preços da produção agropecuária, os agricultores utilizavam fertilizantes químicos e agrotóxicos³⁷, contribuindo na acumulação de grandes multinacionais, tornando-se reféns do capital industrial e financeiro.

Tabela 19 – Volume de insumos vendidos pela COAGRO a seus associados - 1990 e 1995

insumos	unidade	1990	1995	variação %
semente de soja	50 Kg	33.134	53.726	+ 62
semente de feijão	50 Kg	4.581	4.499	- 2
semente de trigo	50 Kg	32.585	33.533	+ 2,9
semente de milho	20 Kg	17.098	11.244	- 35
defensivos	Lt. ou Kg	31.801	91.876	+ 188,9
fertilizantes	50 Kg	80.337	186.283	+ 131,9
calcário	ton.	14.757	9.251	- 38

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1990 e 1995.

O manejo inadequado do solo nas regiões brasileiras de agricultura intensiva tem provocado sérios problemas de erosão, conforme os dados do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), em 1981; em áreas de lavouras de soja e trigo, plantadas em solos argilosos pelo sistema convencional, as perdas anuais pelas enxurradas atingem 144 ton/ha/ano. Para repor a perda de fertilidade dos solos são realizados pesados gastos com fertilizantes químicos. Além disso, o uso de agrotóxicos em geral, inseticidas, fungicidas, herbicidas e bactericidas é cada vez maior e mais desenfreado, tornando muitas pragas resistentes, necessitando-se de dosagens mais fortes, comprometendo a qualidade dos alimentos, a saúde dos agricultores e o meio ambiente.

O crescimento no volume de sementes de soja (62%) comercializado pela COAGRO, entre 1990 e 1995, foi superior ao crescimento da produção de soja recebida no

³⁷ Conforme relatório das atividades da COAGRO de 1997, o departamento técnico realizou, em 1995 um total de 10.544 receitas agrônomicas. Em 1996, foram 13.806; em 1997, totalizaram 17.651 receitas agrônomicas, indicador do aumento no uso de agrotóxicos e da modernização da agricultura.

período (44,1%). Já a comercialização de sementes de milho apresentou decréscimo de 35%, enquanto o volume produzido cresceu 341,4%, resultado do aumento da produtividade e de condições do tempo favoráveis; além disso, muitos associados realizaram compra e venda com outros estabelecimentos que oferecem insumos e compram a produção agrícola, pois a cooperativa, em muitas situações, pouco difere dos demais estabelecimentos comerciais.

Em 1995, conforme relatório das atividades da COAGRO, a comercialização de laranja apresentou crescimento, totalizando 1.364.290 Kg. Em 1990, o total comercializado foi de apenas 260.275 Kg. Quanto à comercialização de suínos, também apresentou aumento: em 1990, a cooperativa comercializou 8.373 cabeças; em 1995, o número foi de 21.426 cabeças, representando um crescimento de 155,9%. Na granja de Capanema, houve evolução no plantel, passando de 605 para 901 o número de suínos comercializados para reprodução; no total, o crescimento foi de 1.405 para 1.942 suínos produzidos vivos entre os anos de 1990/95.

O recebimento de leite pela COAGRO aumentou significativamente. Após 1993, a compra de um laticínio em Capanema (foto 02) e a entrada no ramo industrial contribuíram para o crescimento da oferta de matéria-prima. Conforme relatório das atividades da cooperativa, em 1990 eram 1.759 produtores que entregaram um total de 7.125.232 litros de leite, com uma média/dia/ano de 19.521 litros. Nesse período, a cooperativa contava apenas com o posto de resfriamento em Planalto; em 1995, eram 1.875 produtores que entregaram 10.467.098 litros de leite, com média/dia/ano de 28.676 litros.

Os dados anteriores mostram-nos que, no período 1990/95, houve um crescimento de 6,6% no número de produtores, para 46,9% na produção recebida, resultado de um aumento na produção e produtividade através de investimentos em assistência técnica. Em 1990, foram realizadas 1.352 inseminações artificiais³⁸; em 1995, o número foi de 3.441, além de 1.945 visitas de atendimento veterinário e realização de 1.354 exames de brucelose e tuberculose. Rações e suplementos contribuem para o aumento da produtividade, mas também aumentam os custos de produção.

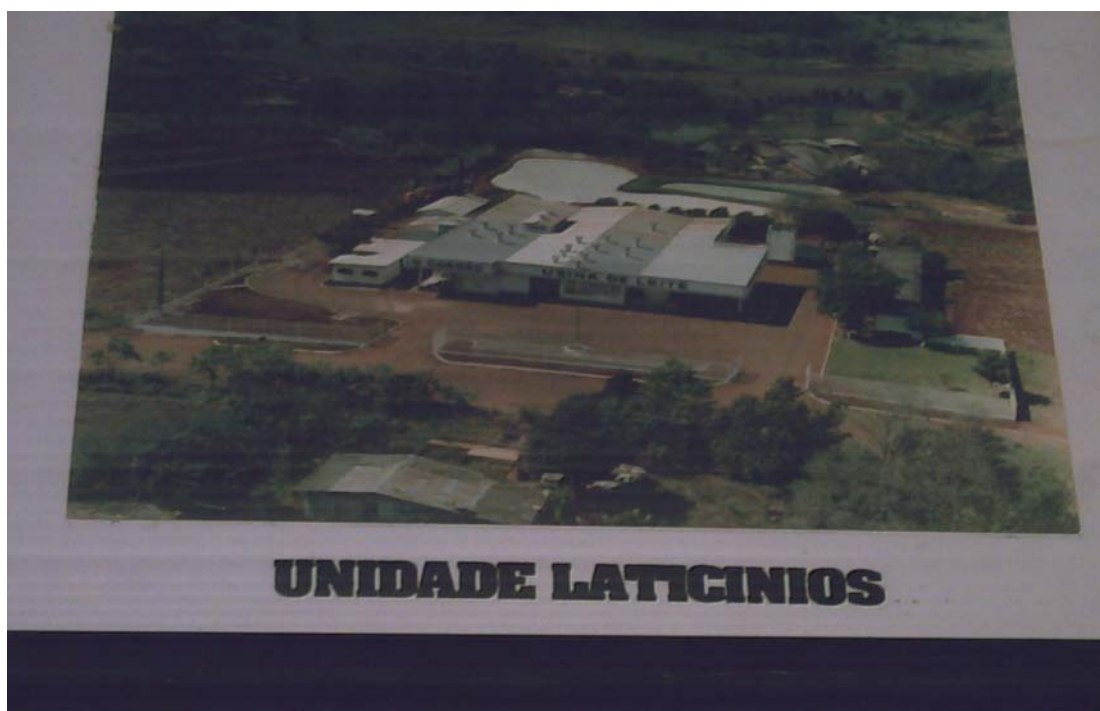
A intensificação da produção, através do uso de tecnologias, vai inserindo o produtor num processo de investimentos contínuos, no qual a margem de ganho é cada vez menor. A maior fração de seu trabalho é destinada aos custos de produção (compra de máquinas, melhoramento genético, rações, suplementos, vacinas, exames etc). É mais um

³⁸ A inseminação artificial e os exames eram cobrados dos produtores, esses valores não cobriam 100% dos custos. (assessoria de cooperativismo da COAGRO, 2006)

momento de aceleração no cotidiano destes agricultores, além disso, é um processo seletivo, pois exclui aqueles que não conseguem inserir-se ou acompanhar a modernização.

À cooperativa não interessa um produtor falido, mas um produtor em ação, gerando mercadorias agrícolas, comprando insumos, realizando financiamentos. Como a cooperativa não tem nada a perder (pois não assume os riscos nem do processo de produção, nem do processo de comercialização), mas, ao contrário, tem tudo a ganhar com a continuação do ciclo produtivo do cooperado, ela deve necessariamente não só estimulá-lo a produzir, mas a nível cada vez mais elevado de produtividade (sic). (LOUREIRO, 1981, p.153)

Foto 02 – Laticínio COAGRO, no município de Capanema/PR



Fonte: Arquivo COAGRO, (foto realizada pelo autor em 05/03/2007).

No laticínio, a cooperativa realizava a industrialização do leite, pasteurizando-o e produzindo o queijo mussarela e prato, manteiga, doce, creme e ricota. Assim, agregava valor à matéria-prima dos associados, além de obter maior volume de capital para sua capitalização e expansão. Conforme informações da assessoria de cooperativismo da COAGRO, 90% da produção de leite recebida era transformada em queijo (mussarela e prato); com os outros 10%, fabricavam manteiga, doce, creme, ricota, bebida láctea e envase.

Como podemos observar através da tabela 20, a industrialização do leite ganhou força entre 1995 e 1997. Apenas o queijo mussarela apresentou uma pequena queda no volume produzido no período, reduzindo de 815.409 para 763.747 Kg. Os demais produtos apresentaram aumento na produção, com destaque para a manteiga que passou de 58.944 para 107.935 Kg e para o doce/creme/ricota, que aumentou sua produção de 12.832 para 51.862

Kg. No mesmo período, o leite pasteurizado apresentou crescimento em sua produção; o destaque foi para os 923.316 litros produzidos em 1996, superior a produção dos anos de 1995 e 1997 juntos.

Tabela 20 – Leite industrializado pela COAGRO - 1995 a 1997

derivados do leite	1995	1996	1997
leite pasteurizado (L)	207.010	923.316	410.270
queijo mussarela (Kg)	815.409	759.325	763.747
queijo prato (Kg)	189.773	179.385	197.636
manteiga (Kg)	58.944	90.438	107.935
doce/creme/ricota (Kg)	12.832	17.515	51.862
bebida láctea (L)	0	0	1.456

Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1997.

Em 1997, a COAGRO diversifica ainda mais os produtos derivados do leite, passando a produzir bebida láctea. A produção inicial foi de 1.456 litros no ano. Com isso amplia o processo de industrialização da matéria-prima disponibilizada por seus associados. A partir de 1996, a cooperativa passou também a realizar o beneficiamento de feijão com uma produção de 198.570 Kg. Em 1997, conforme relatório anual de suas atividades, a COAGRO adquiriu um frigorífico em Francisco Beltrão, no qual empregava total de 34 funcionários, realizando abate e beneficiamento dos suínos de seus integrados. Essas atividades também mostram a expansão no/do território e sua capitalização.

Os produtos que eram industrializados pela COAGRO (laticínio, frigorífico, feijão empacotado e ração) recebiam a marca *Notável* (figura 01). Com o processamento a cooperativa buscava atingir maior lucratividade com produtos de maior valor agregado. Conforme Hespanhol e Costa (1995), a partir de 1980, as cooperativas paranaenses de maior porte, deixaram de ser apenas agentes de comercialização de produtos agrícolas e insumos, passando a atuar diretamente no processamento industrial, apropriando-se assim, dos lucros gerados.

Na COAGRO, tal processo ocorre, na década de 1990, com a instalação de uma fábrica de ração em Santo Antonio do Sudoeste, um laticínio com fábrica de derivados lácteos em Capanema, beneficiamento de feijão e sementes em Capanema e um frigorífico para suínos e aves em Francisco Beltrão. A entrada no ramo industrial é uma tentativa de superar a crise vivida pela agricultura e cooperativas na segunda metade da década de 1980, a

qual aprofunda-se, na década seguinte, com a abertura comercial e a entrada de produtos agropecuários de outros países a preços mais competitivos que a produção nacional. Com isso, a COAGRO procurou diversificar suas atividades, expandiu-se para outros municípios, ampliando seu território de atuação e buscou um projeto de integração vertical, buscando agregar valor à produção.

Figura 01 – Marca dos produtos que eram industrializados pela COAGRO



Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 1997.

No ramo de supermercados, de acordo com o relatório das atividades da COAGRO, entre os anos de 1994/95, houve uma evolução de 9,5% nas vendas. A relativa estabilidade da inflação definida com a implantação do *Plano Real*, em 1994, impulsionou o aumento do consumo. Com isso, a cooperativa auferiu maiores lucros, revendendo produtos industrializados, destacando-se os integrantes da sexta básica, na ordem: farinha, arroz, açúcar e óleo de soja são os mais vendidos, sendo 90% do volume das vendas para associados e funcionários.

Como já apresentamos, a COAGRO estava atuando em diferentes atividades em 1995 (departamento técnico, suinocultura, insumos, recebimento e armazenagem de produtos, produção de sementes, laticínios, granja de suínos etc); para garantir o atendimento a esses setores, aumentou sua frota de veículos, passando de 55 em 1990, para 72 em 1995. Destes, eram 49 caminhões de diferentes tamanhos, 2 ônibus, 20 automóveis (2 utilitários, 2 kombi e 16 de passeio) e 1 motocicleta. Também contava com 305 funcionários, para atender seus associados e clientes, sendo, 26 atuantes na área técnica (técnico agrícola, agrônomo e veterinário), buscando dar ritmo mais acelerado à produção agropecuária.

Sobre a assistência técnica, o assessor de cooperativismo da COAGRO, em entrevista, afirma que até 1990 essa atividade pagava-se com a elaboração de *Planos Técnicos* de investimentos. Posteriormente, tal receita vem-se reduzindo de forma gradativa. Com as vendas de insumos e o aumento da produção paga-se a equipe técnica, mas ainda não foi feito um cálculo para ver se uma compensa a outra. Também afirma que a cooperativa tem alguns *compromissos* com os agricultores e um deles é oferecer condições para obterem melhor produtividade.

Ainda visando atender seus diferentes ramos de atuação, a COAGRO aumenta seu patrimônio de imóveis e capacidade armazenadora como pode ser observado na tabela 21. Isso evidencia a materialização dos interesses da cooperativa na configuração do espaço geográfico, o qual é resultado da dinâmica social, da reprodução das relações sociais de dominação e subordinação.

Tabela 21 – Evolução dos imóveis e capacidade armazenadora da COAGRO - 1990 e 1995

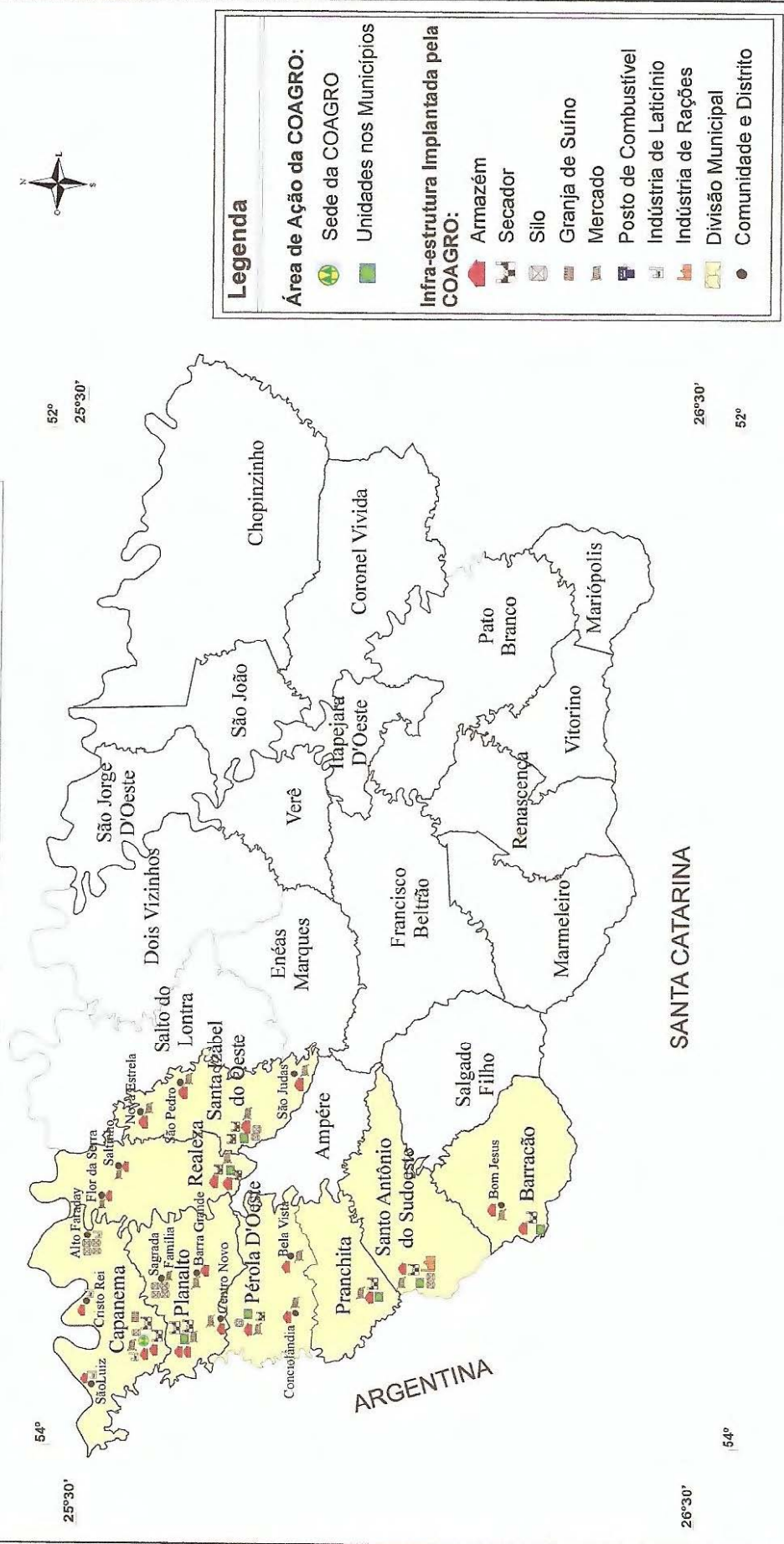
imóveis	propriedades em m ²		capacidade armazenadora em sacas de 60 Kg		
	anos	área total	área construída	à granel	ensacado
1990	449.584,58	41.504,00	1.515.000	442.800	1.957.800
1995	488.492,31	47.815,00	1.725.000	581.800	2.306.800

Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 1990 e 1995.

De modo geral, a COAGRO apresentou crescimento através da diversificação, da ampliação da área de atuação e do crescimento de sua infra-estrutura. Em seu processo de territorialização, materializou, no espaço, novas formas e relações, imprimindo novas configurações em seu território. Sua área de atuação no ano de 1995 está representada no mapa 04.

Quanto à conjuntura econômica nacional e internacional, o BRDE (2003) afirma que, com a entrada em vigor do *Plano Real*, em julho de 1994, há o controle da inflação, apoiando-se em uma taxa de câmbio fortemente valorizada e no aprofundamento da abertura comercial. Devido, principalmente, ao consumo das famílias, o PIB evoluiu 5,85% nesse ano, a maior taxa desde 1986. Incentivados pelos resultados, muitos agricultores procuraram os bancos para obter empréstimos, com vistas ao aumento de sua produção. Em março de 1995, para se contrapor aos efeitos da crise mexicana sobre a economia brasileira, o governo elevou bruscamente as taxas de juros, aumentando sensivelmente os encargos financeiros do crédito rural.

Mapa 04: Área de Ação da COAGRO em 1995



Fonte: Assessoria de Comunicação da COAGRO, 2004.
 Base Cartográfica AMSOP, 1995.
 Org: Geógrafo. Juliano Oliveira Pinto de Souza, 2006.

Para os membros da equipe econômica, a competição dos produtos brasileiros com similares importados, em longo prazo, elevaria a produtividade da agricultura e da agroindústria nacional. No entanto, a competição com os produtos importados, muitas vezes subsidiados em seus países de origem, fez com que as cooperativas enfrentassem dificuldades para obter resultados positivos.

Os efeitos das políticas econômicas foram sentidos pela COAGRO, aprofundando ainda mais suas dificuldades financeiras. Em entrevista, o assessor de comunicação e cooperativismo da COAGRO comenta os motivos que levaram a cooperativa a sucessivos resultados negativos.

A cooperativa perdeu dinheiro nas indústrias e outros negócios mal feitos. Com a implantação do Plano Real em 1994, aos poucos, as empresas não sólidas que viviam da inflação foram quebrando, dentre elas, bancos e empresas comerciais. Alguns supermercados de São Paulo, clientes da COAGRO, quebraram e ficaram devendo queijo para a COAGRO, a qual pagou os produtores que forneceram a matéria-prima normalmente e não recebeu o produto final. Fato semelhante ocorreu na fábrica de rações: a COAGRO mantinha uma parceria com o Frigorífico Galha Azul de Francisco Beltrão, este passou por dificuldades e não pagou a ração. Para receber a conta, a COAGRO ficou com o frigorífico e já sem capital de giro, foi afundando ainda mais, pois um projeto com suínos custa muito dinheiro. Com a falta de dinheiro no caixa, para sanar o problema momentaneamente, foi feito um contrato de exportação de soja e esta não foi contratada com os produtores antecipadamente, e na hora da colheita, o produto subiu e ficou bem mais caro em relação ao que a COAGRO recebeu na venda. Também foram perdidas cargas de feijão.

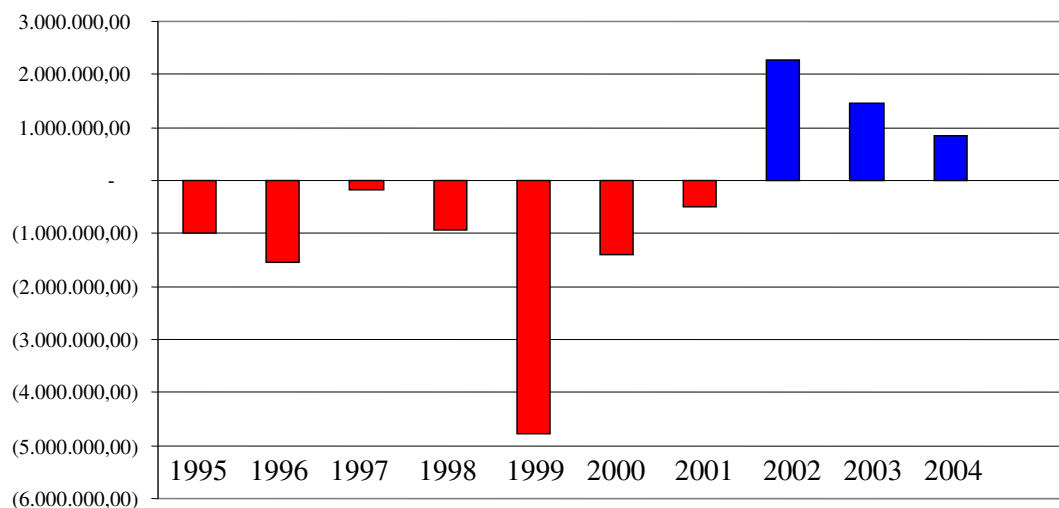
De acordo com a mesma fonte, os problemas resultantes da conjuntura econômica nacional e internacional e os negócios mal feitos fizeram com que os dirigentes da cooperativa contraíssem empréstimos financeiros, ampliando ainda mais seu endividamento em virtude dos altos juros pagos.

4.2 - Crise e reestruturação

Sinais claros da crise enfrentada pela COAGRO são revelados pelo relatório das atividades de 2004, que apresenta um histórico do resultado operacional líquido da cooperativa. Em 1994, o resultado foi negativo, totalizando R\$ 455.023,00; no ano seguinte, o prejuízo é ainda maior: R\$ 985.223,00. A sucessão de resultados negativos levou a cooperativa ao extremo em 1999, quando o resultado operacional foi de R\$ - 4.784.418,00.

Esse processo pode ser observado no gráfico 14, que apresenta o resultado operacional líquido³⁹ da COAGRO, entre os anos de 1995 e 2004. Conforme informações da assessoria de comunicação da COAGRO, considerando a venda de ativos, nos exercícios de 1997, 1998, 2000 e 2001, o balanço não fecharia no *vermelho*.

Gráfico 14 – Resultado operacional líquido da COAGRO - 1995 a 2004 - em mil reais



Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 2004.

A partir da situação crítica em que a cooperativa se encontrava, em 1999, o caminho escolhido foi a venda de algumas unidades e um processo de reestruturação em suas atividades. Segundo Oldemar Ceconi, em entrevista:

Era necessário vender bens (desfazer-se de ativos), aí foi feita uma análise do que seria mais viável ficar e o que seria posto à venda. A unidade de Realeza possuía uma grande estrutura e o volume de produção recebida já não era mais compatível com o tamanho do investimento; com a venda da unidade de Realeza, optou-se também pela venda da de Santa Izabel do Oeste, que ficavam próximas. Em Pranchita foi vendida temporariamente, mas a COAGRO ficou operando a unidade em regime de aluguel e assim que foi possível a unidade foi recomprada. A opção da venda de Santo Antonio do Sudoeste, foi em função de ter, junto da unidade, a fábrica de rações e apareceu um comprador que apresentou uma boa proposta à cooperativa. Está nos planos da COAGRO construir uma nova estrutura em Santo Antonio do Sudoeste nos próximos tempos.

Quanto ao projeto agroindustrial, o mesmo informante, apresentou algumas razões que distanciaram a COAGRO, mesmo que por alguns anos, de investimentos nessas atividades.

³⁹ O resultado operacional líquido representa os lucros (sobras) que a cooperativa obteve durante o ano.

O projeto agroindustrial foi abandonado, para voltar a ele lá no futuro, quando a cooperativa estiver bem capitalizada e com toda a estrutura básica instalada. O frigorífico foi vendido porque dava prejuízo e a fábrica de rações por necessidade de dinheiro. O laticínio continua sendo propriedade da COAGRO, atendendo normalmente os produtores, mas foi alugado para a FRIMESA, assim a COAGRO sai fora do risco.

Além do aluguel pelo uso do laticínio, a FRIMESA, também repassa à COAGRO todo o faturamento do leite. Assim, a COAGRO repassa ao agricultor, que acaba comprando na própria cooperativa (produtos alimentícios, veterinários, insumos etc). Dessa forma, continua com boa parte da receita dessa atividade.

A falta de apoio do Estado tornou as cooperativas mais vulneráveis; estas passaram a concorrer com as demais empresas ligadas ao setor, perdendo o prestígio adquirido especialmente na década de 1970. Além disso, segundo Loureiro (1981), de um lado, a cooperativa afasta os chamados comerciantes intermediários que podem intensificar a expropriação dos agricultores, mas de outro, ela não só vende os produtos dos cooperados ao mesmo preço vigente do mercado, como também extrai pesadas taxas dos cooperados, que correspondem ao sucesso da cooperativa como empresa capitalista.

Conforme informações do assessor de cooperativismo da COAGRO, a taxa de cota capital, retida pela COAGRO sobre os produtos comercializados pelos associados, apresentou redução, de sua fundação aos dias atuais: de 1971 a 1980, era de 3%, de 1981 a 1990 (2%), de 1991 a 2003 (1%), em 2004 (0,5%) e a partir de 2005 (0%). Além disso, se o associado não vende sua produção à COAGRO, apenas deposita para retirar mais tarde, é cobrada uma taxa de 5% sobre a produção pela secagem e de 1% ao mês pelo armazenamento do produto.

Em 2000, após processo de reestruturação⁴⁰, conforme mencionado na entrevista, a COAGRO perde a influência direta sobre parte de seu território, com a venda de unidades infra-estruturais; mesmo assim continua atuando de maneira secundária com alguns associados que continuaram em seu quadro social, especialmente ligados ao negócio leite. Junto a essa nova configuração territorial, ocorreu uma redução em seu quadro social. Em 1995, conforme relatório anual de suas atividades, eram 5.127 associados, já em 2000, este número reduziu-se para 4.450 associados.

De acordo com o relatório das atividades da COAGRO de 2000, nos últimos anos, ocorreu o afastamento de associados *produtores potenciais* da cooperativa, pelos mais

⁴⁰ Após reestruturação iniciada em 1999, o relatório anual das atividades da COAGRO foi apresentado de maneira bastante simplificada (evolução do quadro social, recebimento da produção, comercialização de insumos e supermercados e balanço patrimonial).

diversos motivos. Como consequência, houve um *rombo* no capital de giro da empresa com a devolução de capital social e, ao mesmo tempo, redução nos volumes de compra e venda da cooperativa.

Devemos considerar que, em 1995, a COAGRO estava presente em 8 municípios com entrepostos e, ainda, possuía 7 entrepostos e 7 postos de atendimento nas comunidades localizadas no espaço rural desses municípios. Em 1997, embora o número de associados já tenha reduzido para 4.570, a mesma estava presente com entrepostos em 11 municípios (Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste, Realeza, Santa Isabel do Oeste, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Barracão, Ampére, Bom Jesus do Sul e Bela Vista da Caroba), contando com 4 entrepostos no espaço rural desses municípios, uma tentativa de ampliar o domínio em novos territórios, buscando melhorar o recebimento da produção e a venda de seus produtos, já que os resultados da cooperativa enquanto empresa capitalista dependem disso.

Um dos elementos que legitimam a formação dos territórios é o poder econômico, seja ele *material* ou *imaterial*. Desta forma, Raffestin (1993) afirma que há, na dinâmica socioespacial, a construção de *malhas, nós e redes*, que dão sustentação ao território e mobilidade aos homens que se relacionam entre si, produzindo sempre novas territorialidades.

Em 2000, a COAGRO estava presente em 7 municípios (Capanema, Pranchita, Pérola D'Oeste, Planalto, Santo Antonio do Sudoeste, Bela Vista da Caroba e Barracão), além dos 4 entrepostos no espaço rural desses municípios. Portanto, entre 1997 e 2000, a cooperativa deixa de atuar de forma direta em 4 municípios (Realeza, Santa Isabel do Oeste, Bom Jesus do Sul e Ampére); entre 1995 e 2000, a redução no quadro social foi de 14%. Em comparação com o ano de 1990, quando a cooperativa estava presente em apenas 5 municípios (Capanema, Realeza, Santa Isabel do Oeste, Planalto e Pérola D'Oeste), mas com o maior número de sócios do período estudado (6.134), a redução do quadro social foi de 28%.

As tentativas de superar a crise que as cooperativas agropecuárias estavam passando potencializaram ainda mais o endividamento da COAGRO, que realizou a venda de algumas unidades, alugou o setor de laticínios e retirou-se do ramo agroindustrial. Dessa forma, o aparente crescimento da COAGRO, na primeira metade da década de 1990, buscando superar a falta de apoio do Estado, refletiu-se em resultados negativos na segunda metade da referida década, demonstrando sua fragilidade administrativa e dependência dos incentivos oficiais para manter-se no mercado.

Esse processo configura um novo momento na história da cooperativa e de seus cooperados: a venda de ativos, realizada para sanar as dificuldades financeiras, que eram parte do trabalho do associado cristalizado em edificações, máquinas e automóveis, que, apesar de não representarem as necessidades reais da maioria de seu quadro social, muitas vezes, representavam o coletivo, uma idéia de propriedade comum que passa para o domínio particular e privado.

A crise vivida pela COAGRO, especialmente na segunda metade da década de 1990, também afetou o recebimento da produção, com variações no volume recebido, como pode ser visto na tabela 22, que mostra o total de sacas de 60 Kg dos produtos agrícolas (milho, soja, trigo e feijão) e de leite em litros, adquiridos pela cooperativa no período de 1995 a 2000.

Tabela 22 – Recebimento da produção agrícola de grãos e leite pela COAGRO - 1995 a 2000

anos	milho (sc)	soja (sc)	trigo (sc)	feijão (sc)	total (sc)	leite (L)
1995	644.947	822.419	280.494	98.175	1.846.035	10.592.483
1996	342.896	831.753	498.150	53.716	1.726.515	10.510.338
1997	295.203	947.890	327.322	57.882	1.628.297	10.467.212
1998	120.790	787.714	106.613	18.144	1.033.261	9.214.130
1999	182.349	644.338	67.927	6.226	900.840	10.736.436
2000	225.275	515.274	90.445	14.731	845.725	13.754.638

Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 1995, 1997 e 2000.

Esses dados evidenciam uma redução acentuada no volume total de produtos agrícolas recebidos pela COAGRO entre os anos de 1995 e 2000. Enquanto a redução do quadro social no período foi de 14%, a diminuição da quantidade dos produtos agrícolas vendidos à COAGRO foi de 55%. Além da saída de *produtores potenciais* (grandes produtores) do quadro social da cooperativa, como já mencionado, o endividamento também afastou muitos sócios, que passaram a realizar a compra e venda com outras empresas que ofereciam melhores preços. A venda ou o fechamento de entrepostos e postos de atendimento da COAGRO, embora não tenham significado grande redução no quadro social, representaram perda de influência direta sobre territórios onde a cooperativa realizava compra e venda de seus produtos. E isso diminui, claramente, a possibilidade de ganhos através das transações mercantis.

A redução anual, no total dos produtos agrícolas recebidos pela COAGRO, também significou uma redução no volume de capital por ela obtido, já que este, em parte, é resultado da venda dos produtos agrícolas. Isso agravou a situação, tornada insustentável no ano de 1999, quando a cooperativa buscou a reestruturação, como já mencionamos.

Entre os anos de 1995 e 2000, os produtos mencionados na tabela 22 apresentaram a seguinte variação em volume recebido: milho (-66%), soja (-38%), trigo (-68%), feijão (-85%) e leite (+29,8%). A redução no recebimento de produtos agrícolas acentuou-se a partir de 1998. O leite, apesar de também apresentar redução nesse ano, de modo geral, foi o único produto que apresentou aumento na comercialização, firmando-se como uma alternativa de renda aos agricultores, já que a produção agrícola não apresentava resultados satisfatórios. Como vendem o leite diariamente e recebem o pagamento mensalmente, tudo indica que isto lhes dá uma certa segurança para viverem em suas unidades produtivas.

Desde o final da década de 1990, a COAGRO possui um programa de gerenciamento da produção leiteira. A partir de 2003, o Eng^o Agrônomo Marciano de Almeida é o responsável pelo projeto, através de um convênio entre ONGs francesas, COAGRO/FRIMESA e Unileite. Conforme planilha de acompanhamento, um dos agricultores produzia, em 2001, uma média de 135 litros/dia; em 2004, a média era de 389 litros/dia; já a média geral dos agricultores que entregam leite para a COAGRO/FRIMESA era de 200 litros/dia e a do grupo em que o produtor estava inserido era de 486 litros/dia. Portanto, a média do referido produtor de leite era superior à geral, mas inferior à média do grupo em que ele estava inserido.

Os agricultores do projeto participam de dois encontros anuais; na oportunidade, é realizada análise comparativa dos dados entre os produtores. Para otimizar a análise, são divididos em grupos segundo a sua infra-estrutura e potencial genético dos animais. Esse acompanhamento técnico visa ao aumento da produção e da produtividade, mas nem todos estão inseridos no programa; existem intensidades diferentes de modernização entre os produtores de leite, como podemos visualizar através das fotos 03 e 04.

Em seu programa de acompanhamento técnico, a COAGRO já orientou a utilização do Sistema Voisin (modelo intensivo de rotação de pastagens, com piquetes em áreas reduzidas). O modelo apresentado na foto 03 é um sistema em linha, no qual o fio de arame é móvel, permitindo que, todos os dias, os animais tenham pasto limpo e fresco para se alimentarem, garantindo melhores resultados de produtividade e manejo.

Foto 03 – Unidade produtiva com melhoramento genético e de infra-estrutura, localizada no município de Capanema/PR



Fonte: Engº Agrônomo Marciano de Almeida, março de 2006.

Foto 04 – Unidade produtiva sem melhoramento técnico, localizada no município de Capanema/PR



Fonte: Engº Agrônomo Marciano de Almeida, maio de 2006.

Ao que parece, o melhoramento técnico não é acessível a todos os produtores de leite da COAGRO/FRIMESA; a necessidade de investimentos em infraestrutura é uma barreira que vai excluindo muitos agricultores do processo produtivo, pelo menos daquele com base técnica melhorada.

Entre os produtos agrícolas, a soja apresentou a menor queda. Sendo um produto voltado para exportação, é beneficiado por políticas agrícolas e pelo *kit* da modernização agrícola, além de ser incentivado pela própria cooperativa, já que responde pelo seu maior faturamento⁴¹, resultado e reflexo dos interesses de agentes do capital no mercado internacional. Na seqüência, aparece o milho que, em 1998, apresentou o menor recebimento do produto (120.790 sacas) desde 1984, quando a produção recebida foi de 153.438 sacas. Mesmo assim, a produção de milho recebida pela COAGRO tem aumentado, apresentando um crescimento de 86,5% no período entre 1998 e 2000, pois é um componente básico para a fabricação de ração para suínos, bovinos, aves etc. Além disso, apesar de ser um produto de consumo interno, é um componente indispensável da cadeia agroindustrial, sendo utilizado de forma secundária nas exportações brasileiras.

Os produtos agrícolas com os piores resultados, entre 1995 e 2000, foram o trigo e o feijão, produtos de consumo interno. É possível que muitos associados tenham realizado a comercialização com empresas particulares⁴², o que diminuiu o volume recebido pela COAGRO. A abertura comercial do Brasil, nos anos de 1990, expôs setores da agricultura em desvantagem em relação à concorrência com produtos vindos de países vizinhos (caso do trigo vindo da Argentina).

Na comercialização de insumos e supermercado, o faturamento⁴³ também apresentou variações, em virtude da reestruturação da cooperativa, da redução do número de associados e da perda de competitividade em relação a empresas particulares. Ao mesmo tempo, esses são alguns fatores que contribuíram para a queda nas vendas de insumos pela COAGRO.

O faturamento com a comercialização de insumos apresentou crescimento de 30,2%, entre 1995 e 1997, período em que a COAGRO expandiu seu território de atuação

⁴¹ A comercialização da soja, segundo informações da assessoria de cooperativismo da COAGRO, sempre foi responsável por uma média de 40% do faturamento da empresa.

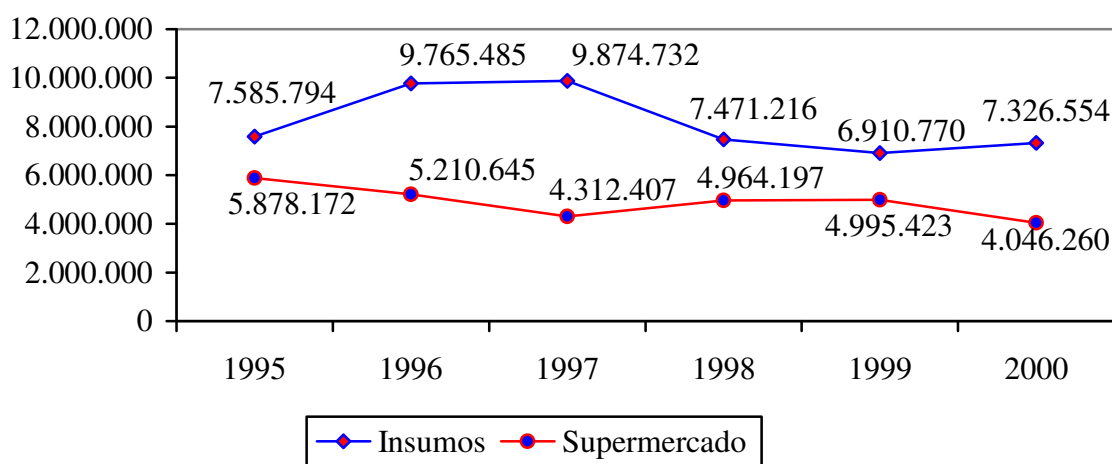
⁴² Destacam-se como as maiores empresas concorrentes da COAGRO na venda de insumos e compra de cereais, em sua área de atuação: em Capanema (Comercial Boaro e Comercial Bonan); em Planalto (Irmãos Bocchi); em Pérola D'Oeste (Comercial Bressan); em Pranchita (Comercial Rech) e em Santo Antonio do Sudoeste (Perón Ferrari).

⁴³ A partir do relatório das atividades da COAGRO de 1999, não há uma especificação do volume de cada tipo de insumo que é comercializado, apresentando apenas o faturamento total nesta modalidade de comercialização, dificultando, em parte, nossa análise.

(11 municípios em 1997). Entre 1997/98, apesar de manter a mesma área de atuação, o faturamento com insumos sofreu uma queda de 25%. O fechamento de entrepostos e postos de atendimento, além da perda de credibilidade junto a seus associados, parece ter contribuído para a redução nas vendas, que se acentua ainda mais se considerarmos o período 1997/99, com queda de 30%. Já entre os anos de 1999 e 2000, o faturamento com insumos apresenta crescimento na ordem de 6%, talvez, quase nulo ou negativo se considerarmos a inflação do período. Com a retomada das vendas, a cooperativa voltou a ter maiores volumes de recursos para continuar atuando junto a seus associados.

Na divisão de supermercados, o faturamento do período 1995/97, apresentou decréscimo gradual, diferente do que ocorreu com a venda de insumos. Segundo o relatório das atividades da COAGRO de 1997, o principal fator desse resultado, foi a política econômica imprimida ao país, que fez com que, num primeiro momento, todas as camadas sociais tivessem mais acesso ao mercado de consumo, sob a ótica de que poupar de nada adiantaria, dado às baixas taxas de remuneração da poupança e outras aplicações financeiras praticadas pelo mercado.

Gráfico 15 - Faturamento da COAGRO, com a comercialização de insumos e supermercado (mil R\$*) - 1995 e 2000



Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 1995, 1997 e 2000.

* Os valores em mil reais não são atualizados, referem-se a 31 de dezembro de cada ano.

Outro fator, segundo informações da assessoria de cooperativismo da COAGRO, refere-se ao fato de que toda compra e venda realizada nos supermercados acontece mediante a emissão de nota fiscal. Já a concorrência utiliza-se da sonegação para manter a competitividade e os lucros.

Ainda contribuiu para reduzir as vendas no setor de supermercados, a prática da não formação de estoques nos armários domésticos, pois o consumidor passou a comprar com mais frequência e em menor quantidade. Essa prática determinou que as pequenas compras diárias fossem efetuadas em estabelecimentos mais próximos ao consumidor. Como a COAGRO tem a maioria de suas estruturas fora da região central das cidades, teve suas vendas reduzidas ou, ainda, foi agravado pela migração de pessoas de seu território de atuação, principalmente, em direção à grande Porto Alegre; a presença de supermercados, nos distritos de: Centro Novo e Barra Grande (Planalto), Conciolândia (Pérola D'Oeste) e Alto Faraday (Capanema) também contribuiu para a queda nas vendas.

No período 1995/97, a COAGRO possuía 10 supermercados nas sedes municipais. Também possuía 4 em distritos no espaço rural, além de vender alguns produtos em outros entrepostos e postos de atendimento localizados em comunidades no espaço rural dos municípios em que atuava, os quais respondiam por 17,1% do faturamento de setor em 1995, 17,7% em 1996 e 9,4% em 1997.

Entre 1997/98, apesar do fechamento das unidades de supermercados nos municípios de Barracão e Bom Jesus do Sul, o faturamento foi positivo, com crescimento de 15,1%. No período 1998/99, ocorreu o fechamento dos supermercados dos municípios de Realeza e Santa Izabel do Oeste, mesmo assim, desconsiderando a inflação, o faturamento foi praticamente estável. Entre os anos de 1999/2000, houve queda de 20% no faturamento, entre outros motivos, devido a mudança da unidade de Pérola D'Oeste⁴⁴ do centro da cidade para junto do entreposto, determinante na queda do faturamento geral na divisão de supermercados.

De acordo com o relatório das atividades da COAGRO de 2000, a participação dos associados foi fundamental para superar o período de crises e ajustes. Além disso, a colaboração de credores e fornecedores na renegociação de dívidas para manter seu crédito e o apoio de cooperativas parceiras foram fundamentais para o *renascimento* e a retomada de seu espaço enquanto empresa capitalista.

Com o processo de reestruturação e a venda de ativos da COAGRO, ocorreu a redução de sua capacidade armazenadora e de sua frota de veículos. Em 1995, sua capacidade total de armazenamento era de 2.306.800 sacas de 60 Kg (1.725.000 a granel e 581.800 ensacado). Em 2000, a capacidade diminuiu para 1.000.000 de sacas (800.000 a granel

⁴⁴ Em 1999, com o supermercado no centro da cidade, esta unidade respondia por 22,2% do faturamento total da divisão de supermercados. Com o processo de reestruturação, esta unidade foi levada para junto do entreposto, passando a responder por apenas 8,5% do faturamento.

e 200.000 ensacado), apresentando uma redução de 57%. Também ocorreu a redução do número de veículos da cooperativa. Enquanto, em 1995, possuía um total de 72, em 2000, o número diminuiu para 7 veículos, uma redução de 91%.

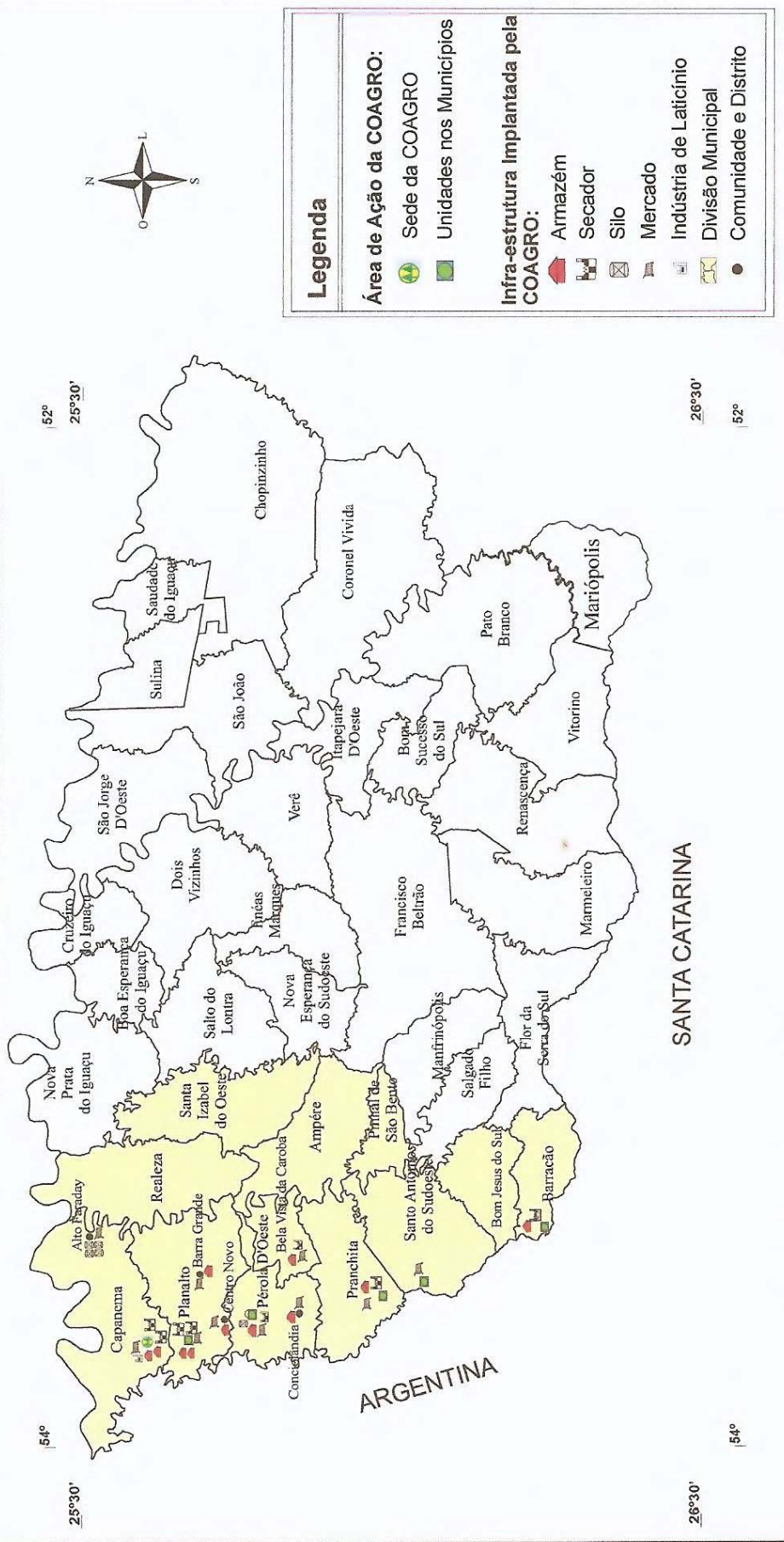
A retirada da COAGRO de algumas atividades (frigorífico e fábrica de rações) bem como a redução de outras (do recebimento e beneficiamento de cereais e leite; dos supermercados e da venda de insumos) contribuíram para a redução do número de funcionários da cooperativa. Em 1995, eram 305 funcionários, dos quais 26 atuavam na área técnica; em 2000, o número diminuiu para 189 funcionários, com 15 destes atuando na área técnica, registrando uma diminuição de 39 e 43%, respectivamente.

Em 2000, entre outras medidas para motivar a participação dos associados, a COAGRO criou o *prêmio fidelidade*, uma bonificação sobre a produção agrícola e leiteira comercializada com a cooperativa. O produtor que comercializava toda a sua safra com a cooperativa recebia uma bonificação maior de que aquele que comercializava apenas parte. O mesmo ocorreu com o ramo de insumos (fertilizantes, sementes, rações e defensivos), no qual se considerava o montante da compra anual: quanto maior o volume, maior a bonificação.

Ambas são formas da cooperativa promover a expansão do capitalismo no campo, além de garantir sua reprodução e ganhos, pois ao fazer a revenda de insumos e comercializar a produção, apropria-se de parte do trabalho excedente gerado pelo agricultor. Segundo Saquet (2002), uma cooperativa agropecuária obtém lucros revendendo aos agricultores produtos industrializados por preços superiores àqueles pagos à indústria fornecedora e revendendo os produtos agrícolas por preços superiores àqueles pagos aos produtores imediatos, isto é, utiliza-se de distintos mecanismos como mediadora na produção e circulação agropecuária. Evidentemente, para seu crescimento, é fundamental ter uma gestão de qualidade que consiga fazer frente às oscilações de mercado.

Em 2004, a COAGRO atuava com maior intensidade em 7 municípios (Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste, Bela Vista da Caroba, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste e Barracão), com 4.569 associados, realizando o recebimento da produção, oferecendo assistência técnica e a revenda de insumos e gêneros alimentícios nos supermercados. Também atuava de forma secundária (sem possuir unidade de atendimento COAGRO) em outros municípios (Realeza, Santa Izabel do Oeste, Ampére, Pinhal de São Bento e Bom Jesus do Sul), principalmente com o recebimento do leite, com mais 430 associados, totalizando 4.999 associados em dezembro de 2004. Apresentou um crescimento de 12,3% em relação a 2000, sem ampliar sua área de atuação. A área de atuação de 2004 pode ser observada no mapa 05.

Mapa 05: Área de Ação da COAGRO em 2004



Fonte: Assessoria de Comunicação da COAGRO, 2004.
 Base Cartográfica AMSOP, 2004.
 Org: Geógrafo. Juliano Oliveira Pinto de Souza, 2006.

SANTA CATARINA

ARGENTINA

O aumento do número de associados é um indicador de crescimento da cooperativa. Através deles, a cooperativa consegue expandir-se e acumular capital. Para associar-se à COAGRO, o agricultor que é proprietário paga uma taxa de 100 reais, para o não-proprietário é de 70 reais, a qual fica capitalizada na conta do sócio.

Quanto ao quadro de funcionários, ocorreu uma redução de 22% de 2000 para 2004, diminuindo de 189 para 148 funcionários. Isso se deveu, em parte, ao arrendamento da indústria de lácteos em Capanema, em 2001. Na área técnica, em 2004, permaneceu o mesmo número de 2000 (15 funcionários), o que demonstra o interesse da cooperativa em manter e intensificar a produção agropecuária. Em 2004, a capacidade armazenadora da COAGRO permaneceu a mesma de 2000, um total 1.000.000 sacas de 60 Kg, o mesmo ocorreu com a área construída, que permaneceu em 27.445 metros quadrados.

Já sua frota de veículos foi ampliada de 7 para 13, entre 2000 e 2004, crescimento de 85,7%, visando melhor atender sócios e clientes na entrega de compras de insumos e de supermercados. Isso também possibilita maior mobilidade no oferecimento de assistência técnica aos associados e representa uma pequena capitalização da COAGRO.

Tabela 23 – Recebimento da produção agrícola de grãos e leite pela COAGRO - 2000 a 2004

anos	milho (sc)	soja (sc)	trigo (sc)	total (sc)	leite (L)
2000	225.275	515.274	90.445	830.994	13.754.638
2001	406.636	673.666	88.716	1.169.018	19.664.632
2002	163.597	772.695	103.837	1.040.129	20.738.924
2003	246.709	863.392	235.005	1.345.106	15.570.377
2004	115.358	718.644	227.012	1.061.014	12.751.368

Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 2000, 2003 e 2004.

Apesar das variações, o volume de produtos agrícolas adquiridos pela COAGRO tem apresentado melhores resultados em relação ao período de crise do final dos anos 1990. O recebimento de milho teve volume destaque em 2001 (406.636 sacas), apresentando variações alternadas nos demais anos. Como é um cultivo que, na primeira safra, disputa área com a soja, os bons preços no mercado internacional atraíram os produtores a destinarem maiores áreas ao cultivo da soja. Já a queda no volume recebido em 2004 resultou da estiagem ocorrida nos primeiros meses deste ano, prejudicando os cultivos do milho e da soja.

O recebimento de soja apresentou crescimento gradual entre 2000/03, na ordem de 67,5%; a queda de 17% no volume recebido, em 2004 em relação ao ano anterior, deve-se à estiagem já mencionada. O crescimento do complexo soja, especialmente no período 2001/03, embalado pelos bons preços no mercado internacional e a frustrações de safras em outros países grandes produtores mundiais (Estados Unidos) levou muitos agricultores à compra de máquinas e a intensificação do uso de insumos de origem química, garantindo o faturamento das indústrias ligadas ao setor de máquinas agrícolas e insumos ou, ainda, a busca pela ampliação da área plantada.

Com a regulamentação do plantio de produtos geneticamente modificados, no Brasil, a COAGRO passou a receber soja transgênica em todas as suas unidades. Segundo informações da assessoria de cooperativismo e do Eng^o Agrônomo Raul Frosi, a cooperativa entrou de forma direta, em 2006, com venda de semente e recebimento do produto. *“Vai menos veneno, assim reduz o custo de produção. O transgênico veio pra ficá, só não se plantava em Capanema pelos 10 Km de distância do Parque Nacional do Iguaçu, mas agora, por força de lei caiu”*.

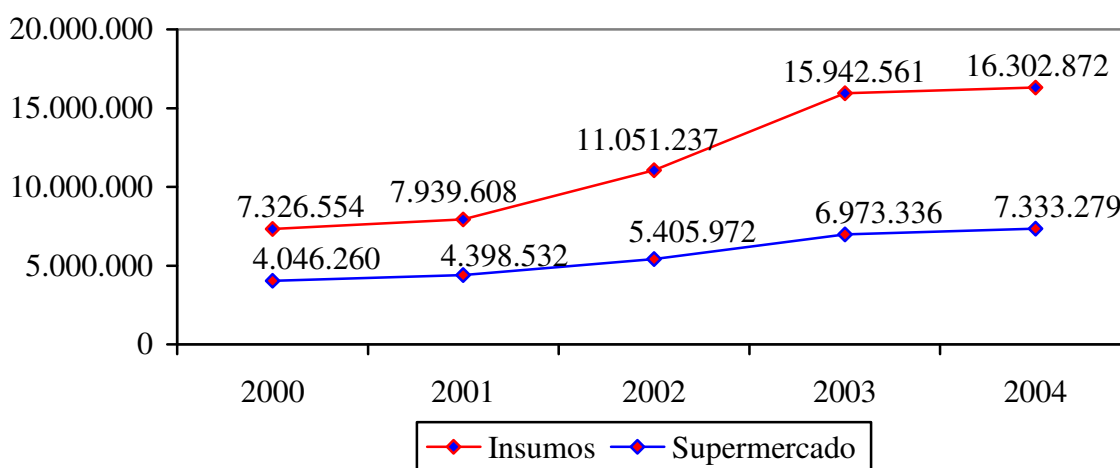
O recebimento da produção de trigo, assim como da soja, também apresentou crescimento entre 2000/03, aumentando em 159,8% o volume recebido, com queda de 4%, no ano de 2004, em relação ao ano anterior. Quanto ao leite, entre 2000/02, o volume adquirido apresentou crescimento de 50,8%; já entre 2002/04, a queda no recebimento do produto foi de 39%. A instalação de diversos laticínios na região: Latco (Realeza), Latbom (Planalto) Líder (Ampére), Claf/Diplomata (Pranchita), Confepar (Barracão) entre outros, concorrendo com a COAGRO/FRIMESA, fez com que muitos produtores deixassem de entregar a matéria-prima à cooperativa, na busca de melhores condições e preços. Para as empresas, disputas por territórios significam garantia da oferta de seus produtos, conquista de novos mercados e ampliação de seus lucros.

No setor de vendas de insumos e em supermercados, o período de recuperação da COAGRO apresentou resultados positivos, com crescimento no valor total das vendas anuais e, conseqüentemente, dos lucros da cooperativa como empresa. O gráfico 16 apresenta as vendas de insumos e em supermercados entre os anos de 2000 e 2004. As vendas de insumos assim como aquelas em supermercados apresentaram um crescimento gradual no período entre 2000 e 2004, correspondendo a 122,5% e 81,2%, respectivamente, o que mostra a retomada de melhor faturamento.

O melhor desempenho do período analisado ocorreu entre 2001 e 2003, quando as vendas de insumos aumentaram 100,8% e em supermercados, 58,5%, período que

coincide com o maior crescimento da produção agrícola recebida pela COAGRO, registrando um aumento de 15,1%, representado especialmente pelos cultivos de trigo (164,9%) e soja (28,1%), já que o milho apresentou resultado negativo (- 40%) no período.

Gráfico 16 - Evolução das vendas de insumos e em supermercados (em mil R\$) pela COAGRO - 2000 a 2004



Fonte: Relatórios das atividades da COAGRO, 2000, 2003 e 2004.

Em 2004, as empresas fornecedoras de insumos para a COAGRO eram as seguintes: sementes: Cargil e Agroceres; fertilizantes: Fertipar, IAP e Manáh; defensivos: Syngenta, Bayer e Monsanto; medicamentos veterinários: Prado e Ouro Fino e rações e suplementos para pecuária: COOPAVEL, CAMDUL e Tortuga.

A comercialização de insumos (fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes selecionadas etc) é indicativo da modernização da agricultura, além disso, é feita em nome do aumento da produtividade, pois é interesse das cooperativas manter o associado ativo, produzindo alimentos e matérias-primas. Em parte, o aumento do faturamento com a venda de insumos é resultante da oscilação nos preços; noutra parte, é resultado da intensificação da modernização agrícola no Sudoeste do Paraná e do trabalho dos próprios técnicos das cooperativas.

A cooperativa faz o papel de mediadora entre as indústrias ligadas ao ramo agropecuário e os agricultores, pois incentiva os associados ao uso de novas tecnologias; com isso, terá maiores ganhos de capital. Em fevereiro de 2006, durante a pesquisa de campo, acompanhamos a divulgação da saída de 6 ônibus de diferentes locais da área de atuação da COAGRO com destino ao Show Rural COOPAVEL em Cascavel/PR. Na oportunidade, a

cooperativa realizou um convênio com a OCEPAR, custeando a maior parte do valor do transporte.

O crescimento nas vendas de insumos e em supermercados representou um bom momento da soja no mercado internacional, e do trigo como cultura realizada na mesma área da soja. A conjuntura econômica nacional e internacional (câmbio) e as frustrações de safras de outros grandes produtores, entre outros, deram à soja brasileira maior procura e competitividade no mercado, já que os preços de alguns produtos (soja, trigo e milho) são regulados por bolsas internacionais (Bolsa de Chicago), mas possuem reflexos regionais.

Uma vez desamarrado o *nó* cambial que inibiu a expansão da agricultura brasileira no período 1994/2000, seu crescimento vem batendo recordes. Enquanto na safra 1999/2000, a produção de grãos foi de 83 milhões de toneladas (Brasil), na safra 2002/03, saltou para 122,4 milhões de toneladas. Também contribuíram para tal desempenho, a renegociação das dívidas agrícolas e o congelamento da taxa de juros do crédito rural em 8,75% ao ano desde a safra 1998/99. Além disso, a agricultura brasileira foi beneficiada pela onda de valorização das principais *commodities* agrícolas no mercado internacional a partir de 2001.

Com o aumento no volume de produtos agrícolas comprados e revendidos pela COAGRO, conseqüentemente, os resultados da comercialização de insumos e supermercados também apresentam crescimento. Para a cooperativa, isso significou maiores ganhos, como apresentado no gráfico 14. O resultado operacional líquido da COAGRO, que até 2001, ainda era negativo, a partir de 2002, apresentou resultado positivo na ordem de R\$ 2.277.836,00, resultado direto dos negócios da cooperativa com seus associados e com empresas compradoras da produção (por esta recebida). Com isso, a cooperativa vai-se firmando novamente como empresa capitalista e vai-se territorializando através de seus interesses e aqueles das grandes empresas fornecedoras de insumos, máquinas e compradoras de matéria-prima, intensificando a expansão do capitalismo no campo.

O funcionamento das cooperativas parece, portanto, condicionado pela dinâmica do sistema capitalista vigente, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual das diversas categorias que compõe o seu quadro social. Assim, o processo de diferenciação sócio-econômica observado na sociedade reflete-se nas organizações cooperativistas, que funcionam como um aparato do modelo desigual de desenvolvimento capitalista. (VILELA, 1998, p.308)

As organizações cooperativistas, pressionadas pelo sistema econômico e pela concorrência de mercado, passam a interagir com as forças propulsoras do capitalismo, integrando-se na própria dinâmica da expansão do capital. Tal tendência beneficia os grupos

sociais dominantes, potencializando a concentração das riquezas, ou seja, a doutrina distributivista das organizações cooperativas, a igualdade de benefícios e a participação de todos os membros são práticas pouco visíveis.

4.3- Caracterização do quadro social da COAGRO

O espaço onde a COAGRO desenvolve(u) suas atividades foi ocupado e povoado, em sua maioria, por descendentes de italianos, alemães e poloneses provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde já possuíam alguma experiência com o trabalho associativo, o que foi fundamental para o fortalecimento e expansão do cooperativismo regional.

Nos municípios em que ocorreu a fundação da COAGRO, segundo Wachowicz (1987), em média, 70% da população era originária do Rio Grande do Sul: em ordem decrescente, destacam-se Planalto (90,6%), Pérola D'Oeste (86,1%), Capanema (79,3%), Realeza (55,3%) e Santa Izabel do Oeste (46,5%). Muitos deles, eram oriundos das colônias de imigrantes italianos e alemães, com experiência na área do associativismo, orientados, conforme Rambo (1988), pelo padre jesuíta suíço Theodor Amstad, um dos pioneiros do cooperativismo de produção e crédito no Rio Grande do Sul.

Essa realidade foi confirmada através de entrevistas realizadas com os sócios da COAGRO. Entre os entrevistados, 49% nasceram no Rio Grande do Sul, em geral possuem mais de 40 anos e eram naturais, principalmente, de Erechim, Horizontina, Carazinho, Cruz Alta, Tenente Portela, Boa Vista do Boricá etc. As experiências com o cooperativismo vividas no Rio Grande do Sul foram re-territorializadas no Sudoeste do Paraná e nos municípios de atuação da COAGRO, fortalecendo a expansão desta.

Em agosto de 2004, conforme informações da assessoria de cooperativismo da COAGRO, o quadro social da cooperativa estava formado por 4.842 associados; destes, 4.482 (92,6%) eram do sexo masculino e 360 (7,4%) do sexo feminino, demonstrando, portanto, a hegemonia masculina na formação do quadro social, mas também a participação da mulher na gestão familiar e na sociedade.

Quanto à faixa etária dos associados, 44,5%, possuíam entre 31 e 50 anos; com mais de 51 anos, havia 40,1% e até 30 anos apenas 15,4%, evidenciando, também, predomínio dos homens adultos. Dessa forma, provavelmente, em alguns anos, se não ocorrer

uma expansão horizontal (para outros municípios), o quadro social da COAGRO tenderá a uma redução gradativa.

A escolaridade dos agricultores entrevistados apresenta algumas similaridades com a idade. Dos sócios entrevistados, 42,8 possuíam até a 4ª série do Ensino Fundamental e, em geral, mais de 50 anos; com 5ª a 8ª série incompleta eram 24,4%, com o predomínio daqueles que freqüentaram até a 5ª série; outros 20 % completaram a 8ª série e 10%, o Ensino Médio. Nas últimas duas categorias citadas, a idade média era inferior a 30 anos. Nos extremos, tivemos um entrevistado que se declarou analfabeto e um com curso superior completo.

Ainda conforme informações da assessoria de cooperativismo, em agosto de 2004, 39,7% (1.919) dos sócios da cooperativa possuíam até 10 hectares de terra. O estrato entre 11 e 50 hectares era o mais representativo, com 52,2% (2.256); contando com 336 estabelecimentos entre 51 e 100 hectares e 61 com área superior a 100 hectares. Os produtos recebidos pela COAGRO são: o milho, o trigo, a soja, o leite (COAGRO/FRIMESA) e, a partir de 2007, o girassol. Com isso, os associados com áreas de terra menores, apresentam algumas limitações em viabilizar suas unidades produtivas através da COAGRO.

Com a fundação de cooperativas voltadas para a produção familiar na área de atuação da COAGRO, como as Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – CLAF e, mais recentemente, da Cooperativa de Produção, Comercialização e Desenvolvimento Solidário da Agricultura Familiar – COOPAFI, muitos sócios da COAGRO, principalmente aqueles com unidades produtivas de até 10 hectares, estão associando-se a estas cooperativas, em especial a CLAF, buscando melhores condições para a comercialização do leite.

Para o assessor de cooperativismo da COAGRO, Sr. Oldemar Ceconi, com o tempo, a maioria dos sócios com área de até 10 ha, e alguns entre 11 e 20 ha, deixarão a cooperativa: “[...] *irão para estas cooperativas da agricultura familiar que já existem em vários municípios de atuação da COAGRO, vamos perder pessoas, a produção não, isso já aconteceu outras vezes, geralmente estes que saem tem pouco ou quase nada de produto para comercializar*”.

Ao realizar as entrevistas com os associados, percebemos que parte deles eram sócios de outras cooperativas, entre elas a CLAF e buscavam: “*através da cooperativa a gente consegue comercializá o leite melhor*”; “*na CLAF, o produtor ganha mais*”; “*me associei na CLAF, por causa do leite, é uma cooperativa prô leite*”; “*também me associei na CLAF, pra gente que é agricultor é importante, cada uma tem uma função*”. Em comum, eram proprietários de estabelecimentos com área inferior a 11 hectares. Embora mantenha-

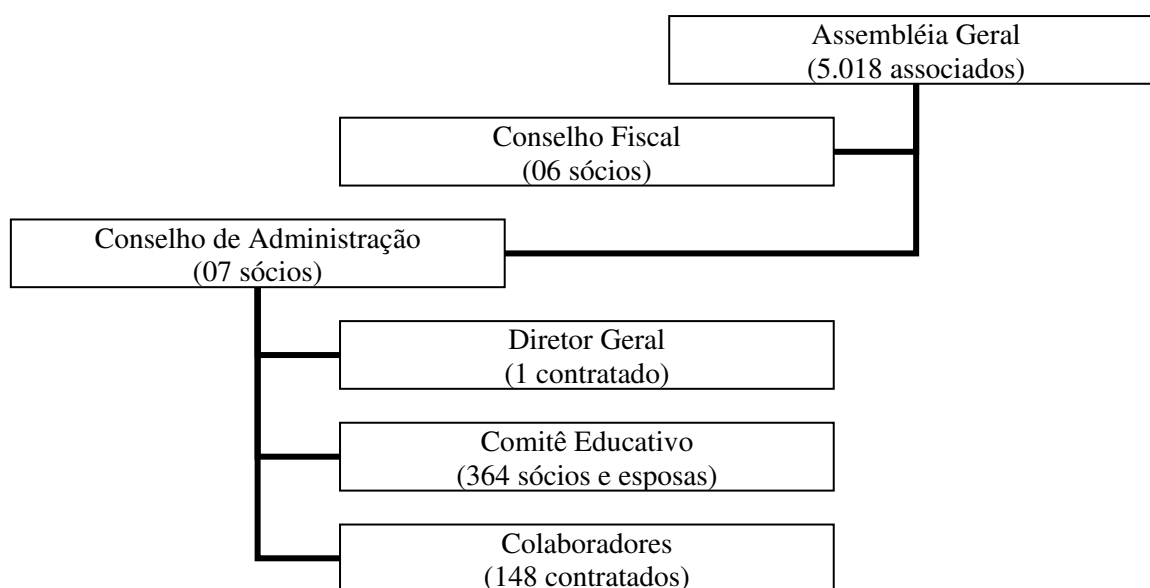
se ligados ao cooperativismo de produção e comercialização, eles têm dificuldade para se reproduzir no modelo de atuação da COAGRO. Dessa forma, o leite, por favorecer uma renda mensal, acaba sendo uma de suas principais atividades produtivas.

4.4- Gestão e participação dos associados na COAGRO

A gestão das cooperativas, de acordo com a filosofia da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, deve ser democrática e controlada por seus membros. Conforme o BRDE (2003), a lei número 5.764/71 define a Assembléia Geral dos associados como órgão supremo da sociedade cooperativa, atribuindo-lhes poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta. Além da Assembléia Geral, as cooperativas devem possuir uma diretoria ou conselho de administração, responsável pela administração da sociedade que, por sua vez, deve ser fiscalizada por um Conselho Fiscal.

Na COAGRO, no final de janeiro ou início de fevereiro de cada ano, acontece a Assembléia Geral Ordinária, referente ao exercício do ano anterior, que se encerra em 31 de dezembro. O organograma a seguir, apresenta a estrutura de poder de gestão da COAGRO em 31 de dezembro de 2004.

Figura 02 – Organograma da COAGRO – 2004



Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 2004.

No dia 3 de fevereiro de 2006, a COAGRO realizou sua Assembléia Geral para prestação de contas do exercício de 2005 e posse do novo Conselho Fiscal. A mesma ocorreu na Casa da Cultura, em Capanema/PR, e contou com a presença de 374 associados (7,4% do total), além de familiares e convidados (foto 05). O presidente do Conselho de Administração, que também exerce a função de Diretor Geral, dirigiu os trabalhos, os quais foram apresentados em quatro partes: 1) Movimento do quadro social; 2) Recebimento de produtos; 3) Setor de vendas e 4) Balanço patrimonial de 2005. Um associado, entre os participantes da Assembléia Geral, foi eleito como presidente momentâneo para conduzir a votação do balanço apresentado, o qual foi aprovado por aclamação (levantam-se as mãos).

Sobre a destinação dos resultados, a administração apresentou uma proposta de capitalizar ao capital social, de acordo com as operações de cada associado (proposta aprovada pela assembléia). O Valor por produto a ser capitalizado na conta⁴⁵ do associado é o seguinte: soja (0,3977 centavos/saca entregues na COAGRO), milho (0,1576), trigo (0,3591) e leite (0,0058 centavos/litro). Foram aprovados também pela assembléia os objetivos da COAGRO para o ano de 2006; autorização para fazer contratação financeira e dar benfeitorias como garantia; a autorização para compra e venda de imóveis e a eleição e posse do Conselho Fiscal.

Foto 05: Assembléia Geral da COAGRO, realizada em 03 de fevereiro de 2006



Fonte: Assessoria de comunicação e cooperativismo da COAGRO, 2006.

⁴⁵ Esse valor fica disponível para a cooperativa realizar suas operações; ao deixar o quadro social, o associado recebe esses valores atualizados.

O Conselho Fiscal da COAGRO é composto por 06 sócios e, no ato da posse, realizaram o juramento de ser cooperativista em sua plenitude, 100% comercialização com a cooperativa, 100% de compras com a cooperativa, representar a cooperativa na comunidade, ser produtor modelo e pensar no coletivo. Essa é uma demonstração para os demais sócios presentes, na assembléia, do padrão de associado que a cooperativa espera para realizar seus interesses de reprodução e expansão.

O fato do associado comprar todos seus insumos e equipamentos da COAGRO, vender toda ou parte de sua produção agrícola para essa cooperativa garante um volume de transações mercantis que favorece os ganhos da cooperativa através do mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado. Exemplo: para comprar uma saca de 40 kg de sementes (safra 2006/07), um agricultor precisa produzir e entregar na cooperativa, em média 90 kg de soja comercial através do sistema de permuta antecipada.

O Conselho de Administração é formado por 07 sócios, o presidente Sr. Sebaldo Waclawovsky também acumula a função de Diretor Geral da COAGRO. Dessa forma, a direção dessa cooperativa também é realizada por um agricultor associado que reúne condições técnicas para exercer a função. O Comitê Educativo, órgão apenas consultivo é formado por 364 sócios de toda a área de atuação da COAGRO e suas esposas.

O reduzido percentual (7,4%) de participação dos associados na Assembléia Geral é contraditório ao seu propósito. O assessor de cooperativismo da COAGRO afirma que os associados não participam da assembléia porque sabem antecipadamente que a cooperativa passa por momentos em que é necessário capitalizar e que não vai haver divisão das sobras, outros por depositarem confiança na gestão do atual diretor/presidente. Para o Engº Agrônomo Raul Frosi, gerente de comercialização, a baixa participação dos associados se deve à falta de algum incentivo especial. *“Participam pouco das assembléias, muitos vêem a cooperativa como uma cerealista qualquer, uma empresa que vai comprar a produção, só participam se forem oferecidos prêmios ou algum outro incentivo (churrasco)”*. A assembléia, que deveria ser um espaço de diálogos e discussões dos princípios e atividades da COAGRO, acaba sendo um momento mais burocrático para aprovação das atividades realizadas e propostas por cada administração/direção.

O número de associados que participaram da assembléia geral, é muito próximo ao número de componentes do Comitê Educativo. Durante as entrevistas, percebemos que aqueles que afirmaram participar das assembléias já integraram ou faziam parte do Comitê, do Conselho ou, na maioria dos casos, pertenciam aos municípios de

Capanema e Planalto, onde está a maioria dos sócios da COAGRO. Os que não participavam apresentam algumas justificativas como: *“mais o menos, pois às vezes eles esquecem de nós”*; *“não adianta participá né, as decisão, os gerentes já tomaram, já levam tudo pronto, só pra levantá a mão não dá pra í, não tem vantagem”*; *“não participo mais, agora só tem o lado comercial, não tem diferença, não tem benefício, incentivo prô sócio”*.

Essas falas revelam aspectos importantes da forma de administração da COAGRO; tudo indica que é uma gestão centralizadora, faltando-lhe sensibilizar os associados para uma participação mais efetiva no processo de tomada de decisões.

4.4.1- Relação cooperados x administração da cooperativa

Os agricultores que formam o quadro social da COAGRO foram atraídos em diferentes momentos de sua expansão. Os sócios há mais de 30 anos buscaram, na associação à cooperativa, uma forma de fugir dos atravessadores e um local mais seguro para comercializar a produção. Alguns depoimentos ilustram essa situação: *“prá gente ter mais direito, se não os outros comércio faz o que quer”*; *“havia muita exploração do comércio, com a COAGRO tinha uma opção”*; *“a gente tinha umas vantagem na época pra vendê a produção e os produto pra comprá era mais barato e as outras empresas de vez em quando faliam”*.

Já os agricultores que são sócios há menos de 10 anos são atraídos pelo ambiente familiar (amizade com os gerentes); porque o pai já era sócio; por promoções na venda de insumos, entre outros: Vejamos algumas falas que transcrevemos: *“o pai já era sócio há anos e prá tá na agricultura tem que participá da cooperativa”*; *“uma necessidade, bom ou ruim, ela é melhor que as firma particular”*; *“mais prático pra deixá o produto estocado”*; *“amizade com o gerente, é a nossa casa”*; *“preço um pouco mais baixo na mercadoria do mercado e as promoção de insumo, também é um ambiente bem familiar, daí me associei”*. Outros tornaram-se sócios da COAGRO por alguma necessidade especial: *“na época, era produtor de suínos e só vendiam milho prá associado, como precisava de milho me associei”*.

De modo geral, os agricultores que se associaram a COAGRO viam nela algumas vantagens, seja através da história e percepção individual de cada um ou das práticas de divulgação e atração que a própria cooperativa promove para buscar novos sócios (cursos, jornal, programas de rádio, infra-estrutura, execução de políticas públicas para o setor agrícola etc).

Algumas vantagens foram apresentadas pelos sócios entrevistados: *“nas compras de insumos, os preços são mais baratos e o juro não é alto na compra a prazo”*; *“se preciso comprá alguma coisa, me sinto numa família”*; *“união de força, se deixá de ser cooperativista, os outros comércio iam explorá muito; a COAGRO é uma empresa da nossa confiança”*; *“mais seguro, mais de confiança”*; *“a cooperativa devolve o imposto⁴⁶ (ICMS) do óleo diesel gasto com a produção”*; *“ela fornece os insumo a prazo para pagar na colheita”*; *“é uma empresa nossa, quando sai de sócio recebe o fundo de capital”*.

No quadro social, também encontramos sócios que não encontraram na cooperativa aquilo que buscavam e reclamam da falta de tratamento diferenciado para o sócio: *“até hoje não vi vantagem na cooperativa, porque quem não é sócio tem a mesma vantagem”*. Ao que parece, alguns agricultores associados já não se inserem mais no modelo de atuação da COAGRO, como já mencionamos; eles têm poucas vantagens comerciais e acabam se decepcionando com a lógica empresarial, apesar dos traços familiares que identificamos.

Em seu marketing, a COAGRO apresenta-se como uma empresa de confiança do agricultor. Com isso, busca atrair os agricultores para o seu quadro social e fortalecer suas atividades mercantis. A foto 06 é um exemplo do slogan que a cooperativa adotou nos últimos anos.

Na visão dos sócios entrevistados, para melhorar o relacionamento entre os administradores da cooperativa e seus cooperados são necessárias algumas mudanças. Podemos destacar: *“melhor atendimento na área técnica a campo”*; *“ela deveria fazer o rateio no final da safra, dar um incentivo”*; *“visitar mais o associado e quando for, que não seja na hora que tá colhendo, dar mais acompanhamento e parcerias”*; *“se dedicá em voltá a compra de suínos e feijão”*; *“a falta da cooperativa ter poder de decisão sobre o preço do leite, está muito ruim, aí parei de entregar”*; *“valorizar mais os que sempre trabalham com a COAGRO”*; *“a maneira de conduzir as assembléia: se deixassem mais aberta aos associados*

⁴⁶ Esta devolução ocorre por um acordo entre a OCEPAR e o governo do Paraná. A cooperativa resgata e retorna ao agricultor 12% do valor do óleo diesel gasto na produção (mediante apresentação de nota fiscal). O volume gasto pode ser de até 220 litros por alqueire (2,42 hectares), desde que o agricultor comercialize a produção com a cooperativa, mas o valor resgatado deve ser retirado em mercadoria na própria cooperativa.

para tomar decisões sobre os rumos da cooperativa seria bem melhor, hoje a diretoria já leva a pauta pronta”; “a COAGRO deveria empareiá o preço com os otros comerciante prô sócio entregá”.

Foto 06: Vista do escritório da sede da COAGRO, 2003



Fonte: Relatório das atividades da COAGRO, 2003.

Resultado de algumas insatisfações dos sócios e da concorrência de preços por parte das principais cerealistas da área de atuação da COAGRO, não há uma fidelidade na hora da entrega da produção à cooperativa, até mesmo porque ela não recebe toda diversidade de produção dos associados. Entre os que vendem a maioria da produção à COAGRO, alguns apresentaram algumas justificativas: *“sim, porque não tem outro estabelecimento pra comercializar”*; *“sim, por ser um órgão credenciado pelo governo, tais como AGF, etc”*; *“sim, vai sobrando o fundo de capital”*; *“100%, nós temo que dá força no que nós temo na sociedade”*; *“uns 50%, é questão de acerto de preço, outras firma pagam mais, é bom manter negócio com todos, são conhecidos”*.

Já outros associados estão se distanciando da COAGRO no momento de vender a produção ou entregando apenas pequena parcela para manter o relacionamento: *“o leite, eu deixei de entregar, porque não teve incentivo de preço”*; *“nada, tenho produção de semente para outra cerealista, também pego os insumo deles”*; *“não entrego, os preços são sempre inferiores das outras empresas”*; *“depende, quando a gente colhe os outros*

comerciante paga um pouco mais, se é prá depositá, na COAGRO é melhor, no final acaba pagando melhor". Como se percebe, há diferentes situações.

A venda à COAGRO, ou a outros intermediários, depende de uma situação conjuntural, ou seja, das condições de mercado no momento da colheita e da comercialização. Há os associados mais fiéis, mas há os que aproveitam os melhores preços pagos por outras cerealistas.

Quanto à compra dos insumos, a COAGRO também tem a concorrência de outras empresas que procuram atrair os agricultores, mas as promoções realizadas pela COAGRO, principalmente nos últimos anos e pelos prazos de pagamento, têm sido um atrativo no momento de adquirir os insumos agrícolas. Assim se manifestaram: *"só não compro os insumo que vem da Souza Cruz, a promoção da COAGRO favorece a compra"*; *"nem sempre, porque os preços e prazos são piores que os concorrentes"*; *"compro uns 50%, a gente pesquisa e busca os melhores preços, as promoção ajuda"*; *"a gente sempre compra os insumo, tem promoção e prazo prá pagá"*.

As promoções e os prazos que a cooperativa oferece na venda de sementes e insumos acontecem em diferentes momentos do ano: safra de verão, safrinha e safra de inverno. De um lado, favorecem a continuidade do ciclo produtivo, mantendo o agricultor ativo, consumindo e produzindo mercadorias; de outro, o produtor fica atrelado à condição de produzir excedentes comercializáveis, já que possui uma dívida a ser quitada na colheita, o que faz com que volte novamente à cooperativa e continue a produzir.

A divulgação das referidas promoções ocorre através do programa de rádio *Informativo COAGRO*, transmitido diariamente (segunda a sábado) nas rádios de Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste e na rádio de Barracão (somente aos sábados). A seguir, apresentamos parte da transcrição do programa do dia 31/01/07, a título de ilustração, no qual é divulgada uma promoção para o plantio do milho safrinha: *"Para quem deseja plantar milho safrinha, a COAGRO dispõe de um pacote de insumos, onde tem adubos, herbicidas e sementes de milho safrinha, tudo para pagamento em 05 de julho próximo"*.

Enfim, há um jogo de mercado, de relações de poder. A COAGRO, nesse sentido, tenta organizar-se para enfrentar os concorrentes, dependendo dos fatores conjunturais e oscilações do mercado.

Em seu processo de territorialização, a COAGRO apresentou momentos de crescimento, de declínio, de retomada do crescimento, enfim, sua expansão também esteve atrelada às políticas do Estado, condicionadas pelas grandes empresas do setor agropecuário que comandam a intensificação das relações capitalistas no campo bem como a inserção de novos territórios a ritmo mais acelerado de produção e consumo de mercadorias.

O crescimento e a expansão da COAGRO são aparentes na ampliação da sua infra-estrutura, no crescimento do quadro social, entre outros, como já apresentamos. E, para os associados, esse crescimento e expansão representam uma melhoria nas condições de vida em suas unidades produtivas? Alguns acreditam que sim, pois sem ela seriam mais explorados; com o crescimento da COAGRO, acreditam, ela poderia oferecer melhores preços pela produção agrícola e na revenda dos insumos: *“sim, se não tivesse uma cooperativa os agricultores seriam mais explorados”*; *“se ela vai bem pode pagá melhor os produto pra gente”*; *“ a COAGRO pode fazer preço melhor nas sementes, nos insumos, favorece o custo, por pouco que a gente planta favorece né”*; *“com a cooperativa, abre concorrência com outros comércios que querem explorar o agricultor”*.

Para outros sócios, o crescimento da cooperativa não promove melhorias nas condições de vida. E justificam: *“ocorre mais transformação dentro da COAGRO e não prôs associados”*; *“não influencia na qualidade de vida, ela deixou de ter maior função social”*; *“não, por causa que tem várias empresas como a COAGRO, se não trabalha não consegue os objetivos”*; *“a empresa não tem projetos que possam investir na agricultura”*; *“nada, coisa nenhuma, a COAGRO, visa manter seus interesses como qualquer outro comerciante”*; *“a cooperativa preza pelo crescimento do patrimônio e não do associado”*.

Isso caracteriza um processo contraditório. Alguns, talvez os proprietários maiores, estão satisfeitos com a comercialização via COAGRO. Outros, por sua vez, estão insatisfeitos e conhecem aspectos importantes da administração e da ciranda mercantil, à qual estão subordinados. Alguns, ainda, estão tentando construir outras relações sociais, com outras instituições intermediárias, afastando-se, lentamente, das negociações feitas pela COAGRO.

Ao que parece, a COAGRO precisa aumentar seus esforços no sentido de manter sua territorialidade. O enfraquecimento ou a perda de pontos de seu território pode significar menores sobras nos cofres da cooperativa e, conseqüentemente, menor poder de expansão de seus interesses. Para isso, a circulação de mercadorias é um processo fundamental.

4.5- Circulação de mercadorias a partir da COAGRO

Com o processo de modernização agrícola, intensificam-se as relações capitalistas no campo. Apesar dos lugares apresentarem singularidades, uma nova territorialidade condiciona os agricultores à produção e ao consumo de mercadorias. A circulação destas, dá vida ao capital; a escala local é rompida e o mercado amplia seu território. Ao analisar esse processo, Saquet (2002) afirma que:

[...] A existência de mercadorias é que dá vida à circulação no Modo Capitalista de Produção. [...] No caso dos produtores agrícolas, eles geram produtos de subsistência, mas comercializam os excedentes. Além disso, cultivam produtos exclusivamente para troca, como a soja, o trigo e o fumo. (p. 83)

No bojo desse processo, ocorre o fortalecimento ou a fundação de cooperativas ligadas ao setor agropecuário que, através da formação de malhas e redes, vão intermediar a circulação de mercadorias, seja diretamente até o consumidor, seja a outros intermediários maiores, ou diretamente com a indústria processadora, depois retornando ao consumidor de diversos locais. Muitas cooperativas de maior porte estabelecem canais diretos de comercialização de seus produtos com outros países.

A partir de 1971, conforme informações da assessoria de cooperativismo e da gerência de comercialização da COAGRO, esta passa a comercializar a produção recebida de seus associados. Nesse ano, a comercialização ficou restrita à soja, que tinha como principal destino a Indústria Sanbra de Cascavel/PR e o trigo, que foi comprado pelo CITRIN, programa do Governo Federal que credenciava os armazéns das cooperativas (COAGRO) para comprar a produção (de trigo) oferecendo o preço mínimo. Em período posterior, o Governo Federal comercializou o produto com moinhos interessados através de leilão.

Nesse primeiro ano de atividades, o destino dos produtos recebidos pela COAGRO, provavelmente, foi regional. Já em 1975, ocorre uma diversificação nos produtos comercializados pela cooperativa bem como os destinos de comercialização, atingindo outros estados da região Sul e Sudeste do Brasil. A soja e o trigo continuaram em sua maioria nos

mesmos destinos de 1971; o feijão foi revendido para Casas da Banha, no Rio de Janeiro/RJ que, provavelmente, revenderam em várias cidades daquele estado. O milho teve como destino o estado de Santa Catarina, tendo como comprador a Sadia das cidades de Concórdia e Chapecó; transformado em ração, foi alimentar a cadeia agroindustrial. A revenda de suínos, foi destinada para o mesmo estado, através do Frigorífico Perdigão da cidade de Videira.

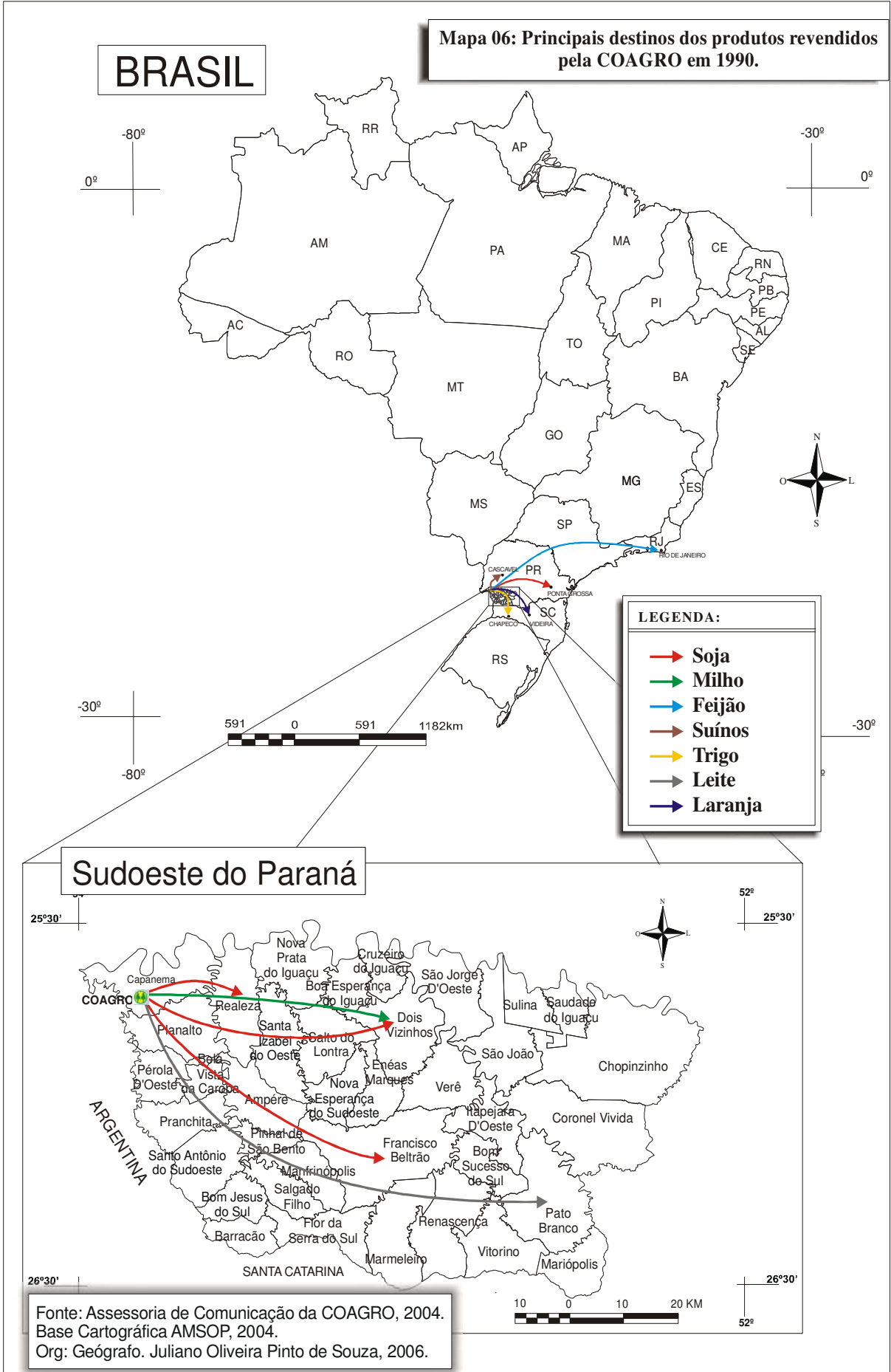
Em 1980, com exceção da soja, a cooperativa permanece com os mesmos produtos e destinos do quinquênio anterior. A soja teve como destino a Ceval, da cidade de Gaspar/SC, além da Olvepar de Realeza/PR e a Ovetril de Francisco Beltrão/PR. Como os armazéns da COAGRO ficavam com sua capacidade reduzida, por estarem alugados para o Governo Federal para a safra de trigo que era vendida em etapas (conforme a demanda de consumo) e a produção de soja crescia, a cooperativa depositava a soja para secagem e revendia mais tarde para empresas mais próximas. Em 1985, os produtos comercializados são os mesmos de 1980 e tiveram como principais destinos aqueles já citados no ano de 1980.

Com a revenda dos produtos comprados dos associados, a cooperativa obtém uma margem de ganho, que será responsável por parte de sua expansão. Até o ano de 1985, conforme informações da assessoria de cooperativismo da COAGRO, a margem bruta na comercialização era a seguinte: soja (8%), trigo (2%), milho (10%), Suínos (10%) e feijão (10%). Essas sobras, em parte, são o trabalho não pago ao agricultor; como não ocorria o rateio das sobras, era cristalizado na infra-estrutura da cooperativa. Parte desse trabalho, também ficava nas mãos das empresas que compravam os produtos da COAGRO e colocavam a mercadoria novamente em circulação até chegar ao consumidor.

Com a retirada dos subsídios estatais, a COAGRO, diversifica suas atividades, buscando novas formas de expandir seu território. O mapa 06⁴⁷ apresenta os produtos e seus principais destinos no ano de 1990. Como podemos observar, a soja era comercializada com diversas empresas e em diferentes lugares, umas mais ligadas ao mercado interno (em torno de 50%) como a Olvepar de Realeza/PR, Ovetril de Francisco Beltrão/PR, Sadia de Dois Vizinhos/PR e Perdigão de Videira/SC; outras estavam ligadas ao mercado externo, como a Sambra, Ceval e Cargil de Ponta Grossa/PR, cidade que se destacava com um dos maiores complexos agroindustriais voltados à soja produzida no sul do Brasil.

Também em 1990, o milho teve como principal destino a Sadia de Dois Vizinhos/PR. Nesse caso, em relação aos anos já analisados, mudou o destino da produção,

⁴⁷ Não conseguimos os dados para quantificar esta circulação e dar uma noção de fluxo.

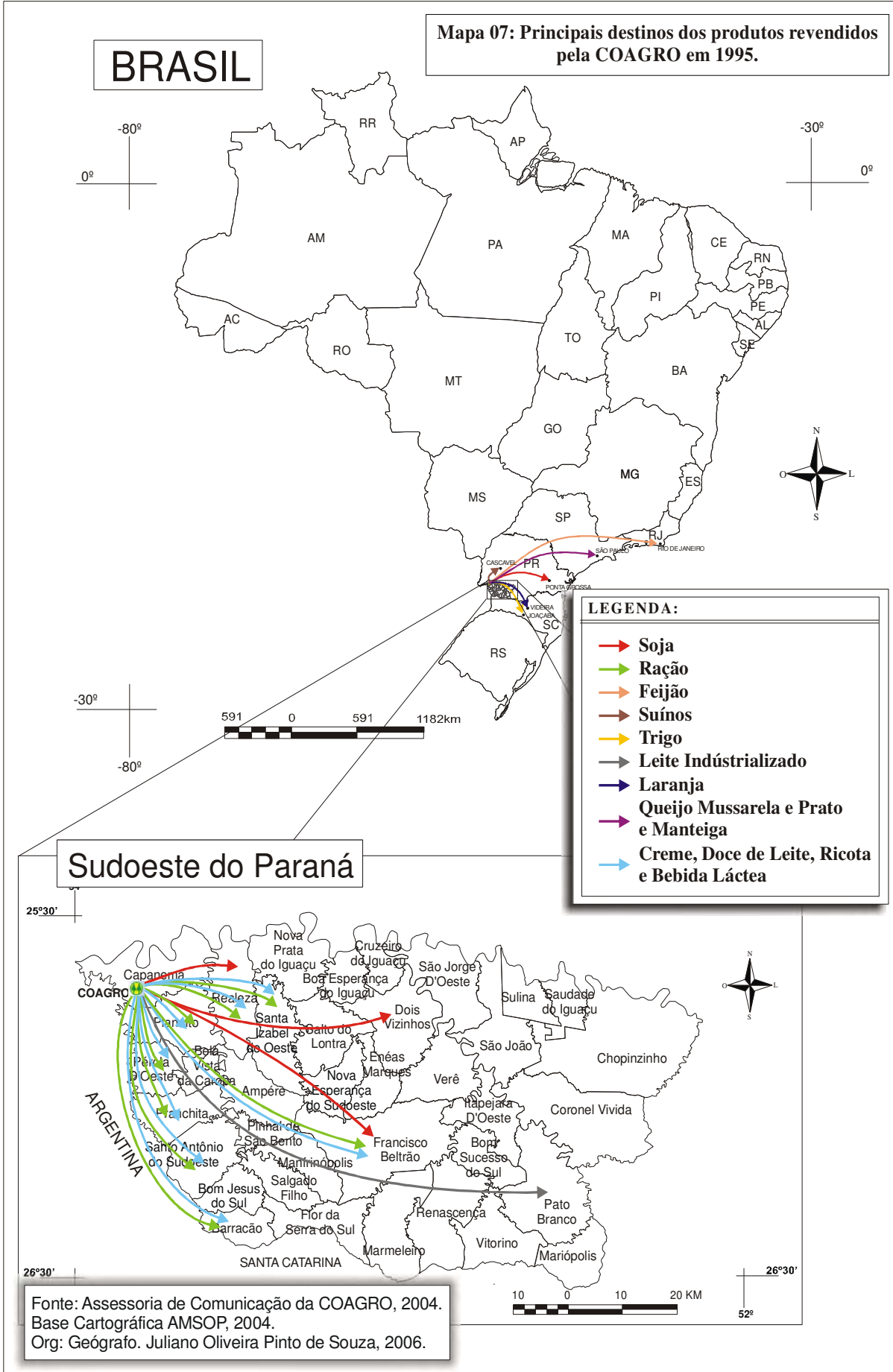


mas não a empresa a que a COAGRO estava articulada para realizar seus negócios. O feijão foi revendido para Casas Senda, do Rio de Janeiro/RJ; os suínos tiveram como destino a COOPAVEL de Cascavel/PR; o trigo para a COOPERALFA de Chapecó/SC; a laranja para a Aurora de Videira/SC e o leite para a CAPEG de Pato Branco/PR. Na revenda de suínos, do trigo e do leite, a COAGRO articulou-se com outras cooperativas, o que também é uma forma de fortalecimento de empresas dessa natureza.

Em 1995, a COAGRO tornou mais complexas suas atividades: foi um dos anos que possuiu a maior diversidade de produtos assim como os lugares de destino. Dessa forma, foi constituindo seu território, articulada com outras empresas, através de redes que transportam mercadorias e informações para diferentes lugares; em algumas situações, a COAGRO disputa poder com outras empresas, pelo domínio destes territórios, enfim, é uma dinâmica econômica e política que condiciona as relações socioespaciais e a constituição de cada território.

Como mostra o mapa 07, o destino dos produtos revendidos pela COAGRO, em 1995, era o seguinte: soja, as empresas mais ligadas ao mercado interno, são as mesmas de 1990, para o mercado externo (Ceval, Cargil e Bünge de Ponta Grossa/PR); trigo (SEARA de Joaçaba/SC); feijão (Casas Senda do Rio de Janeiro/RJ); suínos (COOPAVEL de Cascavel/PR); laranja (Aurora de Videira/SC); leite industrializado (CAPEG de Pato Branco/PR); queijo mussarela, prato e manteiga (Supermercado Andorinha de São Paulo/SP); creme e doce de leite, ricota e bebida láctea (mercados da COAGRO, em todas as unidades de sua área de atuação) e ração (área de atuação da COAGRO e Galha Azul de Francisco Beltrão/PR).

Através da COAGRO, os produtos comprados e revendidos rompem a escala local e atingem diretamente outras cidades das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Indiretamente, através das empresas que compram e revendem, a produção local, apesar de representar um pequeno fragmento dentro de grandes corporações transnacionais como a Bünge e a Cargil, atingem o mercado global. Como já mencionamos, com a revenda dos produtos recebidos, a COAGRO apropria-se de sobras resultantes das transações comerciais. Em 1995, também conforme informações da assessoria de cooperativismo da COAGRO, a margem bruta na comercialização da soja foi de 8%; do feijão, milho e suínos, 10%; laranja, 20%; leite industrializado, 5%; queijo mussarela e prato, 35%; manteiga, creme e doce de leite, ricota e bebida láctea, 30% e ração, 12%. A margem de ganho com os produtos industrializados é superior, se comparada com a margem dos vendidos *in natura*.



Em 2000, a COAGRO estava passando por um processo de reestruturação, como descrevemos anteriormente. Com a perda de parte de sua área de atuação, o que interferiu na configuração de seu território, perde força e poder ao reduzir o número de associados, vender parte de sua infra-estrutura e sair do ramo industrial. Em sua retomada, mantém a revenda de soja e trigo com as mesmas empresas e destinos de 1995; o milho teve como destino a Aurora de Chapecó/SC; o feijão a Grão do Sul de Capanema/PR e o leite a FRIMESA de Medianeira/PR.

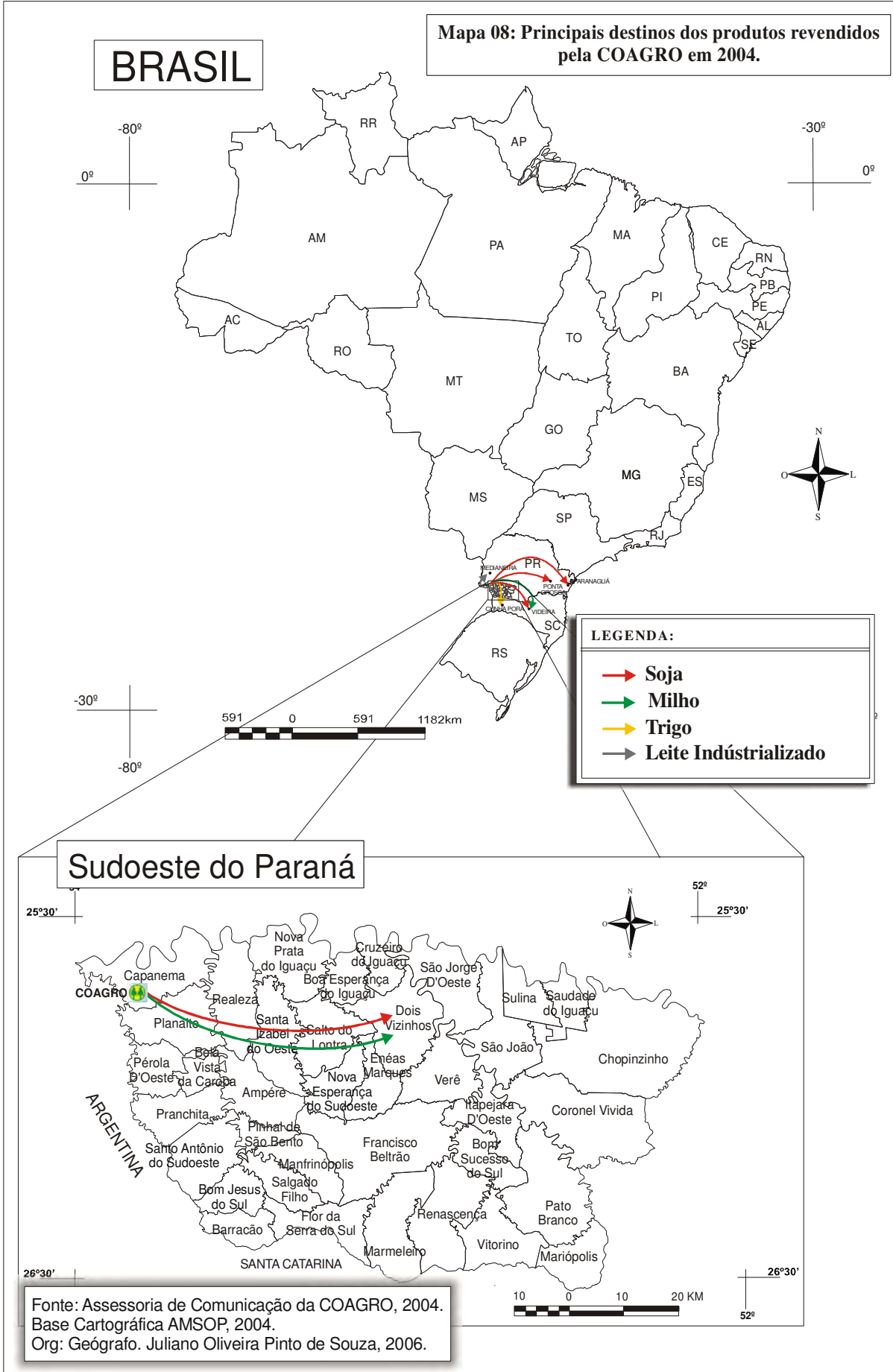
No ano de 2004, a COAGRO já não comprava e revendia o feijão, reduzindo as opções de produção aos seus associados e clientes. Conforme o mapa 08, a soja teve como destino, empresas mais ligadas ao mercado externo, como a Bünge e a Cargil de Ponta Grossa/PR e a ADM de Paranaguá/PR. No mercado interno, os principais compradores foram: Perdigão de Videira/SC e Sadia de Dois Vizinhos-PR. De qualquer forma, provavelmente parte desse produto foi transformado em ração para alimentar aves e suínos que, mais tarde, também entram no mercado externo.

O milho, outro componente da ração, teve como destinos a Perdigão de Videira/SC, a Sadia de Dois Vizinhos/PR e a Aurora de Chapecó/SC. O trigo também teve como destino o estado catarinense, a empresa Auri Verde de Cunha Porã; o leite, que já era recolhido e resfriado pela FRIMESA, a qual alugou o laticínio COAGRO, ia para a cidade de Medianeira/PR, onde era industrializado.

A partir de 2007, a COAGRO iniciou a divulgação de mais uma possibilidade de atividade produtiva ao associado, trata-se da cultura do girassol. Com a diversificação nos ramos de atuação, a cooperativa mantém sua territorialidade. É mais uma opção na relação com os cooperados. A divulgação ocorreu através do programa *Informativo COAGRO*, conforme transcrição parcial do programa de 31/01/2007, a seguir:

A COAGRO comunica aos associados que acaba de firmar convênio com uma indústria de girassol, oferecendo garantia de compra e garantia de preço, assim a COAGRO oferece mais uma opção aos agricultores da nossa região, que é uma cultura nova, a cultura do girassol, que poderá ser plantada tanto como safrina, agora, daqui uns dias, como depois, como principal cultura, ou seja, cultura de verão. Aos interessados, solicitamos que se dirijam junto a equipe técnica da COAGRO para ter melhores informações. [...] Para o girassol, a COAGRO também fornece o adubo, a semente, fornece todos os insumos necessários para pagamento depois da safra. O produtor recebe assistência técnica, garantia de preço e de compra.

Com essa iniciativa, a COAGRO é a primeira empresa, em sua área de atuação e até em municípios vizinhos, a intermediar a comercialização do girassol com uma



empresa esmagadora, trata-se da *Brasil Eco Diesel*, com sede em Rosário do Sul (RS), estratégia que pode atrair novos sócios e ampliar seus negócios. Conforme informações do Engº Agrônomo Raul Frosi, a COAGRO entrou no negócio girassol por ser mais uma opção de cultura de inverno, já que o trigo não tem apresentado bons resultados. Além disso, o programa do Governo Federal de incentivo à produção de biodiesel e o convênio com uma empresa esmagadora, que compra e garante o preço, são pontos favoráveis para que o girassol apresente-se com uma boa opção ao agricultor.

Com a utilização de redes de comunicação, mais especificamente do rádio, a COAGRO exerce poder e fortalece sua territorialidade. A potência técnica e localização das emissoras onde a cooperativa veicula seus programas fazem com que sua doutrina e seus interesses alcancem toda sua área de atuação. Para Raffestin (1993), todas as redes de comunicação de massa são instrumentos de poder, “[...] pois permitem encerrar uma população numa trama informacional que as superdetermina em relação às estratégias das organizações”. (p.218)

Através desse instrumento de poder, a COAGRO apresenta-se como uma *empresa de confiança* do agricultor, com vantagens e prestações de serviços. A transcrição parcial do programa *Informativo COAGRO* de 07/03/2007 justifica essa afirmação:

Para você que está colhendo, queremos lembrar que a COAGRO é a sua empresa, que a COAGRO é uma empresa dos agricultores, aqui, da nossa região e que está estruturada para receber a produção de todos os produtores aqui da região. Mas a COAGRO é a sua empresa de confiança, é a empresa que oferece segurança e pelos anos que está aqui, pela sua história, é suficiente para os agricultores acreditar na cooperativa. A cooperativa é uma ferramenta do próprio agricultor, é uma sociedade que junta várias pessoas, neste caso, agricultores que tenham interesses comuns. [...] Portanto na cooperativa você não está só fazendo um negócio de compra ou de venda, você está alimentando, você está fortificando uma organização, um instrumento que é seu, que vai lutar pelo agricultor todos os dias. [...] A cooperativa tem novas prestações de serviços, a recuperação do ICMS, um convênio com o estado do Paraná, para recuperação do ICMS dos sócios, pago sobre o diesel gasto na produção, também recupera o ICMS pago em uma máquina ou peça de reposição na máquina, então através da COAGRO, o sócio recebe de volta.

A dinamização dos negócios de compra e venda da cooperativa conta com um sistema de informação implantado em 1997. Conforme informações do assessor de cooperativismo, Oldemar Ceconi, o sistema é denominado *Cooperate*. Através dele todas as unidades estão interligadas on line e utilizam as informações de um servidor instalado na sede em Capanema: “é tudo instantâneo; no início, as informações eram enviadas via Telepar e,

hoje, é via rádio por questão de redução de custos. Melhorou muito o funcionamento da COAGRO após sua instalação, com mais rapidez, segurança e precisão”.

Para realizar seus interesses, a COAGRO utiliza-se dessas estratégias para promover a territorialidade construída em seu processo de territorialização. Apresentando-se como uma empresa do/para o agricultor, mantém seus negócios e acumula ganhos de capital, os quais promovem a continuidade do processo.

Diante disso, os pretensos fins comuns, os objetivos sociais de ser uma organização para promover o homem e não o capital são práticas cada vez menos operantes. O jogo do mercado e o poder do grande capital transformaram as cooperativas em pontos de sua realização e reprodução de capital, pois os acontecimentos locais ocorrem num processo global que articula, através das redes, a circulação e a realização da produção no território que é global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o processo de modernização da agricultura introduz-se e intensifica-se o capitalismo no campo. As políticas agrícolas, em sua maioria, são voltadas para o fortalecimento e viabilização da empresa capitalista, seja no fornecimento de créditos, sementes, insumos, máquinas, implementos ou na prosperidade de médios e grandes produtores agrícolas etc. Os pequenos produtores agrícolas são penalizados e excluídos. Altera-se o ritmo de vida e a mentalidade das pessoas envolvidas nesse processo.

A expansão das forças do capital na agricultura brasileira, sem dúvida, garantiu o aumento da produção e do consumo de mercadorias. Porém, também produziu alterações no território como a mudança na estrutura fundiária, no uso do solo, nas técnicas de produção, nas relações de trabalho e mercantis etc. Como resultado, tivemos milhares de trabalhadores diaristas, que migraram do espaço rural em direção as cidades.

No fim da década de 1960 e início de 1970, no bojo desse processo, ocorreu o fortalecimento e a fundação de cooperativas de produção agropecuária no Sudoeste do Paraná, entre elas a COAGRO, que se tornaram um instrumento de avanço da modernização agrícola. Apesar do coletivo e do homem serem provavelmente o centro das idéias iniciais, a viabilização da produção e consumo de mercadorias fortaleceram a expansão do capitalismo no campo, configurando a este, novos territórios, através de um *novo* modelo de cooperativismo baseado nos interesses das grandes corporações transnacionais ligadas ao setor, que receberam a legitimação e o apoio do Estado na gestão desse projeto.

No Sudoeste paranaense, assim como nos municípios da área de atuação da COAGRO, a disputa pelo território econômico sempre esteve evidente. Cada tempo imprimiu ritmos diferentes nessa disputa, variando, em cada época, de acordo com as técnicas que dinamizavam as relações sociais. No espaço rural, especificamente, desde os princípios do processo de colonização, havia os comerciantes que procuravam manter e expandir seus territórios de ação, criando condições de compra e venda que, ao mesmo tempo atraíam e condicionavam a subordinação dos agricultores que se tornavam dependentes deste processo.

Mais tarde, com ritmo mais acelerado de subordinação e exploração, substantivam-se as cooperativas agropecuárias que, com a intervenção estatal, especificamente na década de 1970 e início dos anos de 1980, dominam e estruturam seus territórios, baseando-se nos interesses internacionais (mecanização, expansão da soja, formação do CAI e exportação de produtos primários e semi-processados). Com a diminuição do apoio do Estado, enquanto financiador desse processo, muitas cooperativas passam a criar novas estratégias para continuar a expansão e o domínio de novos territórios, desta vez uma disputa maior com outras empresas nacionais e internacionais que procuram exercer poder e domínio sobre seus territórios de atuação.

Nesse caso, ocorre uma sobreposição de territórios de diferentes empresas, em alguns momentos, articulados em rede; em outros, disputando poder, produzindo novas territorialidades, mesmo assim nem todas as pessoas estarão articuladas a esses territórios, pois estamos diante do espaço banal, ou seja, são os excluídos que, muitas vezes, ainda estão atrelados às territorialidades do passado, da época da colonização, como já mencionamos.

A fundação da COAGRO foi resultado do processo de modernização agrícola. Com o apoio do Estado, garantiu sua expansão inicial, atraindo novos sócios e intensificando a mercantilização da agricultura. Em seu processo de territorialização, teve forte influência das políticas econômicas do Estado. Em momentos de maior elasticidade, o crescimento da COAGRO é maior, já nos momentos de restrições, a cooperativa passou por fases de estagnação ou crise. Ao que parece, apesar dos esforços de diversificar os ramos de atuação na busca da auto-sustentação, mostrou-se dependente dos incentivos do Estado, não conseguindo ir além de reproduzir as contradições e desigualdades sociais inerentes ao desenvolvimento do capital.

Até 1990, a COAGRO manteve sua área de atuação restrita aos municípios de sua fundação (Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Planalto e Pérola D'Oeste). Porém, até 1985, apresentou um ritmo de crescimento constante, deste, até 1990, o crescimento foi menor. Apesar de ter diversificado suas atividades, a partir do início dos anos de 1980, a retirada do Estado enquanto financiador da modernização agrícola compromete a continuidade e a expansão de muitas cooperativas. As políticas agrícolas nacionais são condicionadas pelas políticas econômicas mundiais e refletem diretamente sobre o local, inviabilizados, muitos agricultores deixam a região e a COAGRO, que ainda amplia sua área de atuação e entra no ramo industrial na década de 1990, mas vê uma redução no seu quadro social.

A conjuntura econômica nacional, o endividamento da COAGRO, as dificuldades em sua gestão, entre outros, fazem com que seus resultados operacionais sejam negativos. Com isso, a cooperativa passa por uma crise (acentuada em 1999), quando é decido pela reestruturação, reduzindo sua área de ação e deixando o ramo agroindustrial. A COAGRO vendeu parte do patrimônio para equilibrar as finanças. Com a reestruturação (1999/2000), retomou o processo de crescimento, com ampliação do quadro social e continuidade no processo de capitalização, como a construção de novas edificações (silos, secadores, armazéns, escritórios, entre outros), aquisição de automóveis, etc.

Através de suas ações, a COAGRO forma uma malha articulada com outras malhas em rede, onde o *nó* principal é a sede da cooperativa, de onde partem decisões e articulações com os demais *nós* que são as unidades. Faz articulações com o global como é o caso das negociações na comercialização da produção agrícola (soja) no mercado mundial e negociações de compra de insumos e máquinas com corporações transnacionais.

Diante desse processo, os produtores agrícolas geralmente pertencem ao território de ação de uma cooperativa, de cerealistas particulares ou grandes multinacionais (Cargil, Bunge, Sadia etc.). Embora possuam liberdade de escolha na hora da compra de mercadorias e venda de sua produção, a inserção no mercado é condição necessária para que eles continuem ativos como produtores. Apesar de os lugares apresentarem particularidades, estão articulados aos interesses dos agentes do capital que, ao se reproduzir globalmente, produz *novas* territorialidades em nível local e regional, condicionando aspectos da vida diária das pessoas, seja na cidade ou no espaço rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: O sudoeste paranaense*. São Paulo: USP, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).
- ALVES, Adilson F. et al. Sudoeste Paranaense: Colonização, Estrutura Fundiária e Indicadores da Modernização Agrícola. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S. e SAQUET, Marcos A. (org). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.
- ANDRADE, Manuel C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (org.). *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 213-220.
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. *As cooperativas agropecuárias e o BRDE – Histórico, Situação Atual e Perspectivas*. Porto Alegre: BRDE, 2003.
- BONETI, Lindomar W. *O significado histórico do levante armado dos colonos do sudoeste do Paraná ocorrido em 1957*. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.
- BRUM, Argemiro J. *Modernização da Agricultura; trigo e soja*. Petrópolis/Ijuí: Vozes/FIDENE, 1988.
- BRUMER, Anita et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hughes (Coord). *A agricultura familiar: Comparação internacional*. Trad. Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993.
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. B. Aires: N. Visión, 1974.
- COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CAPANEMA LTDA. *Relatório das atividades dos anos de 1971, 1975, 1980, 1982, 1984, 1985, 1990, 1995, 1997, 2000, 2003 e 2004*. Capanema: COAGRO.
- CORADINI, Odacir L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADINI, Odair L. & FREDERICQ, Antoniette. *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.11-90

CORRÊA, Roberto L. Cidade e região no sudoeste paranaense. In: *Revista brasileira de Geografia*. Vol. 32, nº 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____, Roberto L. Espaço, um conceito-chave de Geografia. In: *Geografia – Conceitos e temas*. 5ª Ed. CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo C. da C. e CORRÊA, Roberto L. (org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____, Roberto L. *Região e Organização Especial*. São Paulo: Ática, 1986.

_____, Roberto L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (org.). *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 251-256

DELGADO, Guilherme C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. Campinas: UNICAMP, 1985.

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO PARANÁ. Francisco Beltrão: ASSESOAR, DESSER, Unijuí, 1992.

DUARTE, Laura. *Capitalismo e Cooperativismo no RS*. Porto Alegre: L&PM/Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisas em Ciências Sociais, 1986.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. SP: Perspectiva, 1983.

FABRINI, João E. *A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FERES, João B. *Propriedade da terra: opressão e miséria - o meio rural na História Social do Brasil*. Amsterdam: CEDLA, (ca.1990).

FICAGNA, Eliane E. F. *O Desenvolvimento do Cooperativismo Agrícola na Região Sudoeste do Paraná no período de 1985 a 1989*. Francisco Beltrão: FACIBEL, 1991.

FLEURY, Maria T. L. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1980.

GOODMAN, D. et al. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais. *Revista de Economia Política*, 20, v.4, p.31-56, 1985.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S. e SAQUET, Marcos A. (org). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

_____, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HESPANHOL, Antônio N. e COSTA, Vera M. H. de M. A importância das cooperativas no processo de modernização da agricultura paranaense. In: *Boletim de Geografia Teórica*. Nº 25 (49-50). Rio Claro: UNESP, 1995. p. 373-384

HESPANHOL, Antônio N. *O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná*. Rio Claro: UNESP-Instituto de Geociências, 1990. Dissertação de Mestrado.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-70)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 – Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, 1979, 1983, 1991 e 1997.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Leituras regionais: mesorregiões Geográficas paranaenses*. Curitiba: IPARDES, 2004. Disponível em: <www.ipardes.org.br>. Acesso em: 14 de julho de 2005.

IRION, José E. *O Cooperativismo e Economia Social*. São Paulo: STS, 1997.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Trad. Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas)

LEITE, Sérgio P. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). In: *Estudos sociedade e agricultura*. Nº 16. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2001. p.129-163

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

LOUREIRO, M. R. Cooperativismo e Reprodução Camponesa. In: (org) LOUREIRO, Maria Rita. *Cooperativas Agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981. p.11-40.

MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990a.

MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”*. São Paulo: UNESP, 2000.

MELO, Fernando H. A questão da política de preços para produtos agrícolas domésticos. In: *Revista brasileira de economia*. Rio de Janeiro: jul./set., 1991. p.385-396

MORO, Dalton A. *Substituição de Culturas, modernização Agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná*. Rio Claro: UNESP-Instituto de Geociências, 1991. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1987.

_____, Ariovaldo de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. *Cooperativismo Paranaense*. Curitiba: OCEPAR, 1992. (Col. História do Cooperativismo).

_____. *Cooperativas de produção agropecuária*. Curitiba: OCEPAR, 2006. Disponível em: <www.ocepar.org.br>. Acesso em: 19 de março de 2006.

PINHO, Diva B. *O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro*. São Paulo: CNPq, 1982.

RAMBO, Arthur B. *O associativismo teuto – brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil*. Perspectiva econômica, nº 62, 63, vol. 23, 1988.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

Redação do JB. *Meta da cooperativa de produção é aumentar o número de sócios*. Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão: 25 de mar. de 2006.

RIBAS, Alexandre et al. *Considerações sobre a Geografia e o conceito de território em Friederich Ratzel*. Francisco Beltrão/PR: GETER, 2002.

_____, Alexandre. *Gestão político-territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia)

RIOS, Givaldo Sá Leitão. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (coleção primeiros passos)

SANTOS, Milton. Globalização e Meio Geográfico: Do Mundo ao Lugar. In: SOUZA, Álvaro e MAGNONI, Jr., Lourenço, *Paisagem, território, região. Em busca da identidade*. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 51-56.

_____, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec. 1988.

_____, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (org). *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec, 1994. p. 15-20.

_____, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec. 1980.

SANTOS, Roselí A. dos. *Cooperativismo: princípios e contradições*. Maringá: UEM, 1997. Monografia de especialização de curso.

SAQUET, Marcos A. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

_____, Marcos A. et al. *A Formação Territorial no/do Sudoeste /PR*. Francisco Beltrão: GETER, 2002a.

_____, Marcos A. et al. Paisagem, espaço e território: uma questão de método. In: *Anais II Jornada Científica da UNIOESTE*. Toledo: EDUNIOESTE (CD ROM), 2003a.

_____, Marcos A. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____, Marcos A. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, Edson; SOUZA, Álvaro e MAGNONI, Jr., Lourenço (org). *Paisagem, território, região. Em busca da identidade*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p. 103-114.

_____, Marcos A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S. e SAQUET, Marcos A. (org). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

SCHNEIDER, João E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita (org). *Cooperativas Agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981. p.11-40

SCHNEIDER, José O. Democracia, participação e autonomia cooperativa. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SILVA, José G. da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____, José G. da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

SINHORINI, José M. *As Cooperativas Agropecuárias do Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: FACIBEL, 1998. Monografia (Bacharel em Geografia)

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori e CORADINI, Odacir L. *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SPOSITO, Eliseu S. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____, Eliseu S. *Sobre o conceito de território: Um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná*. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S. e SAQUET, Marcos A. (org). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

SUZUKI JÚNIOR, Julio T. *Considerações sobre o Censo Agropecuário 1995-1996 – Paraná*. *Análise conjuntural*, v. 20, nº 7 e 8, 1998. p. 9-11

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.

THENÓRIO FILHO, Luiz D. *Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo*. São Paulo: central das cooperativas de crédito do estado de São Paulo, 1999.

VILELA, Nirlene J. Fatores desfavoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. *Anais II Seminário agropecuário do Acre*. Rio Branco: EMBRAPA/Ministério da Agricultura, 1998. p.301-310

WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995.

_____, Ruy C. *Paraná. Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.